



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 048

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1984

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1984

Suspende a execução do artigo 176 da Lei nº 608, de 29 de dezembro de 1977, do Município de Riolândia, Estado de São Paulo.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em Sessão Plenária de 24 de março de 1982, nos autos do Recurso Extraordinário nº 96.381-2, do Estado de São Paulo, a execução do artigo 176 da Lei nº 608, de 29 de dezembro de 1977, do Município de Riolândia, naquele Estado.

Senado Federal, em 17 de maio de 1984. — **Senador Moacyr Dalla, Presidente.**

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 191/83 (nº 3.954/80, na Casa de origem), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder do PTB — Eleição de membro da Diretoria da COBAL, pelo processo direto, no seio do funcionalismo daquela empresa. Apelo à Mesa, no sentido da inclusão em Ordem do Dia de projeto de lei de autoria de S. Exª em tramitação no Senado, que garante ao funcionário público ocupante de apartamento funcional o direito de adquiri-lo.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder do PMDB — Despacho do Procurador-Geral da República contrário ao prosseguimento de ação promovida pela OAB, arguindo a constitucionalidade do Projeto II, celebrado por autoridades financeiras brasileiras com banqueiros internacionais.

SENADORA EUNICE MICHILES — Reivindicação da reposição dos recursos da SUDAM desviados para o Nordeste.

SENADOR PASSOS PÓRTO — Transmitindo comunicação recebida do Senador Albano Franco, de que S. Exª integrará, na qualidade de empresário, a comitiva do Presidente João Figueiredo em sua viagem ao Japão e à China.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Protesto da Cooperativa de Laticínios de Teófilo Otoni-MG contra a importação de leite em pó dos Estados Unidos da América.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Noticiário de órgão da imprensa paulista, a respeito de articulação atribuída ao Ministro da Justiça, junto a membros da Oposição, visando a continuidade do mandato do Presidente João Figueiredo.

SENADOR MARCONDES GADIELHA, como Líder — Considerações sobre o assunto objeto do discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.4 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 78/84, lido na sessão ordinária de ontem de autoria do Sr. Senador Marcondes Gadelha. **Aprovado.**

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador Marcondes Gadelha, que se ausentará do País.

1.2.6 — Leitura de projeto

— Projeto de lei do Senado nº 72/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acresceita dispositivo na Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

1.2.7 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro em comissão mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 349/79, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá direito ao marido de segurada à assistência médica. **Votação adiada** para a sessão do dia 22 de maio do corrente mês, nos termos do Requerimento nº 80/84, tendo usado da palavra os Srs. Gastão Müller, Eunice Michiles e Nelson Carneiro.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

— Projeto de Lei da Câmara nº 73/81 (nº 678/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em medicina aplicada à educação física para o exercício das funções de médico assistente de educação física e desportos, nos estabelecimentos que especifica. **Rejeitado**, ficando prejudicada a emenda. Ao arquivado.

— Projeto de Lei da Câmara nº 82/81 (2.768/80, na Casa de origem), que altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 67/83 (nº 939/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade dos ocupantes de cargos de direção de órgãos da Administração Pública Federal direta ou indireta. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 51/78 (nº 1.465/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 54/81 (nº 435/79, na Casa de origem), que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 58/81 (nº 1.595/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 47/83 (nº 5.615/81, na Casa de origem), introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresen-

tar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR PEDRO SIMON — Inexistência de diálogo em torno de teses contidas na Emenda João Figueiredo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo ao Governo em favor de uma política de vencimentos mais condizente com os anseios do funcionalismo público.

SENADOR ÁLVARO DIAS — Campanha lançada pelo jornal *Folha de Londrina*, objetivando equacionar e buscar soluções para os problemas de desenvolvimento da região norte do Paraná.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Solicitação de informações relativas ao Fundo de Assistência ao Desemprego.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 67ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69/78. **Discussão adiada** por falta de quorum para o prosseguimento da sessão, tendo usado da palavra os Srs. Hélio Gueiros e Octávio Cardoso.

2.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Guilherme Palmeira, proferido na sessão de 11-5-84.

— Do Sr. Itamar Franco, proferido na sessão de 16-5-84.

— Do Sr. Virgílio Távora, proferido na sessão de 16-5-84.

4 — RETIFICAÇÃO

Ata da 52ª Sessão, realizada em 3-5-84.

5 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 26, de 1984

6 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL

Nº 13, de 1984

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 50ª SESSÃO REALIZADA EM 2-5-84

Publicado no DCN (Seção II) de 3-5-84)
Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 3-5-84, página 0984, 2ª coluna, no item 1.3 — ORDEM DO DIA

Onde se lê:

— Projeto de Resolução nº 127/83,...

Leia-se:

— Projeto de Resolução nº 127/82,...

SUMÁRIO DA ATA DA 51ª SESSÃO, REALIZADA EM 2-5-84

(Publicado no DCN (Seção II) de 3-5-84)

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 3-5-84, página 0985, 2ª coluna, no item 2.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Onde se lê:

— Nº 74/84 (nº 130/84, na origem),...

Leia-se:

— Nº 78/84 (nº 130/84, na origem),...

Ata da 66ª Sessão, em 17 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Lomanto Júnior, Lenoir Vargas e Almir Pinto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1983 (nº 3.954/80, na Casa de origem), que altera a redação do § 4º do art. 267 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois motivos distintos me trazem hoje a esta tribuna. O primeiro é para constatar que afinal se realiza no Serviço Público uma velha aspiração, por nós e muitos membros desta Casa e da outra Casa do Congresso defendida: é a participação dos empregados na direção da empresa pública.

Hoje, os empregados da COBAL estão reunidos para indicar uma lista triplíce da qual o Presidente Carlos Fernando Zuppo escolherá um diretor entre os indicados pelos colaboradores daquela importante repartição. É um primeiro passo, Sr. Presidente, e folgo em registrá-lo, porque quem o dá é um representante do Partido Trabalhista Brasileiro, que assim atende a uma reivindicação que sei que é de todos os Partidos deste País.

Evidentemente que a presença dos empregados na direção da empresa não é apenas uma fiscalização, é, sobretudo, uma colaboração, e esta colaboração merece ser exaltada nesta oportunidade.

O segundo motivo, também rapidamente aqui esboçado, é o que diz respeito a um velho e sofrido projeto que, afinal, com todos os pareceres favoráveis, aguarda o ensejo de entrar na Ordem do Dia. É aquele que assegura, aos que aqui estão há longos anos servindo ao Poder Público, o direito de adquirir os imóveis funcionais onde residem. Evidentemente excluindo aqueles Parlamentares que são transitórios e aqueles outros que algum dia, como eu, tiveram um apartamento e deles se desfizeram pelas próprias contingências da vida política.

Nós já tivemos essa oportunidade, mas a lei deve amparar aqueles que aqui vieram nesta esperança. Foram pessoas que convocadas dos vários Estados do País, da Bahia, do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, aqui fizeram seus núcleos residenciais, afastaram-se das suas famílias, plantaram aqui novas famílias, e temem hoje ou a morte ou a aposentadoria. O funcionário público brasileiro tem esses dois espantinhos. Se morre, a viúva e os filhos têm um prazo exíguo para deixarem o apartamento funcional onde residem; se se aposentam, é motivo de igual sanção.

V. Exª não imagina, Sr. Presidente, como sofre um funcionário público no dia em que completa 70 anos de atividade. Ao invés de festas é um dia de velório. Ele sabe que, no máximo, dentro de seis meses, terá que deixar sua casa, e já não poderá voltar ao seu Estado, porque dele já se desligou, talvez desde antes da fundação de Brasília, os laços familiares estão esgarçados, e seus filhos já constituíram novas famílias no Distrito Federal. Aqui estão seus interesses, suas esperanças e até seus túmulos, pois eles esperam, quando se aposentam, a punição de ter de abandonar o apartamento onde viveram por muitos anos.

Um exemplo típico foi-me ontem exposto por funcionários do Ministério da Educação e Cultura. Vieram do Rio de Janeiro, há mais de 10 anos, para trabalhar em Brasília. A repartição transferiu-se do Rio de Janeiro para Brasília e eles acompanharam a repartição, e só lhes deram uma mordomia, que foi a chave do apartamento funcional, onde iriam residir. Mas, esta repartição, que antigamente tratava de merenda escolar, hoje tem um outro nome: Fundação de Assistência ao Estudante — FAE. Como mudou de nome, deixou de ser uma repartição do Ministério da Educação para ser uma Fundação do Ministério da Educação, têm que optar entre ficar no FAE ou continuar no Ministério da Educação, com modestíssimos vencimentos. Na hora em que se lhes oferece uma possibilidade de uma retribuição mais justa, pelo trabalho que há longo anos desempenham, surge esse dilema, se optar, perde o apartamento funcional: se não optar, continua com os vencimentos mínguados de agora.

Ora, Sr. Presidente, são todos órgãos do Poder Público, e o DASP deveria ser sensível à situação desses seis modestos funcionários, que para aqui vieram e que ganham hoje cento e vinte e poucos mil cruzeiros por mês. Onde poderão encontrar residência esses funcionários se perderem os apartamentos funcionais? Que esperanças se lhes dão? Nenhuma. Não podem voltar ao Rio de Janeiro porque a repartição já se transferiu para Brasília; terão que continuar ou no órgão do Ministério da Educação ou no outro órgão do Ministério da Educação, que é a Fundação de Assistência ao Estudante.

Com isso, esse drama, esse pequeno drama de seis famílias, algumas com mais de 15, 20 anos de serviço, é um retrato do que ocorre com dezenas de milhares de famílias, que para aqui vieram, nos albos de Brasília, que ajudaram sua construção, mantêm sua existência e, no entanto, sonham obter possibilidade de adquirir — não de receber como prêmio — o imóvel onde residem, onde nasceram seus filhos e netos, e onde esperam morrer um dia.

Faço, Sr. Presidente, neste momento, ao recordar o apelo desses funcionários que hoje vivem o drama de optar ou não pelo FAE, um apelo para que a Mesa do Se-

nado faça incluir na Ordem do Dia o projeto que assegure a possibilidade de todos os funcionários que aqui estão integrados permanentemente na vida de Brasília, e não temporariamente, não ocasionalmente, de adquirir os imóveis funcionais onde moram.

É o apelo que faço a V. Exª, já que tal projeto, com pareceres favoráveis de todas as comissões, aguarda apenas sua inclusão na Ordem do Dia. Será uma homenagem que prestaremos a muitos desses pioneiros, e a muitos outros que para aqui vieram depois, mas que também padeceram sacrifícios e colaboraram na grandeza desta terra.

Muito obrigado a V. Exª (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre senador Humberto Lucena, como Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRª EUNICE MICHILES (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pairam no horizonte amazônico nuvens de inquietação, principalmente na Ocidental, onde prefeitos, vereadores e o próprio povo estão procurando defender de todos os modos, os recursos da SUDAM que estão sendo transferidos para aplicação em áreas diferentes, numa repetição do que ocorre com o Banco da Amazônia S.A.

Tivemos a oportunidade de ouvir, em nossa recente visita à Capital do nosso Estado, dezenas de prefeitos, e vereadores, todos eles preocupados com a transferência de 15 a 20 bilhões de cruzeiros, segundo afirmação do Presidente da Associação dos Municípios do Amazonas, recursos da SUDAM, para atender o Nordeste, e como é natural essa medida os tem revoltado, porque, afirmam: isso nada mais é que despir um santo para vestir outro. E, nós que conhecemos as dificuldades dos municípios amazônicos, muito especialmente os de nosso Estado, sentimos também a frustração daqueles homens-heróis. Não contam com verbas para constituição de uma infraestrutura urbana condigna, não dispõem de recursos para implantação de malhas de estradas de produção, enfim, não encontram recursos para realizar o que almejam, pois nenhum município amazonense tem receita própria capaz de suprir suas necessidades mínimas.

No momento em que o Governo federal agiliza órgãos, a fim de fixar o homem ao solo, evitando o êxodo rural, a Amazônia, ou melhor, o Amazonas, onde o fenômeno atinge as raízes do incrível, tem seus recursos repassados para outras regiões, num autêntico atentado àqueles que vivem no eterno confronto com a natureza, escrevendo com sacrifício uma nova página da consolidação territorial brasileira.

Os recursos da SUDAM, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são específicos; são para ser aplicados na Amazônia, que, até há bem pouco tempo, podia ser considerada como filho bastardo do Brasil. Não devemos permitir a repetição da história da batalha da borracha.

Lamentavelmente, tudo que se relaciona à Região Amazônica é sempre relegado ao descaso. As idéias de

desenvolvimento da área — um avanço na ocupação e desenvolvimento racional — ainda no tempo do Marechal Hermes da Fonseca foram abandonadas por falta de recursos e escassez de poderio político. A idéia esvaziou-se, talvez por pressões dos Estados mais poderosos e que não se incorporaram ao movimento.

A nossa vivência política nos permite assinalar que a Amazônia, poderá, em um dia não muito distante, ter força política e importância capital, dentro da Federação Brasileira.

Desta tribuna, a mim outorgada pelo povo do Amazonas, estaremos diuturnamente lutando, adicionando esforços aos companheiros das bancadas amazônicas, sem observarmos qualquer matiz partidária, em defesa dos interesses da nossa Região.

Os recursos destinados ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste, são intocáveis, pela força política que têm essas regiões e porque assim os consideram os mentores, os gurus da economia nacional. No caso da Amazônia, pela sua carência, todos os recursos para ali repassados são importantes, são valiosos. São incentivos ao desenvolvimento.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a EUNICE MICHILES — Com prazer, Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senadora Eunice Michiles, nós estamos surpresos com essa informação trazida por V. Ex^a ao conhecimento da Casa, de que estariam sendo repassados recursos da SUDAM, recursos da Região Amazônica, para o Nordeste. Devo dizer a V. Ex^a, de saída, que esse expediente, em nenhum momento, interessa ao Nordeste. Nós somos irmãos do mesmo sofrimento, nós somos sócios da mesma desesperança. Não há qualquer vantagem para o Nordeste em subtrair recursos, seja de que forma for, da Região Amazônica, tão pobre, tão miserável, tão esquecida quanto aquele quadrilátero oriental do País. Eu gostaria, no entanto, que V. Ex^a, talvez numa segunda oportunidade, fosse mais explícita e dissesse, com maior precisão, que recursos são esses, qual é o montante desses recursos subtraídos à SUDAM, e se eles efetivamente, chegaram ao Nordeste. Porque V. Ex^a é testemunha, a Nação toda é testemunha, nós atravessamos uma fase difícil na nossa região e não consta que tenha sido aportado todo esse recurso que se imagina. O Governo fez um esforço de manutenção das frentes de emergência e sabe Deus como um homem sobrevivia lá, ganhando 15 mil cruzeiros por mês, num trabalho estéril. Indagado a V. Ex^a, que aporte de recursos foi este, porque nós não nos beneficiamos efetivamente. O porque industrial, o porque manufatureiro autônomo que nós sonhávamos para a Região Nordeste, também não evoluiu, os recursos da SUDENE são minguados e, dia-a-dia, o que nós temos é exatamente o esvaziamento das empresas e o empobrecimento maior, a falência e o fechamento de inúmeras fábricas da Região Nordeste. Esta região que não descobriu maiores vocações industriais, também perdeu, durante cinco anos, a sua base agrícola, que respondia, pelo menos, por 25% do produto agrícola deste País. De modo que quero consignar a minha surpresa, embora atribuindo uma importância muito grande, uma seriedade extraordinária à denúncia que V. Ex^a traz à Casa. Gostaríamos apenas que fosse mais explícita e dissesse qual foi o mecanismo de drenagem utilizado para sugar esse dinheiro da Amazônia e de que forma esse aporte de recursos foi aplicado na Região Nordeste, que nós até o momento desconhecemos, inteiramente.

A SR^a EUNICE MICHILES — Senador Marcondes Gadelha, agradeço o aparte de V. Ex^a e teria que acres-

centar que tenho que voltar à tribuna para lhe dar esses dados com mais detalhes. No entanto, apresso-me a vir à tribuna, porque a denúncia que recebi foi por parte do Presidente da Associação dos Municípios, em comitiva com mais 12 prefeitos que fazem essa denúncia. Já oficieei ao Ministério do Interior pedindo mais informações, mas apresso-me em trazer a denúncia que me parece séria e de boa procedência. Agora, entenda V. Ex^a que os 15 bilhões, ou 18, os dados variam, vamos dizer entre 15 e 20 bilhões de cruzeiros que estariam sendo drenados para o Nordeste são uma gota em um oceano das necessidades do Nordeste, mas eles são indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Veja bem que aqui não se quer, absolutamente, caracterizar uma briga entre Norte e Nordeste, queremos apenas...

O Sr. Marcondes Gadelha — E não nos interessa.

A SR^a EUNICE MICHILES — E os recursos também não valeriam,...

O Sr. Marcondes Gadelha — Claro!

A SR^a EUNICE MICHILES — ... não teriam esse peso. No entanto, o que nós queremos é exatamente evitar que recursos minguados que nós conseguimos, que são carreados para a Amazônia e que não teriam nenhum peso em outras regiões, mas que para lá eles são absolutamente significativos, que eles tenham uma outra destinação. É apenas isto. Queremos apenas marcar a nossa presença, neste momento, no sentido de alertar para que de modo algum, de forma alguma recursos destinados à Amazônia sejam liberados para outras regiões. Era só isto.

O SR. FÁBIO LUCENA — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. EUNICE MICHILES — Senador Fábio Lucena, permito o aparte, com o maior prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senadora Eunice Michiles, V. Ex^a coloca em seu pronunciamento mais um ponto importante no aguçamento de todos os fatores negativos relacionados com o desenvolvimento da nossa sofrida região, tão bem nomeada de irmã do sofrido Nordeste pelo Senador Marcondes Gadelha. Faz poucos dias, eu analisei o balanço do Banco da Amazônia relativo ao exercício de 1983, e demonstrei que, desde a primeira vez, desde que criado faz 21 anos, o Banco da Amazônia apresentou um prejuízo da ordem de 4 bilhões e 900 milhões de cruzeiros. Nós não temos banco de desenvolvimento estadual nem regional, apenas o Banco da Amazônia como agente financeiro dos projetos desenvolvimentistas do Governo Federal. Na medida que o Banco da Amazônia dá prejuízo, V. Ex^a observa a quanto anda a economia amazonense em particular, anda a passos para a retaguarda. V. Ex^a cita novos fatos, fatos que lhe são fornecidos por fonte idônea como a Associação dos Municípios. Mas, basta ver, nobre Senadora, o que se fez com a verba consignada no orçamento monetário e destinada ao financiamento da borracha amazônica. Até o meado do mês de abril, as autoridades da Secretaria de Planejamento e do Banco Central teriam que repassar para o Banco da Amazônia a importância de 30 bilhões de cruzeiros para financiamento de custeio da safra da borracha amazônica e isto, até hoje, não foi feito. E V. Ex^a é testemunha, sabe perfeitamente que a safra de borracha amazônica deste ano está ameaçada de colapso, com graves prejuízos para cerca de dois milhões de pessoas que hoje vivem, de uma forma ou de outra, vinculadas à economia da borracha. Por outro lado, alega o Senador pela Paraíba que lhe causa surpresa enunciação

desses dados por V. Ex^a, mas desde os tempos do Senador Evandro Carreira que aqui se dissertavam e se recitavam, até exaustivamente, os números, as cifras que são desviadas da Região Amazônica. Recentemente, por exemplo, eu dedilhei aqui um rosário relacionado com aplicações do Banco da Amazônia em Itaipú, aplicações que, em quatro anos, atingiram quatrocentos milhões de dólares e que o nobre Líder, Senador Virgílio Távora, prometeu, faz dez dias, dar ao Senado a real procedência e destinação desses valores e, no entanto, nós outros representantes do Amazonas, como a Amazônia, continuamos com a nossa paciência e a nossa posição de tranquilidade, tranquilidade absolutamente amazônica, caracteristicamente amazônica, na espera de que as lideranças do Nordeste, que empolgam as lideranças do Governo, atualmente do Parlamento, nos ajudem a nós, fracas vozes da Amazônia, a reter em nossa região pelo menos, nobre Senadores, aquilo que nos pertence por lei e por direito. Meus parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a e me perdoe por haver alongado um pouco, mas a necessidade do aparte era indispensável. Muito obrigado.

A SRA. EUNICE MICHILES — Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, mas lamento que tenham me dado um banho por causa disto. (Risos)

Nobre Senador Fábio Lucena, os dados que V. Ex^a traz neste momento são absolutamente importantes e eu confesso a minha satisfação por ter V. Ex^a como defensor daquela área sofrida, porque, quando se trata de defender o Amazonas, nós esquecemos nossas cores partidárias e nos entrosamos no melhor espírito, para defender a nossa região.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. EUNICE MICHILES — Com muito prazer, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Apenas para explicar ao eminente Senador pelo Amazonas que o prometido está de pé. Disse-lhe que precisava de uma semana por uma razão simples: o Banco do Nordeste e o BASA são também bancos de desenvolvimento regionais. Estão todos eles reunidos, agora, neste congresso da ALADI. Por coincidência, toda a sua diretoria está em Fortaleza, Ceará. Solicitei por telex às duas direções e torno no dia de hoje a reiterar o pedido para oferecerem os esclarecimentos necessários. Mas, desde já, em contato com um dos diretores daquele estabelecimento bancário, tive a informação, a mesma do Banco do Nordeste, isto é, são repasses feitos pelo banco, que fica ainda com a comissão do repasse. Se eles não fizessem tal operação, qualquer outro estabelecimento bancário cujo dinheiro não é deles faria. Mas, não me nego a cumprir a promessa ao eminente Senador Fábio Lucena que no momento falava por toda a Amazônia, assim o esperamos, e trazer aqui os esclarecimentos necessários que serão também extensivos a toda a Região Nordeste. No início deste ano, por exemplo, já o Banco do Nordeste fez outra operação do FINAME para ITAIPÚ, em abril, portanto no mês passado, no valor de 149 bilhões de cruzeiros. Não foi um tostão dele, foi justamente dinheiro do FINAME que teve como agente financeiro o Banco do Nordeste, como poderia ser qualquer banco paulista. Aliás, há uma ciurmadia imensa entre os bancos da terra do eminente Senador Fernando Henrique Cardoso e os dois bancos de desenvolvimento quando o FINAME lhes atribui qualquer parcela no financiamento à ITAIPÚ.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

A SR^a EUNICE MICHILES — Com prazer, Senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Quero reiterar a V. Ex^a o nosso interesse pela matéria que traz à discussão nesta tarde. Apenas pediria a V. Ex^a e ao eminente Senador Fábio Lucena um pouco de parcimônia, um pouco de tolerância nas afirmações, nas sentenças aqui trazidas. Acho que vai-se um pouco longe quando se diz que o Nordeste subtrai recursos à Região Amazônica, e vai-se longe demais quando se recua no tempo para dizer que isso sempre foi assim, inclusive já teria sido cobrado esse comportamento das autoridades, por parte do Senador Evandro Carreira, representante do melhor quilate da Região Amazônica. Ora, se formos recuar um pouco no tempo vamos ver que os incentivos fiscais foram criados em função da realidade nordestina, em primeiro lugar e em primeira mão, pelo Presidente Juscelino Kubitschek em termos de transferência de recursos especificamente para o Nordeste, via SUDENE. Depois disto, sim, foram criados os incentivos para a SUDAM. Evidentemente, dividindo a fatia, dividindo com o Nordeste, subtraindo ao Nordeste uma parte dos recursos que, na sua totalidade, no início, eram encaminhados para aquela Região. Ninguém reclamou, Sr. Presidente. Nós achamos justo, achamos natural a Região Amazônica, embora seja outra realidade, em que as condições climáticas e o estilo de ocupação da terra sejam diferentes da nossa, pois é uma Região também pobre e carente, participar desse mecanismo de transferência de recursos das regiões mais ricas que com toda a razão, também deveriam se orientar para a Região Amazônica. Mas depois disto, e depois da criação da SUDAM, outros recursos também foram subtraídos ao Nordeste através dos Fundos Setoriais de Desenvolvimento. Finalmente, os recursos mais específicos, através do Plano de Integração Nacional, o PIN, para a construção da Transamazônica e para a colonização da Região; foram recursos retirados do Nordeste em direção à Região Amazônica. De modo, que tenho a impressão de que a realidade histórica vai exatamente ao contrário do que tem sido afirmado pelos nobres representantes da Amazônia. Nós não queremos fazer disto um pomo de discórdia, não queremos fazer disto um cavalo de batalha. Apenas, pedimos um pouco mais de temperança no exame da questão, sobre a qual nos comprometemos, também, a debucar, a estudar e a discutir até que se encontre realmente um denominador comum. Claro que vamos precisar, mais adiante, que a eminente Senadora Eunice Michiles nos traga os números com precisão, aponte as rubricas nas quais a Região Amazônica teria sido lesada, aponte as funções que foram prejudicadas por esses mecanismos e, enfim, de que forma esses recursos foram carreados, em última análise, para a Região Nordeste? Digo a V. Ex^a, não interessa, não há qualquer vantagem para o Nordeste — seria aquilo que Gabriel García Márquez chama a missa de pobreza, de se tirar de uma parte e colocar em outra, de fazer com que um coxo se ampare no capenga. Tenho a impressão de que essa situação não serve ao Nordeste, não serve à Região Amazônica, não serve à inteireza da Federação. As duas regiões têm sido vítimas do modelo concentrador, do modelo que, em última análise, fortalece o já forte; do modelo excessivamente hegeliano que trata de dar maiores condições e de unificar todo o processo de desenvolvimento a partir de uma só região. Aquela velha teoria da gota de óleo que, a partir de São Paulo, se expandiria e alcançaria todas as regiões. Lamentavelmente, sabe V. Ex^a que isto não aconteceu. Nós continuamos cada vez mais pobres e a defasagem, o **gap** entre o Nordeste-Amazônia e o Centro-Sul continua a aumentar consideravelmente. Esse fosso nós temos que corrigir juntos, solidários, trabalhando, lutando numa mesma causa e numa mesma direção. Tenho a impressão que não vão ser essas coisas — desculpe a expressão — pequenas em termos de volume, de montante, como V. Ex^a

disse, que vão nos separar em nossa luta comum contra o subdesenvolvimento.

A SR^a EUNICE MICHILES — Sr. Senador, o meu despretençioso pronunciamento se cinge a este episódio, sem ter nenhuma pretensão de uma análise histórica, tampouco de deflagar, neste Parlamento, uma briga pelos recursos do Norte e do Nordeste. Apenas, caracterizar um fato, uma denúncia de procedência confiável e marcar presença no sentido de que estaremos aqui atentos a episódios dessa natureza. Mas, longe de nós termos a pretensão de deflagar aqui uma briga por recursos do Norte e do Nordeste. Acho que não teríamos, como disse V. Ex^a, nenhum objetivo nesse sentido e, muito menos, lucro com isto. Temos é que, realmente, admitir as nossas carências e juntarmos-nos, para que ambos, Norte e Nordeste, possam ter recursos cada vez mais volumosos com o propósito de corrigir e evitar distorções de nossa realidade. Era só isto.

Quanto à cobrança de V. Ex^a, voltarei à tribuna para fornecer-lhe mais dados específicos, a respeito deste assunto.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a EUNICE MICHILES — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senadora, cheguei aqui quando o nosso ilustre Líder em exercício fazia uma declaração que, realmente, demonstra que S. Ex^a não está muito bem a par das ocorrências. Também, o que desejo é que nossas duas regiões, uma rica, precisando de ser aproveitada, que não é problema, é solução, a Amazônia; e a outra, que o Brasil todo deve a ela levar o seu amparo. Mas é preciso ficar bem claro: a criação, em 1946, na Constituição, dos 3% dos recursos da União que deveriam ser dados para aquelas regiões, mais para a Região Amazônica, foi de autoria de um Deputado do Estado do Amazonas, Leopoldo Peres, com o apoio de toda a nossa região, e lembro-me bem de um Senador do meu Estado, Álvaro Adolfo, que foi por sinal meu professor e ilustre Senador do PSD, amigo do Senador Magalhães Barata, amigo do pai do Senador Hélio Gueiros e também do Senador, que juntos aqui lutaram e levaram o parlamento de então, em 1946, a criar na Constituição 3% da Receita da União para a nossa região. Para aprovar, dado o volume da força dos Deputados e dos Senadores da Região Nordeste, é que a coisa foi partilhada, mas o projeto é do Deputado Leopoldo Peres, com todo o apoio do nome que lhe repito aqui com respeito, do Senador Álvaro Adolfo, o Nordeste é que veio a partilhar. E mais, depois para conseguirmos até alguma coisa a mais nesse sentido, porque nós é que fomos os precursores do projeto, tivemos que nos entregar às exigências respeitáveis dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão; assim estenderam as fronteiras do Amazonas, e tivemos que criar a Amazônia Legal e a Amazônia Verdadeira, que é a que existe e onde está aparecendo o ferro, o ouro, a bauxita, a madeira e todas essas riquezas que colhemos. Apenas quero fixar esse detalhe, embora não tenha ouvido o discurso todo da nossa respeitável colega. Fique certo, também, V. Ex^a que em todas as disputas, em todas aquelas cobranças justas do Nordeste nunca faltou o apoio integral da Amazônia, todo o tempo. Aliás, nunca nos tem faltado também a do Nordeste com quem nós somos realmente a grande força humana e a grande força de riqueza desta grande Nação, que é o nosso Brasil; um com suas imensas terras a serem exploradas e o outro com a imensa população que vem sendo explorada e que não vem sendo ajudada devidamente.

A SR^a EUNICE MICHILES — Obrigada nobre Senador.

Concluindo, Sr. Presidente, esperamos que os recursos da SUDAM, notadamente os destinados aos municípios amazônicos sejam respeitados, pois representam na realidade, as sementes que farão germinar o desenvolvimento nas mais distantes áreas desta região, abrindo novas fronteiras sócio-econômicas e políticas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome dos brasileiros espalhados pelas distâncias selváticas da Amazônia, estamos reivindicando o retorno dos recursos da SUDAM transferidos para o Nordeste. Estamos pedindo também, que não sejam permitidos investimentos do BASA no Sul do País, com recursos captados na Amazônia. Apoiamos a luta dos Senadores daquela Região Amazônica como Fábio Lucena, Gabriel Hermes e outros na defesa da Região Amazônica.

Não temos dúvidas, que os recursos que o Brasil destina à Amazônia possuem caráter de investimento a médio prazo, e só preservando-os é que poderemos dar início, agora, à derrubada da muralha que, lamentavelmente, ainda hoje, distingue o Brasil rico do Brasil pobre.

Estamos reivindicando a reposição imediata dos recursos transferidos da SUDAM para o Nordeste, para que possamos sair da posição de apêndice acidental do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE.) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma breve comunicação.

O SR. PASSOS PÓRTO (PDS — SE.) — Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Recebi do Senador Albano Franco, de Nova Iorque, onde está em missão oficial do Senado da República, comunicação de que S. Ex^a também integrará a comitiva do Senhor Presidente da República em visita ao Oriente nos dias 23 a 27 de maio ao Japão e nos dias 27, 28, 29 de maio e 1º de junho à China.

Na forma regimental, solicito a V. Ex^a que receba o telex que foi dirigido ao Senador Albano Franco pelo Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que é o Chefe do Departamento de Promoção Comercial, do Ministério das Relações Exteriores, a fim de que tenha os efeitos que o Regimento deve ter para proteger o nobre representante em viagem não integrada à missão oficial do Senhor Presidente da República, mas na condição de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, integrando, como empresário, essa viagem ao Japão e à China.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Mesa acolherá o requerimento.

Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG.) — Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Quero dar conhecimento ao Senado do telex que acabo de receber da Cooperativa de Laticínios de Teófilo Otoni, pedindo, inclusive, a gentileza do nobre Senador Virgílio Távora e do nobre Senador Marcondes Gadelha

que responde, hoje, pela Liderança do Governo. Diz o telex:

TLX NR/235/84

Da: Cooperativa de Laticínios Teófilo Otoni Ltda

Pa: Senado Federal

Att. Senador Itamar Franco

Em dezembro ultimo enviamos a V. Ex^a o telex Nr/107 contendo nossos temores face aa importação de grande quantidade de leite em poh dos Estados Unidos em plena safra. Para tristeza nossa, os temores configurados anteriormente, confirmaram-se da maneira mais sombria: a CCPL, Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda, estah com dois meses de atraso no pagamento da nossa cooperativa que congrega 3.100 cooperados e mais de 100.000 dependentes indiretos, em virtude de uma retração sem precedentes, a nível governamental e privado, da compra do leite em poh produzido pela CCPL, recrudescendo no momento com as dificuldades da central na obtenção dos recursos de saneamento financeiro, através da Circular 761 do BACEN. O reflexo negativo desta situação vai da porteira das propriedades, 80% pequenos e minis, aos botequins das esquinas.

Rogamos para o elevado espirito publico de V. Ex^a no sentido de envidar esforços junto ao grupo de trabalho da 761, para agilizar a composição deste enquadramento e coibir em definitivo situações que no futuro venham favorecer produtores rurais estrangeiros em detrimento dos brasileiros.

Atenciosamente, — **Augusto Sergio Marx**, Diretor da Coop. Latic. T. Otoni Ltda.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador, infelizmente, não são permitidos apartes em breves comunicações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, este é o apelo que endereço ao nobre Líder do Governo, o Senador Marcondes Gadelha, e ao nobre Senador Virgílio Távora, para que tomem conhecimento deste telex da Cooperativa de Laticínios Teófilo Otoni. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, para uma comunicação.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer uma breve comunicação a respeito de uma notícia que foi publicada hoje na **Folha de S. Paulo**, em manchete de primeira página, pela qual se indicaria que o Ministro Ibrahim Abi-Ackel articula a reeleição do Presidente Figueiredo para mandato tampão. Textualmente se diz que a proposta teria sido discutida com diversos setores da Oposição e com o próprio Presidente. Diz a **Folha de S. Paulo**:

"Em seus contatos realizados sigilosamente em Brasília e viagens que tem feito nas últimas três semanas a outros Estados, Ackel incluiu conversas demoradas com o governador de Minas Tancredo Neves (com quem teria discutido mais de uma vez), o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB — SP) e o ex-deputado Renato Archer (PMDB — MA), membro da Comissão Executiva do partido.

Quero declarar ao Senado Federal que esta notícia é falsa, é mentirosa. Não quero atribuir a mentira diretamente ao Ministro, porque geralmente essas notícias vêm assim de uma maneira pouco precisa, e tampouco quer dizer que a **Folha de S. Paulo** não tenha ouvido de alguém essa informação. Mas está chegando ao limite do desrespeito o que está acontecendo no Brasil, em que se propõem negociações inexistentes, trata-se de um tema que envolve o Ministro de Estado, mencionando a prorrogação do mandato de Presidente e que teria sido conversado com os Senadores da República. E mais, ainda, adiante se diz e se atribui ao Sr. Ministro que essa conversa teria tido:

"A aceitação do diálogo que propõe a ausência de respostas negativas indicam certa receptividade de seus interlocutores".

Isso é da maior gravidade, quando se afirma que tivéssemos discutindo prorrogação de mandato e com certa receptividade; seria, realmente um comportamento absolutamente antidemocrático.

Queria consignar nos Anais do Senado da falsidade da afirmação. Acho que o próprio Ministro da Justiça deveria explicar ao País do que se trata, embora não tenha havido essa conversa comigo — e tenho certeza de que não houve com o ex-Deputado Renato Archer — pois falei, hoje, com S. Ex^a pelo telefone e S. Ex^a negou que tivesse tido qualquer conversa com o Ministro Abi-Ackel a esse respeito nestas três últimas semanas, há mais do que uma isinuação, há uma afirmação de que o Sr. Ministro da Justiça propõe a prorrogação do mandato do Presidente da República. E o Presidente está envolvido espero que na mesma circunstância em que eu estou, ou seja, sem ter responsabilidade, porque aqui se diz que o Presidente ouviu e concordou.

O Sr. Benedito Ferreira — Mas o repórter afirma que o Ministro fez essa declaração?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Afirma, na forma elíptica.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador, não são permitidos apartes em breves comunicações. Ainda há pouco o nobre Senador Marcondes Gadelha quis apartear o nobre Senador Itamar Franco, mas em breves comunicações — a própria palavra já está dizendo — se o orador conceder apartes, não falará mais. O Regimento Interno proíbe apartes em breves comunicações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sem responder ao aparte de V. Ex^a, leio o texto:

"Convencido da inviabilidade de aprovação da Emenda Leitão pelo Congresso, o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel está articulando, junto a setores da Oposição, a reeleição do Presidente Figueiredo."

E segue a notícia.

O Sr. Benedito Ferreira — Mas não diz que S. Ex^a declarou.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não diz claramente que S. Ex^a declarou. De qualquer maneira pediria que consignasse, e espero que o Ministro da Justiça, dada a responsabilidade que tem na República, nos explique que prorrogação é essa. Muito obrigado.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha, como Líder.

O SR. MARCONDES GADELHA (PDS — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com todo o respeito ao eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, não há o que responder em relação à comunicação que acaba de fazer à Casa, nem esta Liderança tem o que responder, e muito menos o Sr. Ministro da Justiça. Quero crer que a interpelação que o Senador Fernando Henrique Cardoso faz é dirigida à **Folha de S. Paulo**, que publicou uma matéria igual aos inúmeros boatos que circulam por esses corredores. **Folha de S. Paulo** não atribui, em nenhum momento, responsabilidade ao Ministro da Justiça pela matéria divulgada. Não li o jornal mas quero crer que não há nada aspirado nesta matéria que acaba de ler o Senador Fernando Henrique Cardoso. Depois, é do conhecimento inteiro da Nação que este assunto já foi suscitado em diversas ocasiões, e que recebeu sistematicamente uma sonora negativa do Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Ex^a.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — A sonora negativa do Presidente da República houve várias vezes, exatamente razão adicional para que o Ministro diante dessas notícias veiculadas faça o que eu fiz, diga que não é verdade.

O SR. MARCONDES GADELHA — Se o Ministro da Justiça ficasse catando em jornal cada matéria que se publica o seu respeito...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Matéria de manchete.

O SR. MARCONDES GADELHA — ... seria uma interminável sucessão de desmentidos, e então os nossos jornais seriam feitos de não ditos.

Teríamos uma situação bizarra, em que a verdade seria aferida pelo seu contrário.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — É melhor que o jornal seja uma sucessão de desmentidos do que o Governo ser acusado de estar permanentemente envolvido em tentativas não muito claras.

O SR. MARCONDES GADELHA — Esta é uma situação extremamente desagradável que nós criaríamos para a nossa imprensa, que já vem sendo vítima de incompreensões por parte da opinião pública. Sabe V. Ex^a que a **Revista Veja** publicou uma pesquisa de opinião, em que nós, políticos e imprensa, ficamos nos piores lugares no **ranching** de credibilidade diante da opinião pública deste País. Ora, se continuarmos brincando com fatos dessa natureza...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Perdão, Senador Marcondes Gadelha, não estou brincando com fato nenhum. É uma notícia que ofende a minha honra. Absolutamente, eu não estou brincando. Dizer que fui combinar com o Ministro da Justiça um golpe para prorrogação de mandato não é brincadeira. É muito sério e eu tenho que desmentir.

O SR. MARCONDES GADELHA — V. Ex^a não disse que teria sido citado na matéria. Estou ouvindo pela primeira vez e agora compreendo a sua revolta. V. Ex^a foi citado nominalmente?

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nominalmente, como interlocutor do Ministro. Eu, o Governador Tancredo Neves e o Renato Archer. E não falei com o Governador Tancredo Neves, mas falei com o Renato Archer. Também é falso, e por isso a minha indignação.

O SR. MARCONDES GADELHA — Espero, que V. Ex.^a não esteja atribuindo ao Ministro da Justiça a veiculação dessa matéria.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Espero que o Ministro diga isso.

O SR. MARCONDES GADELHA — Uma matéria que sai solta, que sai escoteira na **Folha de S. Paulo**, V. Ex.^a está dirigindo a sua interpelação de uma maneira oblíqua ao **Jornal Folha de S. Paulo** que o citou nominalmente, de uma forma que V. Ex.^a considera irresponsável.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — A **Folha de S. Paulo** publicou e deu manchetes em primeira página, uma notícia atribuindo ao Ministro duas coisas; estar articulando a continuidade do mandato do Presidente, a prorrogação, ter sido ouvido pelo Presidente que não o proibiu e ter tido apoio das Oposições, e aí citou esses três. Então, a matéria é séria e requer um esclarecimento do Ministro, para o bem do próprio Ministro e do Governo. Fora disso eu serei obrigado a imaginar que existe alguma articulação que não passou por mim — eu espero que não exista. Eu confiaria na palavra do Presidente e do Ministro se eles dissessem efetivamente que isto é falso.

O SR. MARCONDES GADELHA — Antecipo a V. Ex.^a, que V. Ex.^a goza de credibilidade no seio deste Congresso Nacional, junto à opinião pública deste País, junto à imprensa nacional e junto ao Governo Federal. V. Ex.^a goza, junto a todas estas entidades de um respeito, de uma credibilidade, absolutamente acima de qualquer dúvida, absolutamente inatacável. De modo que a segurança quanto a sua imagem já lhe dá uma tranquilidade preliminar na abordagem desta matéria.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Um instante, nobre Senador, porque inclusive ainda vou precisar de algum tempo para responder a sua comunicação também.

Em segundo lugar, V. Ex.^a tem todo o levantamento da evolução dessa discussão em torno de prorrogação de mandato do Senhor Presidente da República, que já vem de alguns meses, quase que um ano, já foi suscitado pela primeira vez pelo eminente Ministro César Cals, e sistematicamente tem esbarrado com a recusa do Presidente da República, embora figuras importantes da Oposição, como o Governador Leonel de Moura Brizola, tenham se reportado com simpatia a este tema, o que evidentemente não causa nenhuma estranheza, uma vez que o Governador Leonel Brizola atribui ao Presidente da República um papel importante na consolidação do processo de abertura democrática, e entende que S. Ex.^a poderia exercer um papel, no entendimento do Governador Brizola, semelhante ao papel exercido pelo Rei da Espanha, dentro de um modelo que se pressupõe, talvez, parlamentarista, com um regime de coalisão.

São teses que são veiculadas, que são levadas à discussão, e pelas quais ninguém tem se responsabilizado até o momento. Compreendo a revolta justa, pela citação nominal, do Senador Fernando Henrique Cardoso, mas quero crer que esta é uma tempestade em copo d'água. Exigir, por conta disso, um desmentido do Ministro da Justiça, cobrar do Ministro da Justiça um pronunciamento a respeito de uma tese que eu diria quase que soada ou pelo menos cansada, tantas vezes tem sido usada e tantas vezes tem sido desmentida, eu tenho a impressão

que isto seria um esforço, seria um exagero, seria um **tour de force** ao qual o bom senso não pode ceder.

O nobre Senador Fernando Henrique Cardoso faz a sua ressalva perante a opinião pública, e eu quero crer que nós estamos necessitando efetivamente de homens da envergadura do Senador Cardoso, para a evolução dessa negociação, para dar curso efetivo a essa negociação, não necessariamente esse tipo de negociação que conduz à prorrogação de mandato de quem quer que seja. Enfim, que nós tenhamos um mecanismo qualquer, estrutural e legal, que garanta a consolidação do processo democrático, sem riscos de retrocesso de um lado e sem risco de revanchismo de outro. Esta é a grande tarefa da negociação, é neste sentido que nós entendemos que o processo de consenso deva ser elaborado, é a montagem de mecanismos naturais que, subtraindo forças à autoridade, que diminuindo o Poder Executivo, que fazendo a dispersão da autoridade, que dando prerrogativas ao Poder Legislativo, que restaurando a capacidade plena do Poder Judiciário de agir como revisor dentro do processo constitucional, nos dê garantias constitucionais a todos, para que nós tenhamos um modelo de convivência social onde todos se sintam à vontade para trabalhar e construir livremente.

É desta forma que nós entendemos o espírito do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso; é dessa forma que nós entendemos o espírito da negociação. Ninguém, em nenhum momento, pode pensar que negociação venha a ser símbolo de casuísmo, que negociação venha a ser símbolo de continuísmo, que negociação venha a ser um artifício e que a negociação venha a ser uma artimanha para que se façam coisas ao arpejo do consentimento nacional.

Ora, Sr. Presidente, temos confiança absoluta no desdortino deste Congresso Nacional, no entendimento de Lideranças oposicionistas e governamentais, que deverão de conduzir esse processo para a sua mais rápida conclusão, na forma como aguarda e como espera o povo brasileiro.

Sr. Presidente, só um esclarecimento a respeito da comunicação do Senador Itamar Franco quanto à importação de leite em pó.

Ora, sabe esta Casa, sabe a Nação inteira que o Governo se debate com uma crise terrível na sua balança de pagamento, que o Governo tem feito um esforço enorme para ajustar as suas contas externas, e que um dos itens fundamentais nesta luta é exatamente o equilíbrio da balança comercial. Temos feito um sacrifício enorme contendo importações e um esforço brutal para elevar as nossas taxas de exportação para termos um superávit este ano da ordem de 9 bilhões de dólares.

Convenhamos, Sr. Presidente, que esta não é uma tarefa muito fácil. Há de entender o nobre Senador Itamar Franco que não interessa ao Governo aumentar as importações, seja de que item for, inclusive agora que está premido pelos problemas referentes à carne e ao feijão; não interessa ao Governo expandir a sua pauta de importações com sacrifício evidente para essas metas na sua balança comercial.

Se, por acaso, o Governo cogita, se alguém cogita ou se a Associação de Consumidores pede isto, deve haver alguma razão que não há de fugir à inteligência do eminente Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Nós estamos com uma inflação da ordem de 230%, não há o que esconder neste ponto. A carne, o leite, o feijão são pontos fundamentais e decisivos na elaboração dos indicadores, e não apenas dos indicadores, mas da própria realidade, da dificuldade de vida em que se encontram as nossas populações de baixa renda, em torno de cujos orçamen-

tos é elaborado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Ora, Sr. Presidente, se ao Governo não interessa importar e se isso está sendo cogitado, essas coisas não acontecem ao acaso. Deve estar havendo uma pressão da opinião pública, que está sofrendo na carne, me permitam o trocadilho.

O Sr. Itamar Franco — Eu estou permitindo, estou só escutando.

O SR. MARCONDES GADELHA — Então, há uma comunidade nacional inteira que está assustada com a iminência de que os preços do leite e da carne venham a dobrar. Com isso nós correremos o risco de uma ruptura, o risco de um estremecimento na coesão social interna deste País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço um mínimo de compreensão à Oposição para este problema. Estamos naquela situação em que o indivíduo paga por ter cão e por não ter cão. Se não equilibrarmos as nossas contas externas, então, passamos a ser um mau devedor, passamos a ser inadimplentes, corremos o risco de ter cortados os fluxos de capital de fora para dentro e de prosseguirmos indefinidamente com a crise, com a estagnação e com a parada do crescimento econômico; se fazemos um esforço, por outro lado, para conter essa situação, correremos o risco de agravar a inflação e haverá os reclamos naturais internos da população que para nós são muito mais importantes do que as queixas dos banqueiros ou as gritas do FMI à nossa segurança no cumprimento das nossas obrigações implícitas nas cartas de intenções. Ora, Sr. Presidente, nós não podemos condescender com o risco de que os índices inflacionários venham a disparar. Se consentirmos no prosseguimento desta situação teremos uma inflação virtualmente incoercível, teremos uma argentinização dos nossos índices e o Governo não pode ficar cego e surdo aos clamores nacionais assustados com esta situação.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Ex.^a com muito prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Senador Marcondes Gadelha, primeiramente queria voltar à questão do Senador Fernando Henrique Cardoso. Quando pedi o aparte V. Ex.^a, com a sua inteligência brilhante, estava esclarecendo alguns pontos. Acho que V. Ex.^a não respondeu à questão nuclear colocada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. Fez S. Ex.^a muito bem em vir ao plenário do Senado Federal trazer esse desmentido. O Senador Fernando Henrique Cardoso é um Senador da República, é um homem de Oposição, tem a sua postura julgada pela Nação. S. Ex.^a não poderia hoje estar perante a opinião pública brasileira como um homem que estivesse defendendo a prorrogação do mandato de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Então, S. Ex.^a agiu corretamente ao dizer da tribuna do Senado Federal que essa notícia não é verdadeira. Se o Senador Fernando Henrique Cardoso, como Senador da República fez o que fez e agiu como deveria, como um homem público, S. Ex.^a estava apenas solicitando ao Ministro da Justiça que viesse em nota pública dizer se participou ou não desses entendimentos. Se o Ministro da Justiça participou dos entendimentos, por certo não o fez com o Senador Fernando Henrique Cardoso e nem com o nosso ex-colega Parlamentar Renato Archer. É preciso que V. Ex.^a não fuja dessa questão nuclear...

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Senador, eu não fugi. Suponho que V. Ex.^a vai passar ao tema da sua comunicação, eu não quero deixar passar esta oportunidade...

O Sr. Itamar Franco — Só quero terminar o meu raciocínio.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Só quero dizer que em nenhum momento procurei escapar à realidade de colocar isto. Está ressalvada para mim a figura do Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Itamar Franco — Inicialmente, V. Exª nem entendia o porquê.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Agora, devo dizer a V. Exª o seguinte: não haveria nenhum desdouro em qualquer pessoa, como não há em relação ao Governador do Rio de Janeiro, em defender a prorrogação do mandato do Presidente da República. S. Exª foi criticado e acusado.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª aí comete um ligeiro engano.

O SR. MARCONDES GADDELHA — É preciso saber que numa matéria desse tipo não caberia reação tão forte do Senador Fernando Henrique Cardoso...

O Sr. Itamar Franco — Caberia sim, Exª

O SR. MARCONDES GADDELHA — Esta já é uma matéria excessivamente sabida e repelida pelo Senhor Presidente da República, que não quer a prorrogação do seu mandato. Sua Excelência é favorável, em tese, à prorrogação de mandato, mas, em nenhum momento, aceita ser o primeiro a quebrar essa tradição da República.

O Sr. Itamar Franco — Agora, não entendi!

O SR. MARCONDES GADDELHA — Será que V. Exª não está cansado de ouvir isto?

O Sr. Itamar Franco — V. Exª se confundiu neste momento. V. Exª disse que o Presidente é favorável à prorrogação de mandato? Não entendi. Agora, sou eu quem não compreendi a frase final de V. Exª. V. Exª disse que o Presidente é favorável à prorrogação de mandato?

O SR. MARCONDES GADDELHA — Não. Eu disse diversas vezes.

O Sr. Itamar Franco — Acho que V. Exª cometeu aí um engano qualquer. Estou auxiliando V. Exª para que isto não conste dos Anais.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Esclareço a V. Exª. O Presidente admite, em tese, a prorrogação de mandato, mas não para si próprio.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª já esclareceu.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Essa possibilidade está colocada, inclusive, dentro da emenda que sua Excelência enviou ao Congresso Nacional. Não há nada a esconder neste ponto. Está muito claro.

O Sr. Itamar Franco — O que estamos discutindo é a posição do Senador Fernando Henrique Cardoso, Exª

O SR. MARCONDES GADDELHA — Esta tradição é a única não quebrada.

O Sr. Itamar Franco — O Senador Fernando Henrique Cardoso teria que ter a atitude que teve. V. Exª não quer responder esta questão nuclear, fazer justiça, é um outro problema. Agora vamos ao problema que V. Exª...

O Sr. Pedro Simon — Senador Itamar Franco, o Presidente da República não fala em prorrogação. Sua Excelência fala em reeleição. Não sei se foi ato falho do nobre

Líder, mas S. Exª diz que a emenda fala em prorrogação. Não, a emenda fala em reeleição e o Líder diz que o Presidente é favorável à prorrogação na emenda. Não, a emenda não fala em prorrogação.

O Sr. Itamar Franco — Senador Pedro Simon, não sei se nesta altura já é prorrogação, não sei se há qualquer coisa aí, o Líder do PDS não esclareceu convenientemente. Agora, é incrível, Senador Marcondes Gadelha, que V. Exª hoje na Liderança do Governo, após eu ler um telex da Cooperativa de Teófilo Otoni protestando contra a importação de leite em pó dos Estados Unidos da América que está trazendo prejuízo a todos os brasileiros, que V. Exª venha à tribuna para defender essa importação e dessa importação V. Exª faz a...

O SR. MARCONDES GADDELHA — Vá dizer isso à dona-de-casa de um bairro humilde de Teófilo Otoni, vá dizer isso à criança que vai dormir sem o leite para beber...

O Sr. Itamar Franco — Quem tem de dizer são V. Exªs que comandam a economia deste País, não somos nós, Exª.

O SR. MARCONDES GADDELHA — ...vá dizer que V. Exª quer a elevação do preço do leite, vá dizer isso aos pais do Rio de Janeiro, vá dizer isso ao Nordeste esmoado, vá dizer...

O Sr. Itamar Franco — Vamos dizer que V. Exªs estão entregando este País aos estrangeiros. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Agora já é o produtor rural brasileiro que se vê prejudicado com essa importação de leite em pó, Exª inclusive tenho um projeto para beneficiar o consumidor na isenção do ICM. V. Exª não pode ficar e nem desviar a atenção para esse protesto da Cooperativa de Teófilo Otoni, que representa aqui 100 mil dependentes com essa importação que vem trazer prejuízos aos brasileiros e que vem favorecer, mais uma vez, os estrangeiros neste País. Que V. Exª continue defendendo os acordos internacionais, isso é outro problema. Não é justificável que o Brasil importe leite em pó, Senador Marcondes Gadelha. Quero que V. Exª me diga se é ou não justificável a importação de leite em pó.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador Marcondes Gadelha, peço a V. Exª não conceda mais aparte porque está esgotado o tempo de V. Exª e ainda temos a Ordem do Dia.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Não defendo importação de coisa nenhuma e não apenas por bons sentimentos, mas pela necessidade que temos, inclusive, de equilibrar a nossa balança comercial. Agora, nobre Senador, entre essa necessidade de equilibrar a balança comercial, entre essa acusação que V. exª faz de que eu esteja defendendo os interesses de grupos estrangeiros...

O Sr. Itamar Franco — Que necessidade de equilibrar com importação de leite em pó... Isso não existe, Exª

O SR. MARCONDES GADDELHA — ...e as necessidades reais desta Nação desproteínizada, descalcificada, pobre, que não tem o que comer...

O Sr. Itamar Franco — Desprotegida esta Nação, sim, aí concordaria com V. Exª

O SR. MARCONDES GADDELHA — ...se eu aceitasse as suas objurgatórias, nobre Senador, daqui a quatro ou cinco meses, quando o preço do leite disparar, eu teria, também, que estar nesta tribuna combatendo o discurso que V. Exª faria...

O Sr. Itamar Franco — Em absoluto.

O SR. MARCONDES GADDELHA — ...contra a elevação em espiral louca dos preços do leite e da carne.

O Sr. Itamar Franco — Mais uma vez V. Exª foge à questão central. Afirmando-me que não há necessidade dessa importação de leite em pó para que o preço do leite possa baixar, para que o preço do leite possa chegar mais barato ao trabalhador.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Agora V. Exª nos dá uma informação auspiciosa.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª hoje está infeliz, porque acabei de ler um telex com as devidas informações, e V. Exª, talvez, nem o chamado Grupo 761, organizado pelo Banco Central, conhece...

O SR. MARCONDES GADDELHA — Conheço o problema que V. Exª suscitou.

O Sr. Itamar Franco — Ah! Então V. Exª precisa conhecer a fundo o problema.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Conheço o preço do feijão, o preço da carne, o preço do arroz. Aliás, isto é o que importa para mim e para a população brasileira.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª conhece o preço do leite?

O SR. MARCONDES GADDELHA — Conheço, nobre Senador, conheço e sei que ele é amargo.

O Sr. Itamar Franco — Ah! ele é amargo? Mas muito amargo, Exª, não é só amargo, não.

O SR. MARCONDES GADDELHA — MUITÍSSIMO amargo, e V. Exª quer que ele se torne mais amargo ainda.

Senador Itamar Franco, V. Exª diz que esta cooperativa de Teófilo Otoni tem...

O Sr. Itamar Franco — Eu digo, não. É o Presidente dela que está dizendo.

O SR. MARCONDES GADDELHA — ...que esta cooperativa tem a chave mágica capaz de manter estável o preço do leite. É possível que também se tenha alguma outra capaz de manter estáveis os preços da carne, do feijão, etc.

O Sr. Itamar Franco — Não é preciso chave. V. Exª, com esta argumentação, Senador Marcondes Gadelha, não faz jus à sua inteligência.

O SR. MARCONDES GADDELHA — Senador, estou procurando me colocar ao seu lado.

O Sr. Itamar Franco — Assim, não! V. Exª, defendendo os produtores estrangeiros, não vai se colocar nunca ao meu lado. Por favor, não!

O SR. MARCONDES GADDELHA — Estou procurando aceitar as ponderações de V. Exª, mas digo a V. Exª: quando V. Exª trouxer e expuser aqui, perante a esta Casa, este mecanismo que V. Exª tem para manter estáveis os preços do leite, eu estarei aqui para aplaudi-lo, Senador.

O Sr. Itamar Franco — Já tenho o caminho. O primeiro caminho está aí, Exª

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONDES GADDELHA — E me insugirei contra a importação, não apenas de leite...

O Sr. Saldanha Derzi — Em primeiro lugar, é preciso manter estável o preço da ração.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a permite?

O SR. MARCONDES GADELHA — ... como da carne, do feijão, etc. Nós estamos criando aí um mecanismo em cadeia. É preciso manter estáveis os preços da ração. Em seguida, o produtor de ração vai dizer que para estabilizar o preço da ração é preciso também estabilizar o preço dos componentes dos nutrientes. Ora, nós temos...

O Sr. Itamar Franco — Não vamos florescer, não, Ex^a

O SR. MARCONDES GADELHA — ... uma reação em cadeia que, em última análise, nos leva ao problema terrível com que nos defrontamos neste momento, que é a inflação galopante. E são os desajustes estruturais da economia. É para isto que estamos invocando o patriotismo da Oposição.

O Sr. Itamar Franco — O nosso patriotismo, Ex^a? Que argumentação é esta?

O SR. MARCONDES GADELHA — É para isto que estamos invocando a participação dessas figuras luminosas que têm, naturalmente, a solução para todos esses problemas. O Governo está receptivo, o Governo armou uma grande mesa de entendimentos, inclusive sobre esta questão econômica. O Presidente da República diz que é preciso mudar a ordem econômica. É preciso mudar, inclusive, a maneira de pensar e de agir.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Há uma ampla receptividade. Claro, nós somos todos ouvidos a esses clamores...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nobre Senador Marcondes Gadelha, apenas um minuto. É que, infelizmente para o argumento de V. Ex^a, a situação a que me referi é mais complicada. O que a **Folha de S. Paulo** diz, aqui, na sua primeira página sob o título "Ackel articula reeleição de Figueiredo com o PMDB", diz o seguinte: "A proposta é revelada pelo próprio Ackel". De modo que cabe a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador Marcondes Gadelha, peço que V. Ex^a, conclua o seu discurso, como Líder, porque já estamos no tempo destinado à Ordem do Dia e existem vários oradores inscritos.

O SR. MARCONDES GADELHA — Já concluo, Sr. Presidente.

O Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso ganha pelo cansaço. Farei um apelo para que o Sr. Ministro da Justiça faça, também, o seu esclarecimento a respeito desta matéria e acho que, assim, chegaremos à paz, nesta tarde.

O Sr. Saldanha Derzi — Muito bem!

O SR. MARCONDES GADELHA — Tinha a impressão, Sr. Presidente, que isto era absolutamente despendioso, era absolutamente desnecessário, tal a envergadura dos atores envolvidos nesta matéria trazida pela **Folha de S. Paulo**, todos eles dignos da maior credibilidade e da maior respeitabilidade neste País: o Senador Fernando Henrique Cardoso, o Sr. Ministro Ibrahim Abi-Ackel, o Senhor Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e, afinal de contas, um jornal do porte e da tradição da **Folha de S. Paulo**. Tenho a im-

pressão de que isto tornaria desnecessárias, prescindíveis, maiores minudências a respeito desta questão. Mas, se o Sr. Senador não dorme tranqüilo...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — É a Nação que não dorme tranqüila, com a possibilidade de uma articulação pela prorrogação do mandato. Eu durmo muito bem, Ex^a

O SR. MARCONDES GADELHA — ... a Nação fica sobressaltada, há um risco muito sério e fantasmas passam a povoar a noite do Brasil, então eu acho que o Ministro da Justiça, interessado naturalmente na paz social, na harmonia política e no entendimento entre os poderes, deve fazer o esclarecimento que o Senador Fernando Henrique Cardoso solicita. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 127, de 1982;

— Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1983; e

— Projeto de Resolução nº 18, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 78, de 1984, de autoria do Senador Marcondes Gadelha, solicitando autorização do Senado para acompanhar o Senhor Presidente da República em sua viagem ao Japão e à República Popular da China, e que, por falta de **quorum**, deixou de ser votado naquela oportunidade.

A matéria recebeu parecer oral, favorável, da Comissão de Relações Exteriores.

Vai-se passar, agora, à votação do Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 17 de maio de 1984

Excelentíssimo Senhor
Senador Moacyr Dalla
DD Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que me ausentarei do País a partir de 21 do corrente mês, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma dos arts. 36, § 2º, da Constituição, e 44 do Regimento Interno, integrar a comitiva que acompanhará o Senhor Presidente da República em sua visita ao Japão e à República Popular da China. — **Marcondes Gadelha**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 1984

Acrescenta dispositivo na Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 3º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, o seguinte § 3º:

"§ 3º O simples desacompanhamento de comprovação de procedência de peles ou outros produ-

tos de animais, nos carregamentos de via terrestre, fluvial ou marítima e aérea, que se iniciem ou transitem pelo País, caracterizará, de imediato, o descumprimento do disposto neste artigo, com a apreensão a cargo de autoridade competente, sem prejuízo das providências de natureza criminal."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Episódio recentemente ocorrido no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, em que as unidades do IBDF apreenderam vultoso carregamento de peles de jacarés em trânsito pelo País, procedente do Paraguai e com destino à França, mas tiveram que ficar longo tempo à espera da apresentação dos documentos comprobatórios de que não se tratava de contrabando (nome do exportador, origem da carga, etc.), bem demonstra a falha existente na legislação que dispõe sobre a proteção à fauna em nosso País.

Tal falha precisa ser corrigida urgentemente, para que não se repitam episódios como os atrás mencionado, aliás, bastante divulgado pela imprensa, sendo este o objetivo da presente proposição.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1984. — **Nelson Carneiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967

Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências

Art. 3º É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes de criadores devidamente legalizados.

§ 2º Será permitida, mediante licença da autoridade competente, a apanha de ovos, larvas e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 17 de maio de 1984.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, tenho a honra de indicar a V. Ex^a o nome do Senhor Deputado Nilson Gibson para integrar, em substituição ao Senhor Deputado Tapety Júnior, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1984 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde do crédito especial até o limite de Cr\$ 1.358.687.000,00 para o fim que especifica".

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a meus protestos de estima e consideração. — **Jorge Arbage, pelo Líder do PDS**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Será feita a substituição solicitada.

COMPARECEM MAIS OS SRs. SENADORES:

— Altevir Leal — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Carlos Alberto — Guilherme Palmeira — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Mauro Borges — Benedito Canelas — Roberto Campos — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 1979, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá direito ao marido de segurada à assistência médica, tendo

PARECERES, sob nºs 1.365 a 1.367, de 1981, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de **Legislação Social**, pela prejudicialidade;
- de **Finanças**, pela prejudicialidade.

Em votação o projeto.

O Sr. Gastão Müller — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — V. Exª tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O PMDB está informado de que a Liderança do PDS, portanto, da Maioria, nesta Casa, votará contra o projeto do eminente Senador Nelson Carneiro que nada mais faz do que estabelecer, como § 1º do art. 45 da Lei nº 3.807, que “a assistência médica será devida também ao marido da segurada da Previdência Social, independentemente de estado de invalidez, atendidas às condições mencionadas” naquele artigo.

Ora, Sr. Presidente, nós estamos vivendo uma era nova, uma era em que a mulher se equilibra, se equipara e se iguala ao homem em todos os sentidos. Nós precisamos, neste caso, a meu ver, perder o complexo de superioridade, e nos colocarmos na posição dos dias modernos, em que o homem perdeu a sua força do regime patriarcal, vivendo a situação que o próprio Direito Civil brasileiro, pelo seu Código aprovado há poucos dias na Câmara, estabeleceu ser o regime familiar de duplo comando, da mulher e do homem no mesmo pé de igualdade, não havendo superioridade de nenhum dos cônjuges.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto já teve uma precursora, a Deputada Lygia Lessa Bastos, que apresentou projeto semelhante na Câmara, quando representava o seu Estado pela ARENA, naquele tempo. Eu vou repetir o que disse S. Exª à época:

Motivos de ordem sociológica, provenientes de fatores históricos, inclusive de natureza religiosa, moldaram a sociedade sob estilo patriarcal, com notória hegemonia do homem. Dessa forma, as primeiras leis do trabalho, em vários países, além do nosso, foram elaboradas sob uma inspiração protecionista da mulher, mas que deixavam subjacente um paternalismo que se traduziu pela interdição do seu trabalho em múltiplas atividades, sob o fundamento, nunca comprovado cientificamente, da fragilidade do sexo, ou por questões de falsa moralidade.

Diz, adiante, a brilhante Deputada do Estado do Rio de Janeiro, Lygia Lessa Bastos.

Na vida em comum, assume a mulher, com o seu marido, compromissos para a formação do patrimônio familiar. Não há melhor exemplo que o próprio Sistema Financeiro de Habitação. Ali os financiamentos têm por base a renda familiar, não se quitando o imóvel, pelo seguro, com o falecimento de apenas um dos cônjuges. Ocorre, porém que, falecendo o marido, tem a mulher a respectiva pensão, que lhe garantirá a continuidade dos pagamentos das prestações. A recíproca, entretanto, não existe. A renda familiar, fracionada pela morte da mulher, torna-se insuficiente para o atendimento do compromisso assumido, com risco, até de se perderem, pela execução da hipoteca, todos os pagamentos feitos anteriormente.

E por aí S. Exª vai defendendo a tese.

Mas aqui no Senado, dando parecer sobre proposição já do Senador Nelson Carneiro, o nobre Senador Raimundo Parente, ilustre conterrâneo da Senadora Eunice Michiles, aqui presente, a única mulher no Senado, e que nos pode testemunhar o seu ponto de vista sobre o assunto, também repete palavras da Deputada Lygia Lessa Bastos e diz o seguinte:

“Embora tido como um dos mais perfeitos diplomas legais do mundo, no pertinente aos beneficiários dependentes do seguro social, a legislação previdenciária é retrógrada e odiosa e não encontra razões plenamente justificáveis dessa discriminação na jurisprudência ou doutrina.

Com efeito, não vislumbramos qualquer motivo plausível capaz de legitimar a manutenção da atual discriminação com referência ao cônjuge varão.

As mudanças de padrões sociais, que têm caracterizado as comunidades modernas, então a demonstrar que não mais se podem admitir preconceitos tão evidentes agasalhados pelo direito positivo.

No que concerne aos encargos que viriam a ser criados para a Previdência Social, não devem atingir parcela considerável da população, daí porque as repercussões financeiras não devem atingir valores significativos para as entidades previdenciárias.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero-me lembrar aqui, para assinalar a evolução social que não permite mais essas discriminações, um discurso da Senadora Eunice Michiles, aqui presente, em que S. Exª cita — eu não sei de cor a frase, mas sei o pensamento — um Senador, de alguns anos atrás, e também nem sei o nome desse Senador, que disse mais ou menos o seguinte: deixar a mulher votar, no Brasil, era o princípio do fim da família brasileira. Esse Senador falou esse absurdo.

Quem está vendo, atualmente, como lazer, um programa de televisão chamado “Anarquistas, graças a Deus”, vai ver o escândalo que foi, na década de 20, quando a mulher resolveu cortar o cabelo. As famílias entraram em pânico, os filhos entraram em pânico porque a genitora não podia cortar o cabelo, pois era uma imoralidade que se ia praticar.

De modo que eu, defendendo a tese da evolução social, defendo, portanto, que o homem pode ser dependente da mulher. Por quê não? Infelizmente, parece que o PDS não compreendeu ainda isso. Eu quero declarar, portanto, que o PMDB votará a favor do projeto. E se o ilustre Líder do PDS, no momento, o Senador Marcondes Gadelha, votar não, nós votaremos *sim*, e pediremos verificação de votação. (Muito bem!)

A Sra. Eunice Michiles — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A Sra. EUNICE MICHILES (PDS — AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creio que a intenção do Senador Nelson Carneiro encaixa-se perfeitamente com a filosofia da causa da mulher que busca, neste momento, igualdade de direitos, mas que assume, também, igualdade de deveres.

Portanto, entendo que o projeto do Senador Nelson Carneiro vem ao encontro de situações reais em que a mulher, muitas vezes, já vai de regra com salários menores que o homem, tem que assumir responsabilidade de atender o seu marido, quando está em situação de doença ou de precisar de auxílio médico. Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entendo que esse projeto vem realmente, ao encontro da causa da mulher e eu votarei favoravelmente. (Muito bem!)

O Sr. Juthahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Juthahy Magalhães.

O SR. JATHAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Senadores:

Eu gostaria de uma explicação sobre esse projeto porque os pareceres de números 1.366 e 1.367, que constam aqui dos avulsos, são pela prejudicialidade de dois projetos de lei do Senado, mas são favoráveis ao projeto de lei da Câmara, da Deputada Lígia Lessa Passos, e só está colocado em pauta, para votação, na ordem do dia, um deles, o Projeto de Lei do Senado de nº 349.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Comunico a V. Exª que esses dois outros projetos de lei foram rejeitados ontem.

O SR. JUTHAHY MAGALHÃES — Eu estou me baseando no avulso que está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Foram rejeitados ontem, é o que a Assessoria da Mesa acaba de informar.

O SR. JUTHAHY MAGALHÃES — Se foram rejeitados ontem, eu estranho, francamente, não sei, como foram rejeitados ontem esses projetos. Tenho que aceitar a explicação de V. Exª, mas, francamente, é estranhável. Parece-me que o nobre Senador Nelson Carneiro tem uma idéia melhor do que todos.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para encaminhar a votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esse é um projeto de muitos anos, e não é o primeiro de uma série sucessiva, já que a tenacidade é uma das características do bom parlamentar. Eu não me considero um bom parlamentar, mas, em todo caso, sou um renitente parlamentar e acho que as idéias devem ser sempre repetidas. Como muitas vezes um projeto não é votado numa legislatura, nós o repetimos na legislatura seguinte. Disso eu tive um bom exemplo, como foi no caso do divórcio, pelo qual, durante 26 anos, eu lutei através de 5

emendas constitucionais e 6 projetos de anulação de casamento. Se eu me tivesse conformado com a primeira deliberação, não teria chegado ao fim.

Eu queria, Sr. Presidente, encaminhar a V. Exª um pedido de adiamento da votação desse projeto até terça-feira, porque, salvo engano, este ano o Senhor Presidente da República já sancionou um projeto de minha autoria que dá esse mesmo direito, não só ao marido, mas também ao companheiro, e já é lei, de modo que eu não tenho, assim colhido de repente, em mãos, a lei, daí porque encaminhei à Mesa um pedido de adiamento até terça-feira para trazer um esclarecimento ao Plenário; se já é lei o projeto está prejudicado, se ainda não for então o projeto merece ser votado. Mas, é com pesar que eu soube que ontem, na minha ausência do plenário, foi votado um projeto que concedia ao marido ou ao companheiro o direito de receber a pensão deixada pela mulher contribuinte da Previdência Social, apesar dos esforços dos ilustres colegas desta Casa. Mas é outra reivindicação constantemente renovada.

O SR. SALDANHA DERZI — V. Exª deve incluir agora no outro projeto o companheiro, porque se eles sancionam só com o marido, aconselho V. Exª a apresentar um projeto dizendo o marido e o companheiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — O texto que acredito que seja lei, é exatamente incluindo o marido ou o companheiro, porque o companheiro hoje já é beneficiário, como o marido, da Previdência Social para os fins de assistência social e, salvo engano, esse projeto diz isso também: "A assistência médica será devida também ao marido da segurada". Eu acho que esse projeto já está prejudicado, mas não posso, no momento, dar uma informação completa, e espero dá-la na próxima terça-feira.

Assim, peço adiamento até terça-feira, para dar um esclarecimento ao Plenário, aceitando e adotando todas as considerações aqui pronunciadas pelos nobres Senadores Gastão Müller e a ilustre Senadora Eunice Michiles. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 80, DE 1984

Nos termos do art. 350, combinado com a alínea "c" do art. 310 do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 349, de 1979, a fim de ser feita na sessão de 22 do corrente mês.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1984. — **Nelson Carneiro**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Aprovado o requerimento, a matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1981 (nº 678/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o exercício das funções de médico assistente de educação física e desportos, nos estabelecimentos que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 329 a 332, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, com Emenda que apresenta, de nº 1-CCJ; e

— de **Educação e Cultura, de Saúde e de Legislação Social**, pelo arquivamento.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado o Projeto, fica prejudicada a emenda a ele oferecida.

A matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1981

(Nº 678/79, na Casa de origem)

Dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o exercício das funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Exigir-se-á, como condição indispensável ao exercício das funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e superior, públicos e privados, e nas associações desportivas, certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física.

Parágrafo único. Aos médicos não habilitados na forma da lei, que estiverem no exercício das funções há mais de 4 (quatro) anos, facultar-se-á registro definitivo no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, desde que aprovados em exame de suficiência a ser realizado dentro de 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1981 (nº 2.768/80, na Casa de origem), que altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, tendo

PARECER, sob nº 26, de 1982, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, favorável, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Gastão Müller — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Vai-se proceder à verificação requerida. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de **quorum**, a Presidência, nos termos regimentais, irá suspender a sessão por 10 minutos e fará acionar as campanhas para convocar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 34 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está reaberta a sessão.

Persistindo a falta de **quorum**, a Presidência se dispensa de proceder à verificação solicitada.

A votação da matéria fica adiada para a Próxima sessão ordinária, juntamente com os Projetos de Lei da Câmara nºs 67/83; 51/78; 54 e 58/81; e 47/83; Requerimento nº 784/83; e o Projeto de Lei da Câmara nº 79/79, todos em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por cessão do nobre Senador Enéas Farias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, e Srs. Senadores:

Volto ao assunto que é, senão tanto de debate nesta Casa, mas da expectativa nacional: a realidade brasileira e os dias que estamos vivendo.

No pronunciamento que fiz aqui, anteriormente, eu chamava a atenção e dizia que eram dois fatores importantes; um, a afirmativa do Relator da Comissão, Senador Aderbal Jurema, dizendo que o prazo para as eleições diretas, na sua opinião, podia ficar numa posição intermediária de 1987. Eu continuo defendendo a tese das eleições "Diretas já", mas argumentava que, em se tratando do Relator da matéria, apresentando a perspectiva de alterar o projeto original, era algo que abria o debate para a discussão sobre a matéria.

O Relator, com a responsabilidade de duzentas e quinze emendas para estudar, com a responsabilidade de ouvir o conjunto da sociedade, ainda que Relator ligado ao Governo e à Bancada do seu Partido, é evidente que tem muito da personalidade sua, da sua autoridade, do seu pensamento na hora de expor as suas idéias.

Sou surpreendido com o ilustre Sr. Carlos Átila, porta-voz da Presidência da República, censurando publicamente o Relator e afirmando que a posição do Governo era inflexível com relação à data e que não admitia qualquer tipo de negociação.

A censura pública ao Relator, feita pelo porta-voz da Presidência da República foi tão clara, tão ostensiva que o Sr. Aderbal Jurema, aliás com muita felicidade, falou na televisão e aos jornais do País, argumentando que ele, como Relator, está ouvindo a sociedade e tem o direito de expor as suas idéias e termina concluindo, com muita inteligência: — "Aliás, Sr. Átila, é rudimentar que se converse e que se exponham as idéias."

Mas o estranho é que em meio ao debate do Congresso Nacional, o Relator da matéria de uma Comissão Mista, que se presume tenha a responsabilidade de, em seu meio, debater essa matéria, o Relator, lança, não como um ponto de vista determinado, como matéria fixa e definitiva, mas como um chamado ao debate, uma proposta e venha de lá o porta-voz da Presidência da República e lhe faça publicamente uma censura, como a lhe dizer: "Você está lá para fazer o que nós queremos, para cumprir as determinações daquilo que nós queremos. Você abusou, porque falou sem nos ouvir primeiramente".

É doloroso. É, realmente, algo chocante, esta do porta-voz, que, realmente, não é o Deputado Francisco, mas não tem sido muito feliz ultimamente, nas suas afirmativas e nos seus desmentidos.

O fato, na minha opinião, tão grave como este, envolve a figura do Líder do PDS dessa Casa, o Senador Aloysio Chaves. Saindo do Palácio do Planalto, S. Exª fez a afirmativa de que uma tese, também não definiu, também não deu como determinante, mas que uma tese simpática e importante, que merecia ser discutida, era a tese da constituinte.

Esta afirmativa também foi recebida, com o significado que ela merecia, pelo conteúdo e a importância da te-

se, que é a constituinte, e pela importância da pessoa que abria o debate em cima da matéria, que era o Líder do PDS nesta Casa.

A Imprensa toda destacou, foi manchete nos jornais nacionais, nós mesmos nos expressamos sobre essa matéria e traduzindo o significado que, realmente, dentro dos dois pontos básicos desse mar de debates e desse oceano de emendas apresentadas, duas têm significativos todo especial, que são as "Eleições Diretas, Já" e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

No momento em que o Líder do PDS, nesta Casa, abria a porta para a discussão, para o diálogo, para o debate, para o entendimento em torno dessa matéria, é evidente, é lógico que se estava dando um passo concreto para a sua discussão e por que não dizer até a sua adoção posterior. Mas, o ilustre porta-voz da Presidência da República também não gostou. E lá veio um novo desmentido, o porta-voz da Presidência da República dizendo que a constituinte não faz parte dos propósitos do Governo e que, absolutamente, não admitia a sua aceitação. Mas, é o Líder do Governo, porta-voz do Presidente da República no Senado da República. Se o outro é o porta-voz para externar o pensamento do governo, é o Líder do Governo que expressa o pensamento do Governo, nesta Casa, que falou e deixou claro, que falava em nome pessoal e não em nome da liderança e não em nome do Governo e que, também, não traçava uma linha indefinitiva, mas que abria o debate para uma discussão.

A vigilância, eu diria o policiamento, corpo a corpo, em cima dos componentes do PDS é de tal forma que, absolutamente, o Governo não pode permitir o mínimo deslize em cima da dicotomia daquilo que ele defende e de que ninguém pode divergir. Mas, que tipo de debate vai ser travado? Mas, que tipo de discussão vai ser travada? Mas o que deseja o Governo no momento em que ele atinge, corrige, se intromete no Poder Legislativo, com sua voz de autoritarismo, tentando evitar, já não digo a votação, que acontecerá em determinado momento, mas o debate em cima de matérias que são fundamentais? Eu acho normal, acho absolutamente normal que o Governo tenha os seus pontos de vista, tenha as suas teses e as defenda. Mas a forma que está sendo escolhida, a fórmula do porta-voz, em dois dias seguidos, segunda e terça-feira, desautorizar — de duas pessoas da responsabilidade do relator da matéria na Comissão Mista, e do seu Líder no Senado da República — parece-me que não é uma fórmula absolutamente feliz e absolutamente consentânea, no debate que se deve travar no seio do Congresso Nacional, em cima dessa matéria, sobre a qual, nós sabemos, o debate poderá ser longo, ou não ter debate algum, e a solução poderá ser dada às consciências dos parlamentares do PDS, ou uma determinação que vem de cima, como ordem de comando, a que eles terão que se sujeitar.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permita V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer concedo o aparte ao nobre Líder Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Pedro Simon, com todo o respeito a V. Ex^a, eu acho que V. Ex^a não está sendo feliz na sua fraseologia, pelo menos no que diz respeito à exatidão dos conceitos. Fala V. Ex^a que o porta-voz desautorizou o relator da Emenda Constitucional nº 11, Senador Aderbal Jurema, e desautorizou o Líder Aloysio Chaves. Quero dizer que não existe nenhuma relação de subordinação entre essas diversas personalidades citadas por V. Ex^a, e não há uma cadeia de eventos que estabeleça uma dependência de uma atitude em relação a outra. O Senador Aderbal Jurema tem todo o direito de expender os seus conceitos a respeito de quaisquer assuntos, que lhes sejam suscitados e bem as-

sim o eminente Senador Aloysio Chaves. Veja V. Ex^a, eu sou Vice-Líder do Senador Aloysio Chaves S. Ex^a defende uma Constituinte em 1986.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a também.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eu defendo uma reforma da Constituição já, eu defendo reforma da Constituição já, ou ontem, ou o ano passado, ou coisa assim, e nem por isso me sinto desautorizado pelo Senador Aloysio Chaves, quando propõe a sua constituinte em 1986. Cada um tem a sua maneira de conceber a forma como este País vai estabelecer o seu modelo de convivência social. Eu, por exemplo, acho que uma constituinte em 1986, sendo um ano eleitoral, corre o risco de sofrer a influência desse fato, uma vez que as teses mais radicais, de um lado e do outro, tenderão a prevalecer contra o saudável equilíbrio que, hoje, nós guardamos dentro do Congresso Nacional. A grande vantagem de se fazer uma reforma na Constituição, por exemplo, neste momento, é que ninguém tem maioria, ninguém pode impor isoladamente a sua vontade. Qualquer pacto social que seja armado, neste momento, será necessariamente um pacto consensual. Deverá haver um consentimento, uma co-autoria, uma co-participação. Não há uma maioria enorme para impor uma vontade absoluta, e nem há minorias tão desamparadas para se sentirem vítimas desse pacto que seja armado a sua revelia. Esse é um pensamento que eu tenho.

O SR. PEDRO SIMON — Eu respeito.

O Sr. Marcondes Gadelha — ...e que destoa do sentimento do eminente Líder Aloysio Chaves. Nós nos respeitamos a todos, e o porta-voz também respeita o ponto de vista dessas eminentes figuras, e não pretende ser censor de ninguém; apenas coloca, por provocação da Imprensa, a situação nos seus devidos termos.

O SR. PEDRO SIMON — Eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Em primeiro lugar, eu acho absolutamente normal e absolutamente lógico que V. Ex^a discorde do seu Líder, embora jamais eu imaginasse que, entre V. Ex^a e o seu Líder, eu preferisse o seu Líder a V. Ex^a. Pensei que V. Ex^a, dentro do PDS, seria uma expectativa nova de mudanças mais profundas, mas vejo que, infelizmente, na opção, terei que ficar com o Líder. Se V. Ex^a tivesse dito que há uma emenda de parlamentares do PDS que pede constituinte já, mas eleger a constituinte paralela ao Congresso Nacional em 15 de novembro deste ano, era uma tese que eu discutiria, e aceitaria até. Não! A constituinte não deve esperar até 15 de novembro de 1986. Vamos fazê-la agora. E eu disse ao Senador Carlos Chiarelli, no debate que tivemos lá no Rio Grande do Sul, que não adianta V. Ex^a defender uma coisa aqui, quando sabe que o seu Partido no Congresso Nacional absolutamente vai aceitar. Agora, V. Ex^a falar em constituinte, e dizer que quer que a constituinte seja feita pelo atual Congresso, não, isso não é constituinte. Isso é uma reformazinha aqui, outro remendo que poderemos fazer entre nós aqui, mas não o pensamento que significa realmente a evocação de uma Constituinte. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que, para mim, é uma tese tão importante quanto a das eleições "Diretas Já" e, para a minha opinião, as duas se complementam, o povo na rua pediu eleições para fazer mudanças. O povo não foi a rua só para pedir eleições "Diretas Já". Sim. Eleições "Diretas Já"; que não resolve os problemas, mas as soluções dos problemas, passam pelas eleições "Diretas Já". Agora, eleições "Diretas Já" para fazer as mudanças profundas e necessárias a um novo pacto social de representação da vida social brasileira. Esse Congresso, ao qual tenho a honra de pertencer, jamais é um Congresso representativo de um novo pacto social que se quer buscar no debate, no conjunto da luta

da sociedade, onde sem medidas de emergência, onde com a livre organização partidária, com o livre debate de todas as teses, os partidos, ou até os grupos sociais, vão buscar a responsabilidade para vir debater, fazer a nova reforma social e estabelecer novo pacto da Nação, para uma nova Constituição. Não. Eu absolutamente não posso admitir a tese de dizer que o atual Congresso, fazendo reformas, substitui a Constituinte. O atual Congresso, fazendo reformas, pode fazer remendos necessários, importantes, até indispensáveis como, por exemplo, o da eleição "Diretas Já", que são importantes. Jamais substituir a Constituinte. Agora, diz o nobre Vice-Líder que discorda do seu Líder e que é um direito. Claro que é um direito. Por amor de Deus, quem somos nós para não defender o direito da livre manifestação do pensamento? Só que me parece que há uma diferença muito grande. Com toda a grandeza do pensamento, da cultura, da capacidade intelectual e do prestígio que tem o ilustre vice-Líder Marcondes Gadelha, e que é realmente uma voz ponderável, mas há uma diferença muito grande entre o Senador Marcondes Gadelha dar o seu aparte e defender essa tese, que eu não sabia, estou sabendo agora, culpa minha, equívoco meu, mas ainda não sabia que S. Ex^a defendia essa tese, mas há um equívoco entre S. Ex^a discordar do seu Líder e o porta-voz do Presidente da República, que fala em nome do Presidente da República, que não tem vontade e voz própria, pelo menos não deveria tê-la, por isso seu título é porta-voz do Presidente. O Presidente fala por ele. Há uma diferença entre o ilustre vice-Líder discordar, o que é absolutamente normal, e a voz do trono, a voz do Presidente, a voz do Chefe do PDS dizer: "Não! Esse caminho está tolhido. Isso eu não admito". A diferença é absolutamente total. Eu até tinha a certeza de que haveria muitas discordâncias dentro do PDS; não imaginava que era do Senador Marcondes Gadelha. Agora, entre esse debate interno e o Presidente da República vir e fechar a porta, não! "A porta para debate da eleição, 1987, 1986, 1985, 1984, está fechada; é 1988. A porta da Constituinte está fechada, nós não admitimos." É o Presidente que está dizendo isso. Mas, então, que diabo? Que negociação? Que debate é este que querem travar? Que fórmula de debater, se, nas duas teses que são fundamentais, o Presidente da República ou alguém em nome da Sua Excelência — não sei se o Presidente sabe que o porta-voz deu essa declaração, mas, para a Nação, o porta-voz deu essa declaração em nome do Presidente da República.

Na hora em que o Presidente da República vem e fecha a porta para as duas teses que são fundamentais na sua emenda — a data da eleição e a constituinte, — parece-me sinceramente, que vamos negociar o quê? Vamos discutir o quê? Vamos dialogar em cima do quê? Nossas Prerrogativas? Muito importante! A autonomia do quadro de Procuradores? Muito importante! Reforma tributária? Muito importante! Meus Deus, 215 emendas, uma mais importante que a outra. Agora, nenhuma nos tirará da realidade que estamos debatendo e o significado dessa luta que é eleição direta e a convocação da constituinte.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com muito prazer.

O Sr. Gastão Müller — O Senador Marcondes Gadelha, para começar, — é uma retificação construtiva ao Senador Marcondes Gadelha que, talvez, esteja enganado no momento, ao falar. Mas o que nós preconizamos é a Assembleia Nacional Constituinte para 1987; ela seria eleita em 1986 — dia 15 de novembro de 1986, porque, em termos de representação social do Brasil, o Congresso atual já é geritório. Então, seria a reforma total, a renovação total do Congresso, sobrando apenas 1/3 do Senado, representado, no momento, pelo nobre Senador

Hélio Gueiros, pelo Senador Marcondes Gadelha e pelo Senador Fábio Lucena, os únicos presentes. Nós dois e o Presidente terminamos nosso mandato. De modo que eu fiquei satisfeito, quando ouvi as declarações do eminente Senador Aderbal Jurema, aceitando a hipótese, ou sugerindo a hipótese de um mandato de três anos. Eu, num documento escrito e apresentado confidencialmente ao meu eminente Líder Humberto Lucena, e que agora já não é mais confidencial, sugeria que, nessa nossa emenda, o Presidente tivesse um mandato de três anos. Presidente teria a função de organizar o País, acertar as contas, como se diz, e estar no comando do Partido quando da Assembléia Nacional Constituinte e que esse Presidente de três anos poderia ser reeleito pelo voto direto, descompatibilizando-se por cinco anos, porque eu acho que a maioria do povo brasileiro e dos políticos não acha que é razoável a reeleição do Presidente da República, porque isso vai de encontro ao passado histórico do Brasil. Nunca a República permitiu a reeleição. Mas, eu acho que um mandato de cinco anos é bom, quatro é pouco e seis é demais. Estou também muito satisfeito com o pronunciamento do Senador Aloysio Chaves que, com a sua autoridade de Líder do PDS; também, nesse documento que apresentei ao meu Líder, Senador Humberto Lucena, cuja cópia tenho eu também sugiro a Assembléia Nacional Constituinte como um dos fatores primordiais para que se faça um novo pacto social no Brasil. Quando outras sugestões minhas forem sendo reveladas, através de emendas e sugestões, eu também irei revelando que participei das mesmas idéias. Por exemplo, sei que há uma emenda estabelecendo a extinção total do voto distrital. Nesse documento, que está com o Senador Humberto Lucena, eu proponho: ou extirpa-se o voto distrital, tão polêmico, ou adiar a aplicação do mesmo. Sei que já uma emenda nesse sentido e assim por diante. Muito obrigado, Senador, pelo brilhantismo do seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Hélio Gueiros — Acho que V. Ex^a tem toda razão em estranhar a intromissão impertinente do Sr. Carlos Átila nos assuntos da alçada exclusiva do Congresso Nacional. Por aí, vê V. Ex^a que a nobre bancada do PDS não tem autoridade, nem liberdade alguma, para estabelecer qualquer diálogo, porque, bastou que o eminente Relator Aderbal Jurema sugerisse uma data diferente da proposta pelo Senhor Presidente da República, para imediatamente o porta-voz vetar a opinião, o parecer do homem que vai dar o parecer sobre a emenda. V. Ex^a faz muito bem em dizer que há uma completa diferença entre a divergência eventual do Vice-Líder Marcondes Gadelha com o Líder Aloysio Chaves e essa do Carlos Átila para com o Congresso Nacional. O nobre Senador Marcondes Gadelha integra o Poder que vai decidir sobre a emenda, é colega, é confrade, é companheiro de bancada do eminente Líder Aloysio Chaves e, agora, chegou a vez de S. Ex^a concordar ou discordar. Mas, o Sr. Carlos Átila não é coisíssima alguma, com relação agora à essa emenda da Constituição. Ele não tem a menor competência para dar opinião sobre assunto que, agora, é da alçada do Congresso Nacional. Mas, o que nos deve, talvez, confortar, nobre Senador Pedro Simon, é que o próprio Sr. Carlos Átila também já se desmente a si próprio. V. Ex^a sabe muito bem que, na semana passada, ele disse que o Presidente da República gostaria, ou apreciaria, que os quatro presidenciais renunciassem e, quando o Sr. Mário Andreazza tomou conhecimento e foi ao Palácio do Planalto, S. Ex^a se desdisse. Disse ele: "Não, eu fiz um raciocínio lógico". Ele inventou esse novo tipo de

desculpa amarela. "Fiz um raciocínio lógico, eu não quis dizer exatamente isso". De modo o que se verifica de tudo isso, nobre Senador Pedro Simon, e V. Ex^a está com a razão, é que estamos vivendo uma bagunça em matéria dessa apreciação...

O SR. PEDRO SIMON — Ou, como diria o Chefe da Casa Militar, uma baderna.

O Sr. Hélio Gueiros — Uma bagunça, uma baderna, é isso que estamos vivendo. Digo sempre que não há clima e nem canal para diálogo, as Oposições não têm com quem dialogar, porque se o próprio relator, escolhido naturalmente com o beneplácito do Palácio do Planalto, não tem o direito nem de dar opinião sobre a emenda, imagine o que a Oposição poderá fazer em matéria de opinar ou de sugerir. V. Ex^a tem toda a razão nessa sua crítica à atual situação brasileira.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que coloca muito bem o aspecto que eu quero salientar. A situação já é difícil, o Brasil inteiro olha para o Congresso Nacional, para a discussão, afinal, o que o Congresso vai decidir? Eu, por exemplo, sou membro do PMDB, na Comissão Mista, e tenho a responsabilidade, sou procurado por uma infinidade de pessoas, porque o Governo — repito o que disse da vez anterior — agiu com maliciosa inteligência, para não dizer com má fé. Encheu a sua emenda de penduricalhos que permitiu uma apresentação de uma infinidade de emendas que nada têm a ver com o essencial, que é a eleição direta e a constituinte.

Então, o que aconteceu? Os gabinetes dos Senadores — receberam vocês devem receber, até pelo prestígio que têm, bem mais visitas do que eu, talvez eu receba igual porque pertenço à Comissão Mista — uma infinidade de pessoas da Justiça, magistrados, desembargadores, juízes, com relação ao contencioso; procuradores, um mar de procuradores com relação ao artigo referente a seus interesses; os governadores do PMDB, PDS, PDT, articulados com relação à reforma tributária; os municípios indicam que virão a Brasília mais de dois mil prefeitos, com relação a seus interesses.

O Governo foi inteligente. Vamos esvaziar o conteúdo geral, que é o debate das "Diretas já" e da Constituinte, e vamos acender uma série de interesses que façam com que na hora de votação do projeto o debate se esvazie sobre o principal e encha sobre o acessório. Acessório que é muito importante, mas há momento para tudo, diz o eclesiástico, e agora é o momento das "Diretas já" e da convocação da Constituinte.

Se já há esse vazio, primeiro porque todos nós sabemos que o PMDB indicou um nome para a Comissão, que o PDS vetou, e que ia eleger Presidente e Relator do PDS. Todo mundo sabe que foi necessário haver um entendimento de Lideranças através do qual se aceitou o nome indicado pelo PMDB para a Presidência da Comissão, mas em contrapartida se esvaziou a atividade da Comissão.

O trabalho de uma Comissão dessa natureza vai ouvir somente duas pessoas: o jurista indicado pelo PMDB, o Presidente da Ordem dos Advogados e o jurista indicado pelo PDS, Sr. Miguel Reale. Imaginem os Srs., uma Comissão desse gabarito, dessa responsabilidade, dessa importância, esta é a sua atribuição: ouvir dois juristas.

Agora isso, haver-se-á de dizer: não, mas no seio da Comissão, foi feito o acordo, o acordo foi uma forma de não implodir a Comissão, da coisa já começar mal porque em o PDS vetando um representante nosso da Presidência e elegendo o Presidente e o Relator, como consequência poderia trazer o afastamento do PMDB desta Comissão e nós estávamos ali para colaborar, no sentido de buscar um entendimento e não de criar dificuldades, poder-se-ia, pelo menos, agüentar — bom, nós vamos

debater, vamos discutir, a Comissão vai ser o seio do debate da tal da negociação.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Já eu lhe darei.

Eu digo à Nação que, a Comissão, até agora, ela se reuniu hoje e não teve **quorum**, marcaram a reunião para a semana que vem, onde se ouvirão os juristas, na quarta-feira um e na quinta-feira o outro. A nível de Comissão, nada, a nível de Lideranças parlamentares, isso eu não sei, gostaria e pretendo conversar com o Relator da matéria. Pretendo, em nome do meu Partido, conversar com o Relator, afinal ele apresentará, provavelmente, um substitutivo. Mas, agora, já tenho medo de falar com o Relator, pois, se o Relator dá um palpite que é dele, que é 87, e leva uma bomba do Presidente, a bomba que eu digo é a crítica pura do porta-voz, talvez, até, eu vá criar um problema para ele. Pode aparecer alguém do PMDB, entrando no seu gabinete, sou capaz de sair de lá e cometer alguma inconflidência e, assim, estarei prejudicando o Relator da matéria.

Qual a autonomia que ele tem? Pretendo conversar com o Líder do PDS no Senado, sou Vice-Líder do PMDB, sou membro da Comissão, fui indicado, inclusive, por um ato equívoco até dos meus pares, para ser o coordenador da Bancada do PMDB do Senado, na Comissão, tenho esta responsabilidade de coordenar os trabalhos da Bancada da Oposição no seio da Comissão.

Falar com o Líder do PDS e conversar com ele, uma das primeiras coisas que pensei foi em conversar com o Líder Aloysio Chaves e lhe felicitar pelo pronunciamento sobre a Constituinte, mas, lá pelas tantas, eu me assustei. Vou entrar no gabinete dele e a imprensa vai me perguntar: o que o Sr. foi fazer lá? Eu fui lá dizer que a tese da Constituinte é ótima, como é que é, como é que não é? Talvez esteja até oferecendo a chance de ele levar outro puxão de orelha do Presidente da República.

Mas, o diálogo já é difícil, o entendimento já é "faz de conta", é manchete, quem vê os jornais, quem abre os jornais do Centro do País, quem vê televisão e quem ouve rádio, deve estar a imaginar que, no Congresso Nacional, aquela gente está reunida todos os dias, em torno de uma mesa, buscando o entendimento, uma fórmula através da qual se chegue a algo. E não está havendo nada, não está havendo nada a não ser notícia para jornal. Algumas verdadeiras e algumas como a de hoje, atribuindo conversas do Ministro da Justiça com homens do PMDB, com relação à prorrogação do mandato do Presidente. Que, aliás, diga-se de passagem, a notícia pode não corresponder aos fatos, mas que há, realmente, uma interrogação com relação aos propósitos do Ministro da Justiça, parece-me claro.

Não quero, aqui, entrar por um caminho que me parece tortuoso, neste momento. Mas que há muitas pessoas, com quem tenho conversado, e que pergunto a diferença do General Geisel, embora infinitamente diferente, o General Geisel vivia no regime da força, no regime de arbítrio, ele escolheu o seu herdeiro, como príncipe herdeiro e fez o que ele achava que deveria fazer. Demitiu o Ministro do Exército, demitiu o Chefe da Casa Militar, demitiu o Comandante do II Exército; "o meu candidato é este, e pronto". O outro candidato, inclusive, era o Ministro do Exército, que ele demitiu. Foi uma composição de força, de arbítrio, e a antiga ARENA, naquele tempo, o companheiro Marcondes Gadelha lembra-se muito bem, era um dos críticos mais acérrimos sobre essa matéria, a ARENA então se reunia para aceitar, como aceitou o Figueiredo, como aceitou o Geisel, como aceitou o Médici, como aceitou Costa e Silva e como aceitou Castello Branco.

É claro que agora não poderia ser assim. É evidente que num regime de hoje, onde o País avançou, não have-

ria de se querer imaginar que o Presidente da República, o General Figueiredo, cassasse o Maluf, porque não pode mesmo cassar, demitisse o Andreazza, prendesse o Senador rompesse ou pedisse uma Junta que interferisse no Vice-Presidente da República, é claro que não poderia ser assim: nem oito nem oitenta. Nem como fez o Geisel que, arbitrariamente, impôs o candidato, mas também me parece que nem agora, onde tudo mostra que parece que o General Figueiredo lavou as mãos, está jogando no atrito interno, no PDS, onde, talvez, a velha tese do Sr. Ministro César Cals seja a tese que, em alguns setores, esteja realmente predominando.

Todo mundo sabe que o Ministro da Justiça é simpático à tese da prorrogação do mandato do atual Presidente. Ninguém desconhece isso. Não esconde o Ministro de Minas e Energia, não tem escondido, que é favorável à tese da prorrogação do mandato do atual Presidente. E gente, inclusive do PDS, levanta realmente esta interrogação: Por que essa confusão toda, que o General Figueiredo está fazendo, por omissão? Toda essa confusão que Sua Excelência deixou crescer, porque a verdade é que a candidatura Maluf cresceu pelo omissão do Presidente; o Andreazza é seu Ministro, então era só dizer, ou que não é candidato ou que não é seu Ministro. E no momento em que o Andreazza, há dois anos atrás tivesse largado o Ministério, aí a sua candidatura se esvaziaria de um poder absoluto. Mas, não. Sua Excelência até aprofundou os atritos com o Vice-presidente, que até hoje ninguém entende por quê. Davam-se tão bem, eram tão amigos, um elogiava o outro, e de repente há uma incompatibilidade absoluta entre Presidente e Vice-Presidente, que mal se cumprimentam, e de certa forma se diria que mal se toleram!

O que querem? Será que é a tese da prorrogação, de se criar um impasse em cima do qual se quer imitar o que aconteceu lá atrás, com o Castelo Branco, e achar que o Congresso Nacional aceitaria a prorrogação?

Não sei! Não sei se é por incapacidade; não sei se é porque o Presidente, realmente, tem descaso, cansou, sua saúde não é mais tão forte, tão robusta, e Deus queira que melhore cada vez mais, mas os prazeres de cavalgar, duas horas por dia, já não lhe são permitidos, como o eram antes! Não sei se é isso o seu desinteresse total pela matéria, ou se é, realmente, o que anda dizendo Sr. César Cals: a expectativa de criar um impasse e, fruto do impasse, aparecer como a solução.

Qual é, eu não sei, mas que há uma interrogação muito grande, com relação a esse comportamento do Presidente, isso há. Há um aspecto que eu, honestamente, não entendo.

Conheço, ando por esse mundo afora, e vejo o comportamento em qualquer país, como aqui no Brasil, até há pouco tempo atrás. Vi que nestes dias, o Presidente Figueiredo foi a Minas Gerais, e ficou um dia inteiro com o Dr. Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais. E diz a Imprensa que falaram um tempo enorme sozinhos, Terminando, o Presidente viajou e a Imprensa toda caiu em cima do Dr. Tancredo Neves. "O que falaram?" Indagou a Imprensa. E o Dr. respondeu: "Não, eu não vou dizer o que falamos, porque eu falei com o Presidente da República; só quem pode liberar o que falamos à Imprensa é ele, o Presidente da República, não sou eu quem vai liberar!"

Esse comportamento do Dr. Tancredo Neves, Governador ilustre de Minas Gerais, é o tradicional; sempre foi assim em qualquer lugar do mundo, em um país onde o Presidente tem o respeito da autoridade que ele representa. Sempre foi assim.

Nunca me esqueço, e era eu Presidente de um grêmio estudantil, tive a honra, emocionado, quase tremendo, de ser recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, fazendo, então, uma solicitação para um congresso da União Nacional dos Estudantes. Lá, ao seu lado, e o au-

tor que facilitou a reunião, estava o Paschoal Carlos Magnó. No dia seguinte, fui ler o jornal e fiquei profundamente irritado; porque o porta-voz do Presidente, lá na resenha das visitas do Palácio haviam colocado que eu tinha ido lá levar solidariedade a não sei o quê! Isso numa disputa que havia entre a UNÉ e o Ministério da Educação.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a?

O SR. PEDRO SIMON — Já vou lhe dar o aparte.

Mas quem falava era o Presidente. Então é uma anedota! A gente sabe que o Presidente fala pelos seus entrevistados; o cidadão vai lá, visita o Presidente da República, conversa meia hora, 15 minutos, e todo mundo sai, televisão, jornal, rádio. O que ele falou com o Presidente? "Não, porque eu falei com o Presidente, e o Presidente me disse isso!" Então, há muita gente que diz que falou com Presidente, e que o Presidente aceita o mandato também! Tem gente que já foi falar com o Presidente da República e diz que ele acha interessante a tese da eleição direta ser daqui a 2 anos. Tem gente que falou com o Presidente e o Presidente disse que a Constituinte é uma tese simpática. Tem gente que falou com o Presidente, etc. Mas, meu Deus, se nós fizemos uma pesquisa do que o Presidente já disse, através das pessoas que falaram com ele, pelo amor de Deus! Mas o que é isso? Eu falava com o ilustre Líder da maior responsabilidade do PDS, e ele me disse: É uma barbaridade; essa gente faz uma infantilidade, vão falar com o Presidente da República e saem a dizer um montão de bobagens, isso não está certo! E eu lhe respondi: O Senhor me perdoe, mas não acho que seja culpa de quem vai falar com o Presidente; porque se no primeiro, no segundo ou no terceiro que fosse falar com o Presidente da República e viesse aqui fora dizer qualquer coisa, e levasse uma "pedrada" do Presidente, ou seja, uma nota desautorativa do Presidente, ninguém mais faria isso. Mas agora ficou até diferente. Quem vai falar com o Presidente, e não diz qualquer coisa, é porque não tem o apreço de Sua Excelência, porque todo mundo diz antes dele, como é que ele não vai dizer?

Então fica essa situação. Será que o Presidente da República não sabe que um Presidente, que tem que impor respeito à sua autoridade, quem fala é ele, e não o Deputado, o Vereador, o Senador, o empresário, seja lá quem for, que diz o que pensa o Presidente da República? O que está havendo? O que que há? Incapacidade para administrar? Há, quanto a isto não temos a menor dúvida. Mas será que é só essa a causa? Ou será que além disso, além dessa causa, há, de certa forma, o interesse em criar esse mundo complexo, onde ninguém mais se entende, ninguém mais sabe coisa alguma? Aí é que acho que a manchete dos jornais de hoje dá prorrogação como meio que pode se encaixar.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permita V. Ex^a um aparte

O SR. PEDRO SIMON — Com todo o prazer.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador, estou curioso em saber onde é que vão dar essas maquinações que V. Ex^a, por sua conta, está fazendo em nome do Governo.

O SR. PEDRO SIMON — E eu estou curioso em saber onde é que vão dar as maquinações que o Governo está fazendo, não em nome do Brasil.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a se comporta como se fosse uma espécie de Rasputin, ou um demônio socrático, aí, incrustado dentro do próprio Governo, a fazer uma articulação extremamente cerebrina, que estou curioso em saber onde é que vai terminar. Mas enquanto

não chegamos lá, quero pelo menos corrigir algumas injustiças que V. Ex^a está comentando, aí, no trajeto desse seu raciocínio, extremamente sofisticado e bastante complexo. Primeiro, a candidatura do Ministro Andreazza é uma candidatura que tem uma auto-sustentação bastante natural. Dizia-se que ela desapareceria no momento em que ficasse claro que não tem o apoio do Presidente da República, ou quando o Presidente devolvesse a coordenação do processo sucessório à direção do PDS. Isso aconteceu no começo do ano, o Presidente devolveu a coordenação do processo sucessório, saiu dessa coordenação, e a candidatura se manteve estável. Em seguida se disse que essa candidatura iria desmoronar com a campanha das "Diretas Já", quando terminasse, o mato haveria de crescer na porta do Ministro Andreazza, porque sua candidatura estaria exaurida. Isso não aconteceu; a candidatura continua estável e bastante forte. Isso me dá o direito de pensar que ela tem uma estabilidade natural. Agora, o segundo problema, para o qual quero chamar a atenção de V. Ex^a é sobre essa questão de prorrogação.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a está abordando por partes, então vou responder por partes.

O Sr. Marcondes Gadelha — É o problema da prorrogação de mandato, nobre Senador. Eu esperei tanto por este apartezinho, então peço a V. Ex^a que seja mais condescendente com o seu colega e me desse mais um pouquinho de tempo.

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, desde que V. Ex^a me conceda um aparte no discurso que está fazendo.

O Sr. Marcondes Gadelha — Com muita honra. Mas é com relação a esse problema da prorrogação do mandato, que tem tomado a tarde toda, aqui. V. Ex^a fica alardeando que são pessoas do Governo que estão propondo isso, mas V. Ex^a está se esquecendo de que, também, pessoas da Oposição, e tão respeitáveis quanto V. Ex^a ou quanto os seus melhores pares, estão propondo isso abertamente. O Governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, é uma figura de oposicionismo absolutamente insuspeitável.

O SR. PEDRO SIMON É verdade!

O Sr. Marcondes Gadelha — Homem sofrido no exílio. Mas, será que o Governador do Rio de Janeiro é por acaso um continuista, que está usufruindo do Governo e deseja que...

O SR. PEDRO SIMON — Eu já vi que V. Ex^a está na tese da prorrogação. Está buscando aliados.

O Sr. Marcondes Gadelha — Bom! Esse é o hábito de V. Ex^a: transferir o problema para os representantes do Governo ou do PDS. permita-me só conceder um pouco dessa co-autoria ao eminente Governador do Rio de Janeiro, o Engenheiro Leonel de Moura Brizola, também um excelente articulador, um grande líder político, que conquistou uma vitória espantosa no Rio de Janeiro e que, naturalmente, tem também a sua dose de patriotismo e sabe para onde este País deve caminhar. Pois muito bem! V. Ex^a não é de acusar o Governador Leonel Brizola de ser um antidemocrata, um homem que está conspirando contra a consolidação do pluralismo neste País.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a está buscando aliados na defesa da tese da prorrogação.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eu estou apenas citando.

O SR. PEDRO SIMON — Não! É importante.

O Sr. Marcondes Gadelha — Mas, será que Leonel Brizola é um livro proibido? Será que Leonel Brizola está

indexado dentro do seu Partido? Não pode ser citado aqui por mim?

O SR. PEDRO SIMON — Não! Pelo contrário, é um livro aberto. Quem vota não somos nós, é o Governo quem não admite uma eleição com medo do Dr. Brizola. Para nós, não! É um ilustre candidato, tem direito a ser candidato e tem direito de ganhar.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON — Muto bem, não! V. Ex^a quando é que defende o Governo? Quando elogia aqui ou quando critica lá? Quando o Governo diz clara e precisamente que não pode ter eleição porque o Dr. Brizola não pode ser, o que eu acho um absurdo, V. Ex^a aceita essa tese, ou aceita a tese do Dr. Brizola quando fala em prorrogação? Não adianta pinçar o pensamento do homem quando não interessa, e aceitar quando interessa.

O Sr. Marcondes Gadelha — Essa tese da prorrogação, só é absurda quando é proposta por César Cals ou é absurda também quando é proposta por Leonel de Moura Brizola?

O SR. PEDRO SIMON — Em primeiro lugar, com relação ao Ministro Mário Andreazza, eu nunca ouvi nada do que disse o Senador. O que eu ouvi e ouço é o contrário: retire o Ministro do Ministério, vai ele apenas ser o ex-Ministro Coronel reformado Mário Andreazza, para ver como é que fica a candidatura dele. Isso é o que tenho ouvido.

O Sr. Marcondes Gadelha — Mas, ele não tem por que renunciar agora! Então, o Governador Tancredo Neves deve renunciar agora, também? O Governador Leonel Brizola deve renunciar também?

O SR. PEDRO SIMON — Nem eu estou pedindo.

O Sr. Marcondes Gadelha — Todos os candidáveis da Oposição também devem renunciar a seus cargos?

O SR. PEDRO SIMON — Agora, vamos devagar.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a está pedindo que o Ministro saia do Ministério...

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a me concedeu o aparte, permita-me que eu conclua. Quero dizer a V. Ex^a apenas o seguinte: com relação ao Ministro Mário Andreazza, o que se afirmou sempre é que a sua candidatura era fortalecida na posição do Ministério, que tinha toda a manipulação das verbas que interessava a zonas importantes, como o Nordeste. E ele está lá no Ministério, porque é homem do Presidente Figueiredo. E se um Ministro do General Figueiredo é candidato e continua Ministro, é porque o Presidente aceita essa posição, endossa essa posição. Largue o Ministro Andreazza o Ministério, e veja como ficará a sua posição. Não tem porque largar, mas não larga por que? Porque tem o endosso à sua candidatura do General Figueiredo. Isso me parece o óbvio.

Com relação a prorrogação, eu vi agora o ilustre Senador Gadelha uma posição muito importante, porque S. Ex^a já não fala que a prorrogação é absurda, é errada, não existe, não tem nada, mas vai buscar aliados para a tese da prorrogação. E quem ler o aparte longo e culto do prezado Senador Marcondes Gadelha, há de chegar a uma conclusão ou, pelo menos, pode chegar a uma conclusão: de que o Senador Marcondes Gadelha busca aliados na tese da prorrogação do General Figueiredo. Eu sou muito claro. Acho que a tese da prorrogação é absolutamente fora da realidade. E acho que se há um esquema no sentido de dificultar o quadro político para levar a um impasse que resulte na prorrogação, é um ab-

surdo com o qual nós não podemos concordar. Mas que são coisas que nos levam a meditar, não tem dúvida nenhuma. Volto a repetir, e é importante que eu repita.

As emendas foram impressas na terça-feira e distribuídas a nós no dia de ontem. O Relator recém agora tem as emendas. O Presidente vai para a China e para o Japão por 16 dias. Com que o Relator vai falar? Com o portavoz, o Coronel Átila? Com quem vai falar o Relator? Repare V. Ex^a: o Líder é simpático à Constituinte, o Vice-Líder não é simpático à Constituinte. E com que surpresa eu vejo isso. Eu imaginava que eu estaria aqui para dizer que o Senador Marcondes Gadelha está dentro do PDS lutando pela Constituinte, tentando influenciar o seu Líder. Mas a situação mudou, e a situação muda na vida. Mas a verdade é esta: com quem vai falar o Relator, com o Líder ou com o Vice-Líder? Qual é a voz acima?

O Sr. Marcondes Gadelha — Não sou contra a Constituinte, Senador.

O SR. PEDRO SIMON — Qual é a orientação que o Relator vai ter, quando há um impasse entre os seus dois colegas: o Líder e o Vice-Líder? E o Presidente está na China. V. Ex^s. haveriam de dizer: mas o Senador é contra a ida à China? Pelo amor de Deus, já devia ter ido há mais tempo. Levaram vinte anos. O que foi há vinte anos, quase não pôde voltar, e dentre as causas que determinaram a sua queda, uma foi esta: esteve na China. Tenho certeza de que não vai acontecer nada; o atual vai e volta e vai iniciar as negociações que deveriam ter sido iniciadas há vinte anos. Mas a verdade é que Sua Excelência vai agora. A única expectativa é sobre a declaração que Sua Excelência fará na China. Não sei se o Deputado Franciscato irá, mas o Senador Marcondes Gadelha vai — isso é importante.

O Sr. Marcondes Gadelha — Com muita honra, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON — E eu também...

O Sr. Marcondes Gadelha — Vou, com muita honra.

O SR. PEDRO SIMON — E com muito orgulho, V. Ex^a estará ao lado do Presidente da República.

O Sr. Marcondes Gadelha — Considero uma deferência muito especial do Presidente da República, que muito me envida.

O SR. PEDRO SIMON — Só fico na expectativa de que além do envaidecimento que V. Ex^a, com muita justiça terá, das conversas particulares que poderão ocorrer no avião — e a viagem é longa — com o Presidente. Mas, pelo amor de Deus, é um apelo que faço a V. Ex^a: não toque na tese da Constituinte, não toque, porque é melhor ficar pelo atual Congresso.

O Sr. Marcondes Gadelha — Se V. Ex^a refletisse um pouquinho mais, seria menos incisivo com o seu colega.

O SR. PEDRO SIMON — Sabe V. Ex^a o carinho e a amizade que tenho pelo colega.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a sabe que não sou contra a tese da Constituinte. Defendo a reforma da Constituição, já é isso não se conflita com uma Constituinte mais adiante, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon — Ah!...

O SR. MARCONDES GADELHA — V. Ex^a deve atentar para isto: nós temos todas as estruturas democráticas em funcionamento neste País, no momento. Tivemos eleições em 1982, temos um Congresso funcionan-

do, temos imprensa livre, sindicatos atuando, grupos de pressão atuando livremente...

O Sr. Pedro Simon — Mas, Senador! Pelo amor de Deus!...

O SR. MARCONDES GADELHA — Temos uma Carta, temos uma lei...

O Sr. Pedro Simon — Quando foram decretadas as medidas de emergência, as tropas do General Newton Cruz chegaram bem ali, e eu fui com o altivo Presidente do Congresso, ver que o Congresso estava cercado. Ele foi comigo e disse: "Agora vou tomar uma providência". Chegou, olhou! As tropas estavam cercando a Casa, mas S. Ex^a disse: "Não, um momento! Eles estão do lado de lá da rua. Se estivessem do lado de cá, eu mandava tirar, mas está do lado de lá e do lado de lá não é Congresso!"

O SR. MARCONDES GADELHA — Mas é por isso exatamente que eu quero a reforma da Constituição. A legislação que rege esta democracia de fato é a legislação que regeu o período autoritário. Daí, então, a minha preocupação com uma reforma imediata, nobre Senador, porque os homens são falíveis. Não é impossível que alguém chegasse ao Governo e, de repente, se imbuísse de um espírito autoritário. E teria essa Constituição aí para lhe dar condições de instalar um regime de novo cesarista, bonapartista, aqui neste País. Daí a minha preocupação de que antes da mudança de Governo tivéssemos uma reforma da Constituição, o que não impede, não se choca com a tese de uma Assembleia Nacional Constituinte. E digo mais a V. Ex^a: Constituinte não é esse fetiche que tem que ser adorado sem um exame mais aprofundado, e nem a sua obra é necessariamente perfeita. V. Ex^a se lembra da Constituinte de 1934. A Constituição que saiu dela foi emendada três vezes logo no ano seguinte e, o que é pior, não impediu o golpe de Estado de 1937. Então, *modus in rebus*, meu querido Senador, e quando julgar um seu colega não tome as coisas ao pé da letra.

O SR. PEDRO SIMON — Não, não. Repare nobre Senador, apenas o seguinte. A tese do partido de V. Ex^a de que eleição direta não resolve o problema do Brasil, é, eleição direta não resolve o problema do Brasil; a tese de V. Ex^a de que Constituinte não resolve o problema do Brasil, é, Constituinte não resolve o problema do Brasil; o problema é que não se deve mexer no Delfim porque tirar o Delfim não resolve o problema do Brasil, e está aí o Delfim o tempo que ele está. O problema de V. Ex^s que fazer o acordo com o Fundo Monetário Internacional não prejudica o Brasil, vamos fazer o acordo com o Fundo Monetário Internacional. As teses de V. Ex^s, de que proteger, de que valorizar o mercado interno não resolve o problema do Brasil, e vamos exportar cada vez mais, — eu não sei — e o Brasil é esse que está aí, e o Brasil é este que estamos vivendo! Eu era até daqueles que pensava que o General Médici ficava quieto, não falava, porque queria que todo mundo se esquecesse dele. A melhor coisa que tinha para o General Médici, imaginava eu, era ele estar em Copacabana passeando, para lá e para cá, esquecendo-se da tortura, da violência, da repressão, do seu Governo; pois até o General Médici sai do seu silêncio para dizer que a revolução dele, passem os Srs., pelo menos, no campo econômico e social lembra ele uma inflação de 18%, lembra ele uma dívida externa de 12 bilhões de dólares, para a qual se tinha uma reserva de 6 bilhões de dólares, e mostrar que o que aconteceu é isso que está aí. Mas, pelo amor de Deus, diante deste quadro brasileiro que nós vivemos, diante da realidade do fracasso do campo econômico, do fracasso no campo social, do fracasso no campo institucional, defender o General Figueiredo? Eu acho normal que se sinta honra em

viajar com o General Figueiredo à China, é uma missão importante, um homem do Senado da República na China, no Japão, acho isso muito importante. Agora, defender não dá, defender não dá...

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^{ts} já está com apenas 3 minutos e ainda há outros oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado.

Defender não dá, Sr. Presidente. Volto a repetir: pensar em prorrogar é piada, é piada; aqui, sim, uso a expressão do General Médici, só que não uso a expressão do General Médici, que diz que eleição direta é piada, porque aí é uma rara infelicidade do seu instinto autoritário. Agora, pensar em prorrogar é um absurdo.

Por outro lado, bloquear a discussão, levar a um tudo ou nada, e parece que alguns estão levando, a informação que se tem é que o General Figueiredo cumpriu a sua parte, mandou a Emenda e as Oposições que se danem. Ou votam a Emenda do General Figueiredo, 88 eleição direta, e as coisas estão aí, ou agüentem o Maluf por seis anos e mais indireta a vida inteira, porque ele lavou as mãos. Mas será que esta é uma posição patriota, será que esta é uma posição correta? Mas então que digam publicamente. Aliás, o único mérito que eu vejo no Coronel Átila, o único, é que ele está botando as caras de fora. Ele está realmente dizendo que a tal negociação que o General Figueiredo falou na televisão, quando disse: "É necessário mudanças já no campo ético, social, político, institucional e econômico", não é para valer; o negócio não é para valer, porque se assim fosse realmente os entendimentos estariam ocorrendo, o debate, a discussão, estavam sendo travados, e isso não existe. Não existe no seio da Comissão — convém que fique claro — a Nação tem que saber que no seio da Comissão não existe absolutamente nada, nenhum tipo de discussão existe a nível de Lideranças, não existe a nível de Governo, não existe a nível de coisa nenhuma.

Busca-se o quê? O impasse? Está se jogando no impasse? Busca-se a coação no sentido de botar a Oposição contra a parede? Ou os 4 anos, ou agüenta o Maluf 6 anos, ou então vocês têm uma eleição direta mais perto, com uma prorrogaçãozinha do General Figueiredo e depois as diretas. É nisso que se está jogando? Parece-me que não é um jogo claro, e me perdoem a franqueza, não é um jogo sério.

Sinto que o Governo está jogando nisso. Na coação de colocar a Oposição contra a parede para, no último minuto, ela dizer o que acha pior: agüentar o Maluf por 6 anos; agüentar o Sistema por 4 anos, ou agüentar a prorrogação por um tempo menor de 2 anos.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a o aparte solicitado?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não!

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Pedro Simon, eu havia requerido esse meu aparte no momento em que V. Ex^a falava sobre a falta de interlocutor, porque nessa hora dramática do País o Presidente vai para a China. Portanto, antes de nós ouvirmos esse hino à constituinte, já cantado aqui pelo nobre Senador Marcondes Gadelha que, inclusive, faz questão de dizer que diverge do seu ilustre Líder, a essa altura, quando V. Ex^a falava sobre a falta de interlocutor eu perguntaria a V. Ex^a Não vai ficar um Presidente da República aqui no Palácio do Planalto?

O SR. PEDRO SIMON — É, grande pergunta!

O Sr. Hélio Gueiros — O Vice-Presidente Aureliano Chaves não vai ser um interlocutor legítimo, autorizado? Mas, o que me deixou...

O SR. PEDRO SIMON — É. É verdade.

O Sr. Hélio Gueiros — ...meio com a pulga na orelha...

O SR. PEDRO SIMON — Vou convidar o Senador Aderbal Jurema para ir ao Palácio do Planalto falar com o Vice-Presidente.

O Sr. Hélio Gueiros — Apenas, pela primeira vez o Presidente da República efetivo se ausenta, e não vai acompanhado daquele grupinho que ele diz que é a reunião dos Ministros de Casa. Desta vez, nobre Senador Pedro Simon, os Ministros de Casa vão ficar aqui ao lado do Vice-Presidente Aureliano Chaves. Pela primeira vez na vida!

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a está levantando um problema muito sério, agora eu estou assustado.

O Sr. Hélio Gueiros — Não, só estou citando o fato.

O SR. PEDRO SIMON — Agora eu estou preocupado. Quer dizer que vai o Presidente Figueiredo e o staff fica aqui.

O Sr. Hélio Gueiros — E o staff fica aqui. É a primeira vez que isso acontece.

O SR. PEDRO SIMON — Senador Marcondes Gadelha revisa se é para ir e eu não irei. Revise se é para ir ou não ir nessa viagem. Se o General do SNI não vai.

O Sr. Hélio Gueiros — O Ministro Leitão de Abreu não vai.

O SR. PEDRO SIMON — Olha Senador Marcondes Gadelha, que estão lhe preparando alguma coisa, revise a sua posição...

O Sr. Gastão Müller — Senador Pedro Simon, conceda-me um aparte antes de V. Ex^a terminar, e com a permissão do Presidente.

O SR. PEDRO SIMON — ...Se o General Medeiros vai ficar, se o staff vai ficar, será que não estão preparando qualquer coisa para o General Figueiredo?

O Sr. Marcondes Gadelha — Se toda a equipe do Governo fosse, a Oposição estaria criticando porque vai gente demais.

O SR. PEDRO SIMON — É verdade!

O Sr. Marcondes Gadelha — ...é um negócio que ninguém consegue entender e acho especioso que o Vice-Presidente assuma o mandato e permaneça aí em plena função. Eu acho isso tão saudável, normal, desejável, costumeiro e consuetudinário, é o que tem acontecido neste País normalmente, o que há de estranho nisso? V. Ex^{ts} estão hoje, tenho a impressão, com a imaginação extremamente fértil, talvez assim uma febre de fim de tarde...

O SR. PEDRO SIMON — Começou no Ministério da Justiça com a notícia que veio de lá; a notícia veio ali do Ministério e não é a primeira. V. Ex^a sabe, melhor do que eu, que dali daquele Ministério tem saído algumas. Encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Gastão Müller — Senador Pedro Simon, V. Ex^a não vai encerrar sem me conceder o aparte.

O SR. PEDRO SIMON — Perdão, desculpe-me. Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Gastão Müller — Senador Pedro Simon, V. Ex^a talvez não tenha tido tempo, hoje, de ler todos os jornais, mas eu, depois do almoço li o *Jornal de Brasília*, que traz

uma notícia interessante e V. Ex^a talvez não tenha tempo de comentar. Mas, diz lá mais ou menos o seguinte, eu li rapidamente: "Há um grupo no PDS que já pensa na solução Pires, o Ministro do Exército".

O SR. PEDRO SIMON — Pensa no Ministro Pires, para quê?

O Sr. Gastão Müller — Para Presidente da República, num mandato tampão.

O Sr. Marcondes Gadelha — A tarde é longa e um desdobramento da imaginação...

O Sr. Gastão Müller — É o general que está dizendo, e nós sabemos, Senador Pedro Simon, que é conhecida a expressão do eminente Presidente Figueiredo que, quando as coisas se apertam, ele diz: chamo o Pires.

O SR. PEDRO SIMON — E nós ficamos com a xicara na mão.

O Sr. Gastão Müller — Então, nessa situação que vivemos no Brasil, e também não vou fazer nenhuma inconfidência, que se sabe que no Colégio Eleitoral, como está, ganha o eminente brasileiro Paulo Maluf, para Presidente da República, e que o candidato do Presidente da República não é Paulo Maluf, mas sim o Coronel Mário Andreazza, na situação de aperto que ele vai ficar, é melhor chamar o Pires. Será a solução.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^{ts} estão mais bem informados do que nós. Já conhecem qual é o candidato do Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON — É que V. Ex^a, Senador Marcondes Gadelha, ainda não teve tempo das minúcias. Eles estão há vinte anos aí. O negócio leva tempo, Senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eu acho que ninguém do PDS tem o acesso a essas informações privilegiadas que V. Ex^{ts} têm. Estão se revelando, aqui, eminentes articuladores presidenciais com um acesso fantástico às fontes do poder.

O SR. PEDRO SIMON — É tão fácil, Senador. Primeira fonte de informação, Senador; é V. Ex^a ir aos partidários do Sr. Deputado Maluf e ver o que eles dizem do Coronel Andreazza, depois ir falar com os correligionários do Coronel Andreazza e ver o que eles dizem do Deputado Paulo Maluf. E, depois, irem aos dois e ver o que os correligionários dos dois dizem do Sr. Aureliano Chaves. Depois falar com os correligionários do Sr. Aureliano Chaves e ver o que eles dizem dos outros. É simples. É caminhar os corredores do Congresso e ver.

O Sr. Marcondes Gadelha — Parece até que há uma unidade perfeita dentro da Oposição.

O SR. PEDRO SIMON — Dentro do PDS.

O Sr. Marcondes Gadelha — Dentro da Oposição.

O SR. PEDRO SIMON — Não. A oposição, não. V. Ex^a conviveu conosco e sabe, que há divergência.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^{ts} falam dos partidários do Deputado Paulo Maluf e do Ministro Andreazza. Pois bem, há uma unidade perfeita lá, neste momento, não há ninguém sendo condenado, não há ninguém sendo cercado.

O SR. PEDRO SIMON — Ninguém mais do que V. Ex^a sabe dos equívocos que a Oposição possa ter praticado no passado e, provavelmente os tenha, das divergências que existem dentro da Oposição, e elas existem...

O Sr. Marcondes Gadelha — São normais e saudáveis em qualquer partido.

O SR. PEDRO SIMON — ...e elas existem, não há dúvida alguma.

Agora, digo apenas o seguinte, para encerrar, Sr. Presidente: primeiro, se se fala em entendimento, a pergunta que fica é esta: é para jornal ou é para valer? Se se quer ou se não se quer. As propostas da Oposição, e essas são claras, oficiais, apresentadas pela unanimidade da Oposição na sua emenda, são.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Se o Sr. Presidente concordar, com a maior alegria.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Desde que seja o último, a Presidência concorda, porque há outros oradores inscritos e V. Ex^a já falou mais de uma hora.

O SR. PEDRO SIMON — O último, apenas na ordem, jamais na qualidade e no valor.

O Sr. Octávio Cardoso — Não posso garantir ser o último. Como V. Ex^a concede aparte...

O SR. PEDRO SIMON — Não V. Ex^a jamais seria o último, Senador.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu concordaria até em ser o último, desde que não fosse o menor. Gostaria de dizer a V. Ex^a que V. Ex^a é bastante severo quando se trata do PDS ou do Partido do Governo. Ontem ouvimos aqui o discurso do nobre Senador Itamar Franco que registrava as contradições do Partido de V. Ex^a e se insurgia contra o candidato ambivalente. Anteontem ouvimos aqui o discurso do nobre Senador Fábio Lucena, que se insurgia contra a participação do Partido de V. Ex^a no Colégio Eleitoral, dizendo que era uma contradição, depois de tudo o que foi dito em praça pública na campanha das "pro-diretas já". Então, V. Ex^a não deve ser tão severo com o Partido do Governo, pelo menos, enquanto o Partido de V. Ex^a não nos der lição de coerência e de coesão.

O SR. PEDRO SIMON — Muito importante, como não podia deixar de ser, o aparte do ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul.

Digo apenas o seguinte: a posição unânime do PMDB, nobre Senador, de todos os governadores, de todos os Senadores, de todos os Deputados Federais, a posição oficial do PMDB é a estampada na subemenda apresentada pelo PMDB, no Congresso Nacional.

Eu garanto a V. Ex^a, e falo como 1^o Vice-Presidente do PMDB e falo como seu Vice-Líder nesta Casa: a subemenda do PMDB que quer eleições "diretas já" e quer convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, vai ter 200 votos do PMDB, na Câmara dos Deputados e, se Deus quiser, lá aprovado, vai ter os 22 votos do PMDB, aqui.

Acho que maior unidade do que esta, por amor de Deus! Eu garanto e desafio: a Bancada do PMDB vai ter 200 votos, como já teve: Na hora da votação da Emenda Dante de Oliveira, estavam lá os 200 votos, alguns vindos do hospital e estavam presentes, prontos para votar os 22 Deputados do PMDB, mais os do PDT, mais os do PTB. Aliás, diga-se de passagem, os do PMDB estavam lá, os do PDT estavam lá, os do PT estavam lá e os do PTB, a exceção de um, estavam lá.

Então a posição do PMDB, oficial é esta...

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campainha.) — V. Ex^a agora vai concluir o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON — Vou, se V. Ex^a me permitir, farei a minha peroração.

Então, a posição oficial do PMDB foi definida na votação. Poder-se-ia perguntar: "Mas, rejeitada a Emenda Dante de Oliveira, qual é hoje a posição do PMDB?" Eu respondo: a subemenda apresentada pelas oposições. Onde há companheiros do PDS, em número de 40 ou mais, que assinaram, onde há 199 assinaturas do PMDB, não teve uma por que estava viajando para a Europa, e há assinatura de todos os Senadores do PMDB. É a subemenda que nós apresentamos à Emenda Figueiredo na qual está eleições, "diretas já" e convocação de uma Constituinte em 86. Esta é a posição do PMDB. Agora, não há qualquer dúvida de que rejeitada a emenda do PMDB, se isso acontecer, aí o PMDB terá que convocar a sua convenção. Realmente, diante dos males e as desgraças que têm, o PMDB vai ter que se colocar.

O Sr. Marcondes Gadelha — E a negociação fica para depois da convenção do PMDB?

O SR. PEDRO SIMON — A negociação Senador? A negociação é até a votação da Emenda.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a se queixa que não se negocia.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a está caindo em equívocos. Hoje não é o seu dia de maior felicidade. V. Ex^a foi dar um aparte ao Senador Itamar Franco, e quando disse: "O Presidente é favorável à prorrogação, tanto é que mandou a Emenda". A Emenda não fala em prorrogação. A Emenda fala em reeleição. Agora, V. Ex^a diz: "E quando fica a negociação?" Eu estou dizendo para V. Ex^a: se for rejeitada a Emenda, e eu presumo que a negociação que o Governo está fazendo é para votar a Emenda. Eu presumo, pelo menos é assim que se entende, nós estamos negociando para quê?

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^a diz que se as "diretas já" forem rejeitadas.

O SR. PEDRO SIMON — Nós estamos negociando o substitutivo do Relator para votar a Emenda Figueiredo. Então, digo eu, se não houver entendimento e se todas as nossas expectativas forem por terra, e forem rejeitadas, teremos que discutir internamente.

A minha posição é continuar a luta pelas "diretas já". Mas, respondendo ao Senador Octávio Cardoso, eu reconheço que, internamente, no PMDB, haverá de se convocar o órgão máximo para tomar a decisão. Mas não que nós não tenhamos decisão. Se dependesse de nós, a eleição direta era já. E vamos dar os votos agora. Se dependesse de nós, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte era já, e vamos dar os nossos votos favoráveis. Agora, se o PDS rejeitar as duas teses, não depende de nós. Então, vamos ter que optar pela decisão que vamos tomar no futuro. Aí, a convocação. Agora, a negociação? A negociação só tem uma, até a votação da Emenda. Votada a Emenda, não tem mais o que negociar. Ou houve o entendimento, ou não houve entendimento. É a Oposição buscar o seu destino, e o Governo seguir o seu.

Era isso, Sr. Presidente, nesta hora, que me parece tão importante, que me parece tão séria, que me parece tão grave, e que eu, quando chego em minha cidade, Porto Alegre, todo mundo me procura, porque lê os jornais e as manchetes, e acha que sou o portador de coisas muito sérias que foram discutidas, que foram debatidas e que foram analisadas, eu tenho a obrigação de dizer a verdade. As manchetes de jornais existem, mas conversa, diálogo, discussão, absolutamente, não têm acontecido neste Congresso Nacional, o que me parece profundamente estranho.

Muito obrigado! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira. (Pausa.) S. Ex^a desiste.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros. (Pausa.)

S. Ex^a desiste.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Ex^a desiste.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, apesar de todos os esforços feitos pelo Poder Executivo, a legislação referente ao pessoal continua caótica, tanto mais quanto, limitada a iniciativa congressual e conferido ao arbítrio exclusivo daquele poder a proposição de qualquer modificação no sistema de pessoal e no que tange à política de vencimentos, os tecnocratas — que são funcionários também — inspiram ao Governo medidas que, em lugar de uniformizar e efficientizar o serviço público, resultam nas mais graves injustiças para os mais humildes servidores.

Veja-se, por exemplo, o que ocorre com os aposentados, recebendo vantagens especiais aqueles que se inativaram, precocemente, por moléstia grave, enquanto não gozam de tais benefícios aqueles que se aposentaram com trinta e cinco e mais anos de serviço.

Evidentemente, os incapacitados por motivos de saúde merecem receber todas as vantagens dos que permanecem na ativa; mas o justo seria que também delas se beneficiassem os demais inativos.

Continuam, ainda, os estatutários sem receber a gratificação natalina, conferida aos trabalhistas que, por sua vez, não gozam de estabilidade, mas descontam o FGTS.

Há muitos anos que reclamamos contra esse hibridismo, sem que venham as propostas de providências cabíveis do Poder Executivo, para nossa apreciação e aperfeiçoamento.

Agora mesmo estamos recebendo um memorial de vários servidores da Secretaria da Receita Federal do Espírito Santo, revelando a inconformação da classe contra os descritórios e medidas arbitrárias aplicados na aplicação de benefícios à classe, que, no entanto, continua marginalizada, no que tange aos servidores de nível médio.

Recentemente, o *Diário Oficial*, em dezembro do ano passado, publicou o Decreto-lei nº 2.074, de 20 daquele mês, beneficiando apenas os Controladores da Arrecadação Federal e Fiscais, com gratificações variáveis entre quarenta e sessenta por cento, além de outros benefícios exclusivos da classe, no que tange à insalubridade e à produtividade, variáveis entre sessenta e cem por cento.

Ora, os reclamantes, em categoria de Nível Médio, embora a denominação diferente, cumprem, por força da Lei nº 5.645/70, quarenta horas semanais, com idênticas tarefas e atividades de uma agência arrecadadora fiscal, no mesmo local, com as mesmas responsabilidades dos Controladores e Fiscais.

Diante disso, impõe-se sejam estendidas tais vantagens àquela classe, revigorado o artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, que manda readaptar o servidor que executa tarefa alheia há mais de dois anos ininterruptos ou durante cinco anos, intercaladamente.

Assim, far-se-á estrita justiça.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Sem dúvida, o livre e responsável exercício da informação pública, através da imprensa, constitui um dos pilares mais sólidos de uma sociedade democrática e progressista. Não apenas porque contribui para dar substância à opinião pública e ao movimento político em geral, como também porque tem o condão de mobilizar os cidadãos para a reflexão sobre os problemas de suas comunidades e para a ação visando a solucioná-los.

Nesta dimensão é que deve ser avaliada e apoiada a campanha de iniciativa da **Folha de Londrina** para equacionar e buscar soluções para os problemas de desenvolvimento da região norte do Paraná. Pois não se trata apenas de coletar e difundir informações a seus leitores; vai muito além seu escopo. Aquele órgão se propõe a reunir as lideranças e autoridades da região e do estado e a mobilizar vários segmentos sociais em torno da análise em busca de alternativas de política para enfrentar o evidente declínio da produção cafeeira e do papel da pequena e média agricultura de abastecimento na dinâmica do crescimento regional, na criação de empregos e na geração de condições objetivas para a fixação do homem ao campo sob padrões de vida mais dignos e justos.

E em poucas semanas, conseqüências palpáveis já podem ser percebidas. Ativadas por uma Comissão Coordenadora instituída pela **Folha de Londrina** — e de que fazem parte os Secretários de Agricultura e do Planejamento, presidentes das Federações estaduais de trabalhadores e empresários agrícolas, agente do IBC, Cooperativas e os Prefeitos das duas maiores cidades da região, além de diretores do jornal e o seu coordenador — autoridades, técnicos e dirigentes de cooperativas deram início a reuniões de trabalho, à elaboração de estudos e proposições de políticas, que deverão ser levadas a um amplo debate, em seminário regional que deverá atrair mais de quatro mil participantes, representando todos os setores sociais e econômicos envolvidos pela questão.

Vale destacar que a primeira reunião formal desta Comissão deu-se no último dia 5 de maio; desde então conseguiu-se mobilizar o Governo do Estado e vários grupos de atividades, um dos quais — constituído por técnicos de cooperativas, extensão rural, IBC, secretarias de Estado e do Instituto Agrônomo do Paraná — já apresentou um primeiro estudo técnico-econômico sugerindo um programa de substituição de cafezais improdutivos para pequenos agricultores. E na reunião que se realizará neste dia 19 próximo, dar-se-ão os primeiros passos para organizar o referido seminário regional.

Este breve relato nos dá a medida da intensidade do trabalho desenvolvido e, principalmente, do grau de responsabilidade e de seriedade com que a **Folha de Londrina** se propõe a contribuir para o desenvolvimento da região. E, ainda, nos dá também uma notável lição de discernimento e de afinação com o momento que vive o país. Pois somente com amplos debates públicos, com o envolvimento ativo de todas as parcelas sociais, é possível construir políticas eficazes e democráticas de promoção do desenvolvimento.

E isto realmente é o que requer a natureza dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo Norte do Paraná. Problemas que derivam de sua peculiar formação histórica e dos efeitos de políticas governamentais que, por omissões e erros evidentes, fizeram deteriorar sua economia, com graves repercussões sobre suas dimensões sociais.

Com efeito, é constrangedor o quadro que se oferece à nossa vista, quando se compara a situação atual do norte paranaense com a que a região viveu até meados dos anos sessenta.

Sem dúvida, isto pode parecer pessimismo ou mero alarmismo, se ficarmos apenas ao nível da observação imediata das exterioridades. Se ficarmos apenas no que

mostra a imagem geralmente difundida de que se trata de uma das regiões mais pujantes do Sul do País, com suas grandes capitais regionais, com suas fazendas modernas e bem organizadas, com sua iniciada industrialização e padrões urbanos de vida bastante atraentes.

Não obstante tudo isso, ou até por causa disso, a região enfrenta uma impressionante concentração de problemas sociais ao mesmo tempo em que se restringiram notavelmente os fatores que conferiam dinamismo à sua economia. E este é um enfoque de realismo que afasta aquela aparência de pessimismo. O que importa não é onde se chegou em termos de crescimento econômico e de acumulação de resultados materiais; importa, sim, é a qualidade deste crescimento, a sua dimensão social e, principalmente, o potencial de desenvolvimento de que a região era portadora e que não terá sido plenamente realizado e que compromete suas perspectivas futuras nos planos econômico, social e político.

Senão vejamos. Até meados dos anos sessenta, as regiões de Londrina e Maringá se constituíam no pólo principal de desenvolvimento do Paraná, com uma ampla e sólida economia cafeeira ladeada por modernas práticas pecuárias e de produção de alimentos básicos. Sua contribuição às arrecadações fiscais, federal e estadual, era fundamental. E destacava-se seu papel na formação das receitas cambiais, porquanto o café era nosso principal produto de exportação e desta região saíam os produtos de melhor qualidade e com maior volume.

Entretanto, combinaram-se os efeitos de sucessivas geadas e oscilações baixistas no mercado internacional às políticas recessivas impostas pelo Governo Federal no período 1964/66. Entre estas, avultaram medidas com as políticas de preços, de controle rígido das exportações, de confisco cambial e, por fim, a decisão de promover uma extensiva erradicação de cafeeiros. E, de nosso lado, foi marcante o conjunto de equívocos e omissões do então governo estadual. À profundidade das alterações que se impunham à base econômica do Paraná, o Governo estadual reagiu com medidas paliativas, temporizações e hesitações; e acabou embarcando na pura e simples confirmação daqueles efeitos mais perversos da erradicação do café: a ociosidade das terras mais férteis do País, a transformação em pastos de boa parte delas e, finalmente, em sua pecuarização extensiva e nos evidenciados prejuízos da erosão e da subutilização econômica destes solos.

Dez anos depois, os prejuízos se mostraram enormes. Contra um milhão e duzentos mil hectares plantados com café em 1967, restaram, dez anos depois, não mais que 665 mil hectares. A produção estadual, que representava 45% da produção nacional em 1965, reduziu-se a 26% em 1970. Ao mesmo tempo, a produção da soja em nosso Estado que se limitava a 5% da nacional, elevou-se para um quarto do volume total deste cultivo no País que havia se multiplicado várias vezes; só que a soja era o grande carro chefe da produção da região oeste do Paraná. E para esta se desloca, celeremente, o dinamismo econômico.

Se de um ponto de vista estritamente econômico os resultados desta mudança foram espetaculares, do ponto de vista social, os custos foram e estão sendo alarmantes. Declinando violentamente a área ocupada pelo café — que é altamente intensivo no uso de mão-de-obra — e expandindo-se dramaticamente o complexo de culturas mecanizadas e concentradas em grandes propriedades, puxadas pela sojicultura, desabaram os níveis do emprego agrícola. Num estado em que a industrialização apenas se iniciava — com sérias limitações devidas às políticas de concentração industrial — e cujas fronteiras agrícolas se esgotavam, só poderia ter havido uma conseqüência: o êxodo rural.

Entre 1970 e 1980 o Paraná perdeu mais de 2,5 milhões de habitantes. A população rural reduziu-se de 4,4 mi-

lhões para 3,2 milhões. Diria que até por sorte, encontravam-se em expansão as novas fronteiras agrícolas do norte do País, que puderam oferecer algumas opções de sobrevivência para nossos emigrantes. Mas o Paraná sofreu uma perda irreparável de recursos humanos e de capital transferidos com o êxodo. E o que é pior; os que não puderam migrar foram desalojados de suas terras, ou perderam seus empregos fixos, indo marginalizar-se nas periferias urbanas. Do aumento total de 752 mil habitantes residentes no Paraná, 56% concentram-se na cidade de Curitiba; e cerca de 83% em sua área metropolitana. Também com o êxodo rural-urbano, incharam os arredores de Londrina e Maringá e de muitas outras cidades do norte paranaense, com as centenas de milhares de bóias-frias e desempregados urbanos.

Pode-se facilmente imaginar o que sucedeu com as infra-estruturas habitacionais, de saneamento e fornecimento de água e energia, de transporte e com os serviços sociais destas comunidades. Se ao longo do período de rápido crescimento, o Estado como um todo pode fazer expandir a implantação e operação destes serviços e obras, não foi possível reduzir as desigualdades em sua distribuição e no acesso aos seus benefícios para a maior parte destes grupos pobres recém-migrados para as cidades.

E todos sabemos que a recessão destes últimos anos veio agravar este quadro. Ao assumir o Governo, José Rícha reconhecia a gravidade da situação e propunha em seu plano de ação novas alternativas de desenvolvimento, em que se teriam de adotar novas concepções e métodos de administração para afrontar o declínio de nosso potencial econômico utilizado e, ao mesmo tempo, dar conta destes graves problemas sociais. E um destaque especial era dado à formulação de uma política agrícola estadual que se contrapusesse e compensasse os efeitos danosos da recessão e das políticas federais restritivas.

É neste marco que se insere a campanha da **Folha de Londrina**.

Cumprir mobilizar, neste momento, toda a população, todas as suas forças políticas e econômicas, para encontrar alternativas mais justas e equânimes de desenvolvimento, pautadas por ações solidárias e inovadoras. Políticas que tenham como objetivo central a elevação do nível de vida da população, com redução de suas disparidades, através de consistentes medidas de geração de novos empregos e de novas oportunidades de expansão do potencial produtivo de seus recursos naturais e humanos.

Neste ponto, destaca-se o papel da pequena e média unidade agrícola de produção e de suas correspondentes unidades de apoio na agroindústria e no comércio e serviços urbanos. Aí se contém um imenso potencial produtivo a estimular, através de inovações técnicas, de crédito acessível e barato e de infra-estruturas e mecanismos de intermediação localmente organizados e sem caráter especulativo. E que, por sua natureza, tem a imensa vantagem de gerar mais empregos, por unidade de capital, do que as grandes unidades de exploração.

Evidentemente, não se trata de tentar reviver o antigo modelo da pequena propriedade monocultora, em que outras linhas de produção eram apenas marginais. Nem as atuais condições econômicas o permitem, nem é este o padrão para alcançar os objetivos de emprego estável e duradouro, sob condições adequadas de rentabilidade e dinamismo. E neste enfoque, é correta a abordagem da **Folha de Londrina**: será necessário enfatizar o apoio a unidades pequenas e médias policultoras, aproveitando a tradição cultural e tecnológica da cafeicultura em associação com a produção de alimentos básicos, de que é carente a região e o Estado.

E pode-se ir mais além; aproveitando a própria concepção original do projeto de colonização do norte do

Paraná, que permitiu a permanência de um padrão de ocupação do solo e de um desenho da malha de transportes e comunicações altamente favoráveis, seria possível estimular o conglomerado de pequenas e médias unidades, atuando sob formas coordenadas de planejamento da produção conjunta. Não seria apenas um programa de estímulos à produção individualizada, mas sim a ativação de uma programação regional de desenvolvimento agroindustrial.

O café, dentro das limitações atuais de mercado e de distribuição espacial a nível nacional, ainda oferece uma razoável margem de expansão, que pode conferir uma base de rentabilidade segura e a médio prazo a estas unidades. Seu consorciamento com cultivos alimentares de largo consumo e com pecuária de pequeno porte (para leite e corte) já foi exitosamente testado na Colômbia. Onde também se operou com sucesso um programa de produção conjunta coordenada, para pequenos agricultores.

Ao lado dos aspectos técnico-econômicos, porém, um requerimento é fundamental: E aí novamente a **Folha de Londrina** segue pela via correta. Isto não se faz de cima para baixo. Não se faz por determinações tecnocráticas. Um tal projeto é nitidamente um projeto político; e por isso, para alcançar êxito, precisa nascer da tomada de consciência das raízes do problema coletivo, do debate público responsável, da participação social ampla em sua concepção e colocação em prática. E só alcançará estes objetivos se este for o anseio despertado na comunidade e incorporado em sua participação.

Acreditamos, por tudo isso, que com a campanha da **Folha de Londrina** está nascendo uma nova experiência política e social em nosso país: a de uma região que formula seu próprio projeto de desenvolvimento em bases efetivamente democráticas. A de uma região que, refletindo as lições de seu passado, projeta para si um outro futuro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em dezembro de 1983, o desemprego registrou, segundo o IBGE, a taxa de 5,63%, nas seis maiores regiões metropolitanas do País. Assim, de uma população economicamente ativa de 12.277.200 trabalhadores, 691.206 pessoas estavam então desempregadas.

Essas informações foram contestadas no número de fevereiro último da revista **Conjuntura Econômica**, propriedade de uma outra entidade oficial, a Fundação Getúlio Vargas. Ali está dito que as modificações na metodologia de cálculo do desemprego, realizadas em março de 1982 pelo IBGE, permitiram reduzir a população economicamente ativa, dos 12,7 milhões de pessoas dessa época, para os 12,3 milhões, estabelecidos em dezembro de 1983.

Isso apesar de estar crescendo em pelo menos 3,5% ao ano o número de pessoas em idade de trabalhar.

Além disso, em decorrência das modificações metodológicas citadas, a média de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do País, de 8,91%, em março de 1982, já no mês seguinte caiu para 6,93%.

A refutação a esses números, apresentada pela **Conjuntura Econômica**, a partir dos 3,5% de crescimento anual do total de pessoas em idade de trabalhar, chegou a uma nova idéia do percentual de desemprego aberto. Ao invés dos 5,63% divulgados pelo IBGE, essa taxa estaria em 13,55%, no mês de dezembro de 1983.

Ainda assim, de acordo com o autor desses cálculos, José Cláudio Ferreira da Silva, é certo que o percentual de desempregados no País fosse maior do que esses 13,55%.

O que podemos concluir daí é que o Governo, apesar de deter instrumentos capazes de pelo menos amenizar a situação dos desempregados, buscou apenas minimizar a gravidade do problema e de uma forma em tudo condenável, ou seja, por meio de uma outra manipulação de dados estatísticos.

No entanto, embora de alcance limitado para o equacionamento completo do problema do desemprego ainda está em vigor a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que estabelece medidas de assistência aos desempregados.

Segundo esse texto legal, tal auxílio equivale a oitenta por cento do salário mínimo local, até o prazo de seis meses, dentro das possibilidades financeiras do Fundo de Assistência ao Desempregado.

A integralização desse Fundo se faz por intermédio de dois terços dos recursos da conta "Emprego e Salário". Essa é formada pela participação em vinte por cento da arrecadação da contribuição sindical, segundo o art. 589 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ainda a CLT (art. 579) estabelece que a contribuição sindical é devida por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal.

Essa forma de acumular recursos no Fundo de Assistência ao Desempregado, claramente insuficiente, por sua vez sofreu uma acentuada distorção, em 1974. Nesse ano, o Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Prieto, no que previu "a diminuição gradativa do fato inspirador" da assistência ao desempregado, isto é, "o auxílio em dinheiro ao trabalhador ante o desemprego em grande escala", para não perder esses recursos, propôs um arranjo, redistribuindo-os a sete outras atividades, emolduradas sob a denominação de "promoção profissional" do trabalhador.

A essa previsão, em tudo falha, sobreveio, um período de crescimento econômico tumultuado, que desandou numa crise sem precedentes, com inflação acima de duzentos por cento e desemprego.

Perdido em meio à crise, o Governo, tudo indica, manteve inativo, de um lado, o Fundo de Assistência ao Desempregado, enquanto gasta, da forma mais lamentável, os recursos a ele relativo. Em razão destas observações, encaminhamos a V. Exª o seguinte requerimento:

"REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº de 1984"

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 239 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito de V. Exª as necessárias providências no sentido de encaminhar ao Poder Executivo o seguinte requerimento de informações:

1. Qual o total de recursos recebidos, a cada ano, entre 1979 e 1983, pelo Ministério do Trabalho, em decorrência de transferências relativas à arrecadação da contribuição sindical?

2. Quanto coube ao Fundo de Assistência ao Desempregado em cada um dos anos, entre 1979 e 1983?

3. Em quais atividades, incluindo a assistência ao desempregado, foram aplicados, entre 1979 e 1983, os recursos do Fundo de Assistência ao Desempregado, encaminhados ao Ministério do Trabalho?

4. Dos recursos especificamente destinados à assistência ao desempregado, que totais, a cada ano, entre 1979 e 1983, foram efetivamente repassados a trabalhadores desempregados?

5. Quantos foram, a cada ano, os trabalhadores desempregados efetivamente assistidos com recursos do Fundo de Assistência ao Desempregado, entre 1979 e 1983?

6. No período mencionado (1979-1983), quantos foram os contratos de prestação de serviços firma-

dos pelo Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Assistência ao Desempregado, e qual o objeto, valor, duração e entidade prestadora de serviços de cada um desses contratos?

7. Quais os critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho para a contratação desses serviços, inclusive no tocante às entidades prestadoras de serviços?

8. Quantos desses contratos foram dispensados de licitação e quais os motivos, em cada caso, para tanto?

9. Quantos foram os trabalhadores desempregados solicitantes da assistência do Fundo de Assistência ao Desempregado que tiveram esses pedidos indeferidos, entre 1979 e 1983, e quais os motivos dessas negativas?

Justificação

O presente requerimento de informações está referido ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1983, que "reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio desemprego", ora em tramitação na Casa. (Muito bem!)

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1984. — **Senador Itamar Franco**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Itamar Franco encaminhou à Mesa Requerimento de Informações. Nos termos do inciso VI do art. 239 do Regimento Interno, o Requerimento será examinado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela comissão de redação em seu parecer nº 180, de 1984), do projeto de resolução nº 127, de 1982, que aprova o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela resolução nº 69, de 1978.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1983 (nº 21/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do tratado de Nairóbi sobre proteção do símbolo olímpico, concluído em Nairóbi, a 26 de setembro de 1981, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 155 a 157, de 1984, das Comissões:

- de Relações Exteriores;
- de Educação e Cultura; e
- de Economia.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1984 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer nº 169, de 1984), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 57.493.536.955,51 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 170, de 1984, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

Ata da 67ª Sessão, em 17 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há expediente a ser lido.

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros, pela ordem.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, não há o número mínimo exigido de Senadores, em plenário, para continuação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência, atendendo ao Regimento Interno, suspenderá os trabalhos por 10 minutos e acionará as campainhas.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 18 horas e 35 minutos e reaberta às 18 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está reaberta a sessão.

Encontrando-se em plenário mais de 11 Srs. senadores, a sessão terá seu curso normal.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 180, de 1984), do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, que aprova o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

Em discussão. (Pausa.)

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Como Líder, para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejo-me na contingência de apelar para os recursos regimentais, a fim de tentar comover a ilustre Liderança do PDS para com os interesses do Estado que represento o Pará.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho um levantamento que, depois, trarei ao conhecimento da Casa. Desde que assumi o mandato já votei, aqui, cerca de 230 empréstimos internos e 25 externos, sendo que, para vários deles, eu mesmo, no exercício eventual da Liderança do PMDB, subscrevi o requerimento de urgência.

Lembro-me perfeitamente de que, com relação a um empréstimo para o Estado do Maranhão, solicitado ao apagar das luzes de 83, atendendo a um pedido do eminente Senador José Sarney, subscrevi um requerimento de urgência. E o Estado do Maranhão, que já estava superendividado, teve deferido o pedido de autorização para um novo empréstimo.

Tem sido norma sistemática nesta Casa aprovar sempre os pedidos de empréstimos, sejam eles provenientes de que Estado ou de que prefeitura for.

Eu não posso, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, apesar do extremo respeito e apreço que tenho por esta Casa, permitir que eventuais injunções pessoais e políticas prejudiquem o Estado do Pará. Sou, aqui, representante do Estado do Pará e o que for possível fazer em defesa dele, farei.

Já que não consegui convencer nem o Líder efetivo do PDS, o ilustre Senador Aloysio Chaves, nem o seu eventual substituto com quem tratei, o nobre Senador Virgílio Távora, que entretanto se mostrou bem simpático e compreensivo para com meu problema, um dos recursos que me resta nessa alternativa, é apelar para a obstrução.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, que meu Estado vá ser discriminado numa hora em que, por incrível que pareça, o Líder do Governo é do Estado do Pará. É um absurdo, é uma coisa insuportável! É preciso notar que essa obstrução está sendo processada camufladamente. Sei que nem o Senador Aloysio Chaves, nem o Senador Gabriel Hermes terão coragem de votar contra a autorização do empréstimo, mas eles têm modos e meios de criarem obstáculos para a tramitação normal do projeto. E vão usar, ou estão usando a disposição do nobre Senador Gabriel Hermes. Porque naturalmente o Senador Aloysio Chaves enfrentará problemas se for comandar uma obstrução desta natureza.

Quero dar todas as explicações porque sei que é tremendamente antipático, terrivelmente odioso alguém assumir aqui essa posição de obstrução, mas estou num caso de legítima defesa. Não tenho saída, Sr. Presidente. Porque ou me dão a urgência e isso é votado, ou vou dizer o que irá acontecer. O Senador Gabriel Hermes coloca o processo debaixo do braço e vai embora para o Líbano, ou lugar próximo, porque talvez o Líbano, hoje, seja um local meio inóspito.

Quero frisar a V. Ex^{ts} que, há cerca de um mês, quando demos entrada no pedido de autorização para que o Estado do Pará contraísse esse empréstimo, tivemos o cuidado de ir pessoalmente, acompanhado do Governador do Pará, ao gabinete do Exm^o Senador Aloysio Chaves e ao gabinete do Exm^o Senador Gabriel Hermes, para entregar a cada um deles, Sr. presidente, Srs. Senadores, uma cópia rigorosamente igual ao processo que foi entregue para a consideração do Senado da República.

Então, se o nobre Senador Gabriel Hermes tivesse dúvidas a respeito do processo, S. Ex^a teve tempo de sobra para examinar folha por folha, detalhe por detalhe, todo o processo do Pará. Não tem sentido, como ele me disse, porque, até hoje, ainda tentei demover S. Ex^a não tem sentido ele dizer, agora, que precisa ter o processo em mãos para fazer diligências. S. Ex^a está com a xerox de todo o processo em suas mãos. Se havia dúvidas, ele pôde dissipá-las e teve condições de dissipá-las há muito tempo. Agora, eu não sou criança nem menino para chegar aqui e ouvir um Senador dizer-me que vai precisar estudar o processo para poder, então, saber se vai ou não aprová-lo.

V. Ex^{ts}, nobre Presidente e eminentes Senadores, sabem que para um Governo de Oposição conseguir correr todos os trâmites legais de um pedido de autorização é uma via crucis penosa, difícil. Há um ano, Sr. Presidente, que o governador do meu Estado anda de ceca em meca vai ali, vai acolá, atrás de um Ministério em busca da solução completa para seu pedido, nas repartições do Poder Executivo.

Faz um ano, Sr. Presidente, que, obtivemos aprovação do Ministro do Planejamento, depois a obtivemos do Banco Central do Brasil, depois do Ministério da Fazenda, depois do Presidente da República, que recebeu o meu Governador e autorizou o pedido de empréstimo aqui para o Senado.

Foi publicado no *Diário Oficial*. Levamos um ano nisso e com o detalhe de que o Ministro Delfim Netto, em face das contingências cambiais do Brasil, ainda fez uma escala do empréstimo para o Pará. São 60 milhões de dólares mas S. Ex^a condicionou assim: tem de ser 20 milhões no exercício de 84, 20 milhões no de 85 e 20 milhões no exercício de 1986.

Quer dizer, todo o plano e projeto do Governo do Estado do Pará foi sujeito a um crivo severo, duro, de todas as repartições e órgãos do Poder Executivo. E' claro que aqui no Senado ele também tem de passar por um crivo, mas um crivo, Sr. Presidente, de boa fé, um crivo sem segundas intenções. Com o que não posso me conformar, embora tenha levado muito tempo a tomar essa atitude, é o Senador Gabriel Hermes dizer, em todos os jornais do meu Estado, que ia dificultar a aprovação do projeto, ia fazer o projeto baixar em diligências e tão cedo o Senado da República não o aprovaria.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Octávio Cardoso — Gostaria que V. Ex^a, já que vai pedir verificação de quorum, me permitisse pelo me-

nos lhe responder. Depois, V. Exª pediria verificação de quorum.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Pois não.

Sei que tanto o nobre Senador Aloysio Chaves como o eminente Senador Gabriel Hermes estão sendo pressionados por alguns correligionários seus, dizendo que se nós — nós que eles dizem é o Governo — dermos esse dinheiro para o Governo do Estado do Pará, aí mesmo é que não vamos vencer jamais eleições em 1986.

Sr. Presidente, embora essa seja uma razão mesquinha, indigna até de homens públicos, podemos contra argumentar que há também inúmeros governos estaduais, inúmeras prefeituras municipais, todas dirigidas pelo PDS, que também estão obtendo autorização para empréstimos no estrangeiro e dentro da terra. Isto, se é verdade que no Pará vá importar na vitória do PMDB, nesses outros Estados, nesses outros Municípios, onde o PDS é maioria, vai evidentemente, importar na vitória maciça do PDS.

Verifica, portanto V. Exª, que não há nenhuma razão, nenhum motivo sério, honesto para que se perturbe a pretensão do Governo do Estado do Pará.

Em conversa com eminentes colegas, chego a dizer que se o Senador Aloysio Chaves e o Senador Gabriel Hermes são mesmo contra o projeto, poderiam, ao menos, salvar as aparências no Senado, porque nós damos autorização, nobre Presidente e ilustres Senadores, mas essa autorização vai para o Ministério da Fazenda e para o Banco Central do Brasil e serão eles os agentes, através dos quais o Governo do Estado vai tentar obter o empréstimo externo.

Então, se há interesse político em prejudicar a pretensão do PMDB, essa pressão e essa influência poderia ser exercida fora do âmbito do Senado Federal, porque aqui no Senado Federal, Srs. Senadores, o relacionamento entre o Governo e Oposição é diferente. Aqui, o Senado é composto não só de PDS, mas de PDS e de Oposição. Não é como em repartição pública onde todo mundo pode ser do PDS e todo mundo pode ser do Governo, mas O Congresso Nacional é um poder diferente. Aqui somos participantes por igual, embora proporcionalmente, do Poder. Então, o relacionamento aqui no Congresso Nacional é diferente. Há necessidade assim, de se conservar uma boa vizinhança, um bom relacionamento, para que os trabalhos desta Casa não sejam perturbados e interrompidos.

Devia ser ressaltado esse ambiente sereno, pacato e tranqüilo de boa vizinhança do Senado Federal e se deixar que essas questões, essas fuxicadas de ordem pessoal, ou até mesmo partidária, tivessem guarida em outras repartições do Poder Executivo.

Não há porque Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senado se perturbar com esse arruinamento de relacionamento, porque não há alternativa para esse orador que está falando.

Não vou ter outra alternativa, não quero bancar Dirceu Cardoso, não tenho essa pretensão. Choca-me e entristece-me muito estar vexando e sacrificando meus ilustres pares aqui, por exemplo, com essa conversa que estou tendo agora, que ainda não chega a ser — usando uma expressão grosseira — conversa fiada, porque estou explicando as razões. Mas é evidente que, a certa altura deste meu trabalho de obstrução, vou ter de, simplesmente, cansar, enfadar, enfiar, vexar, perturbar, entristecer meus ilustres pares, o que para mim é muito lamentável.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Hélio Gueiros, considero válido todo trabalho que o represen-

tante do Estado faz para atender às necessidades do seu Estado, seja de que forma for. E considero válido — podem estranhar até este aparte — o trabalho de obstrução para conseguir obter aquilo. Quando divergia, por exemplo, do Senador Dirceu Cardoso, lembrado por V. Exª não era pelo trabalho de obstrução, mas sim pela maneira como se fazia referência ao Senado. Então, a divergência era essa. A obstrução é válida, e eu estou dando este aparte porque V. Exª está falando em enfadar, enfiar os seus companheiros. Não! Temos de combater a obstrução, quando for o caso, e a Maioria tem de mostrar, se tem ou não tem maioria, trazendo para o plenário, a maioria dos Senadores para ter o número suficiente. Se não conseguir trazer os 35, V. Exª vai conseguir obter aquilo que deseja, através do trabalho de obstrução. Isso é válido e é democrático. Eu, como seu adversário político, estou dando essa explicação, porque não me aborreço e nem me entristeço quando vejo alguém fazer um trabalho desse tipo, e da maneira como V. Exª está fazendo. Se V. Exª viesse para cá e dissesse: "Os companheiros não trabalham, não há ninguém". Aí, sim, eu iria rebater. Mas um trabalho sereno de obstrução, acho que nada de mais V. Exª está fazendo a não ser tentando conseguir aquilo que almeja.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato, nobre Senador Jutahy Magalhães, pela avaliação generosa que V. Exª está fazendo do meu comportamento. Não pretendo fazer e nunca quis fazer, nesta Casa, obstrução por obstruir. Quem, porventura, já lidou comigo, quando eu, eventualmente estou respondendo pela Liderança do PMDB, sabe perfeitamente que faço tudo para salvar alguma coisa da Ordem do Dia. Sempre tomo a iniciativa de procurar o Líder do PDS, para se inverter alguma coisa, de modo que os assuntos polêmicos fiquem para outra Ordem do Dia, e sejam colocados, na frente, esses projetos de lei para os quais não há polêmica, não há conflito. De modo que acho — como o Senador Jutahy Magalhães, e folgo que ele faça esse público reconhecimento — que minha obstrução tem um objetivo. Não é obstrução por obstruir. Não é obstrução só para tentar paralisar os trabalhos da Casa, porque é só uma tentativa. Mas é uma obstrução para me dar condições de alcançar o objetivo não estou tendo a sorte e a felicidade de ver aceito pacificamente nesta Casa.

Pela primeira vez, desde que assumi este mandato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se prejudica um pedido de autorização de empréstimo do Estado do Pará. Para mim me dói mais do que quem vai ou está na frente, na fila para receber as desagradáveis consequências desta minha obstrução, é esse generoso e grande Estado do Rio Grande do Sul, através dessa figura excepcional, muito estimada e respeitada por mim, que é o Senador Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É que estamos em uma discussão de uma redação final, e o prazo para discussão de uma redação final é de cinco minutos. De modo que V. Exª já falou mais ou menos quinze minutos. Acredito que V. Exª já esgotou a oportunidade de dizer se concorda ou não com a redação final que está em discussão.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Acolho prazerosamente a intimação de V. Exª. Quero dizer que, quanto à redação final não tenho qualquer obstáculo a fazer. Aguardo apenas que o nobre Senador Octávio Cardoso use da palavra para seu pronunciamento, porque depois eu vou pedir também verificação da votação da redação final.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Continua em discussão.

O Sr. Octávio Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso, para discutir o projeto.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Sr. Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não há no plenário o número mínimo de Senadores para prosseguir a sessão. Então peço a V. Exª que dê por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o pedido de V. Exª. Efetivamente não existe quorum em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Designo para a sessão ordinária de amanhã, a realizar-se às 14:30 hs, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1981 (nº 2.768/80, na Casa de origem), que altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, tendo

PARECER, sob nº 26, de 1982, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1983 (nº 939/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade dos ocupantes de cargos de direção de órgãos da Administração Pública Federal direta ou indireta, tendo

PARECERES, sob nºs. 1.000 e 1.001, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável; e

— de Serviço Público Civil, contrário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1978 (nº 1.465/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências,

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs. 638 e 639, de 1981, das Comissões

— de Educação e Cultura; e

— de Finanças.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1981 (nº 435/79, na Casa de origem), que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os be-

neficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs. 179 e 180, de 1983, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Serviço Público Civil**.

5

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1981 (n.º 1.595/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 904, de 1983, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, favorável, com Emendas que apresenta de n.ºs. 1 a 4-CCJ.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1983 (n.º 5.615, na Casa de origem), introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, tendo

PARECER, sob nº 806, de 1983, da Comissão — de **Constituição e Justiça**, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia.)

8

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (n.º 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob n.ºs. 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

9

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1983 (n.º 5.019/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 790, de 1983, da Comissão

— de **Constituição e Justiça** (audiência solicitada pela Comissão de Legislação Social), pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GUILHERME PALMEIRA NA SESSÃO DE 11-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Entre as marchas e contramarchas, conversações e desconversações, negociações e desnegociações, tricas, fúricas e intrigas, disses e não-disses e, finalmente, entre posicionamento sérios, conscientes e conseqüentes de uma sucessão presidencial, continua o Nordeste, desprezado, vilipendiado, desassistido, espoliado, morrendo de seca ou morrendo de água demais.

Este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o grande, primordial, vital e permanente problema de um Brasil dividido, onde continua inaplicado o princípio constitucional: o Brasil é uma **República Federativa**.

Federativa, quando e como, possivelmente na letra morta de uma Constituição que está apenas esperando o seu atestado, para ver se consegue renascer das cinzas.

A grande verdade é que não podemos aceitar esta quase fatalidade de um Nordeste inviável, filho espúrio, menor abandonado, sem mais esperanças de possuir uma casa e uma mesa.

Ninguém alimente a idéia malsã de que os nordestinos vão aceitar, por mais tempo ainda, esta situação sumamente injusta e discriminatória.

Estamos às vésperas de uma eleição para Presidente da República e qualquer que seja o caminho, vamos continuar influenciando e pressionando para que o Nordeste não seja mais uma vez aliado da escolha do candidato à Presidência da República.

Não adiantam compromissos de última hora, quando o Nordeste está precisando de um nome e de um homem que seja integrado na Região, sinta na própria pele os anseios, as angústias e as desesperanças do homem nordestino.

Não tenham a menor dúvida de que chegaremos lá, atingindo o nosso objetivo de ter voz e voto, em qualquer que seja o processo de eleição do próximo Presidente da República.

Venho, hoje, Senhor Presidente e Senhores Senadores, com esperanças renovadas diante do espetáculo de uma Nação que se alevantou, ordeira e pacificamente, num desejo incontido pelas eleições diretas, venho, hoje, tecer algumas considerações sobre problemas que afligem o Nordeste e, especificamente, o meu Estado de Alagoas.

Refiro-me, de início, ao problema do abastecimento de água para o semi-árido alagoano.

Neste estudo, sem maiores pretensões técnicas, mas com uma imensa preocupação política, desejo partir de algumas premissas, absolutamente necessárias para uma melhor compreensão do assunto.

É preciso que se tenha conhecimento do seguinte:

a) volume d'água produzido para consumo humano e volume necessário para o atendimento desejado no final desta década;

b) volume d'água para consumo animal e o volume necessário para manutenção dos rebanhos;

c) volume d'água precipitado e/ou estocado na Região e volume d'água necessário para existência de uma economia agrícola razoável.

Quero sugerir, inicialmente, uma ação político-administrativa que será desenvolvida nos próximos 7 (sete) anos, visando alocar os recursos necessários à montagem de um programa capaz de permitir que seja alcançado o próximo ciclo de secas em condições mais dignas que as existentes.

O maior problema da região nordestina — e todo mundo sabe disso — tem sido conviver com a seca.

Seria utópico pensar em eliminar a seca, porém não é utópico pensar em gerar condições que compatibilizem uma vida digna e suportável, mesmo com a ocorrência do fenômeno.

As ações governamentais, por mais bem intencionadas que tenham sido, se voltam, quase sempre, para conter efeitos de situações emergenciais.

O de que precisamos é exatamente de soluções definitivas, que são possíveis, desde quando se façam as coisas com a seriedade desejada e a inteligência requerida.

Para começo de discussão, quero afirmar-lhes que a minha posição, reiteradamente expressa em todas as oportunidades, é esta: a solução para o Nordeste é eminentemente política, depende de uma determinada e constante vontade política.

Não acredito, nem aceito a tese esdrúxula e descaída de que o Nordeste é inviável, por ser uma região problema.

Vale a pena, a esta altura, citar a lucidez do nobre Senador Marco Maciel em pronunciamento brilhante nesta Casa:

“Não sou daqueles que pensam e entendem ser o Nordeste uma região problema. Antes se trata de uma região de desafio, desde que se lhe dê os instrumentos, os meios, o Nordeste, e de modo especial o semi-árido poderá converter-se numa região a gerar não somente produtos agrícolas, não somente produtos primários alimentares, mas fibras oleaginosas, e tantos outros produtos que poderão concorrer para a riqueza nacional e até para elevar o nosso superávit na balança comercial.”

É indiscutível que as estiagens são fenômenos cíclicos e as estatísticas permitem visualizar o fato, existindo recursos meteorológicos que possibilitam antever os eventos.

A verdade, entretanto, é que essa possibilidade não tem sido utilizada, ensejando que os fatos levem o Governo às atitudes, quando o racional e lógico é que as atitudes busquem antecipar-se aos fatos.

Esse comportamento, tantas vezes repetido, conduzem a gastos enormes, socialmente justificáveis, mas tecnicamente falhos e de eficiência baixíssima.

Urge, por conseqüência, uma mudança de procedimentos, uma ação antecipada, programada, que seria mais rentável, menos onerosa aos cofres públicos, com o benefício de poder conter os impactos das calamidades.

É curial o argumento de que para fazer face às secas o elemento fundamental é a manutenção de uma oferta de água capaz de suprir os cíclicos e previsíveis períodos de carência.

A água, em qualquer de seus usos, agrícola, humano e animal, deve ter um patamar mínimo de oferta, suficiente para absorver seu escasseamento ou sua ausência.

No estabelecimento dos meios supletivos, devem ser buscados os meios mais racionais, menos onerosos, mais seguros e mais eficazes.

Especificamente para Alagoas, o mais racional é tomar as seguintes medidas:

a) aumentar a capacidade dos sistemas coletivos de distribuição de água;

b) criar novos sistemas coletivos;

c) gerar alternativas operacionais para esses sistemas implantando dispositivos de:

— interligação intersistêmicas;

— multiplicação de captações;

— aumento de área de influência ou cobertura.

d) implantar os novos sistemas, dentro desses critérios;

e) propiciar os meios para bloqueio de água, antes que essa água seja drenada pela rede natural de drenagem e seja conduzida pelos cursos d'água para o oceano.

Neste contexto, insere-se a necessidade da açudagem que supre as carências, podendo ser utilizada esta água para manter os cursos d'água, quando estes tendem a se-

car. É o grande problema da perenização dos rios, que deve ser atacado com profundo conhecimento do caso e das regiões onde ele pode ser implantado com segurança.

Preocupam-me, sobretudo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as soluções emergenciais, máxime quando elas são concretizadas empiricamente ou emocionalmente.

Estas medidas que ora exponho e defendo são, muito mais cômodas ao poder público, são mais humanas, socialmente mais justas, financeiramente mais controláveis, economicamente mais eficazes.

Resumindo e repetindo, defendo, sobretudo para o Estado de Alagoas, o seguinte:

- ampliar os sistemas coletivos;
- readaptá-los a um uso mais amplo;
- implantar novos sistemas coletivos;
- acelerar a programação de açudagem;
- perenizar rios;
- não relegar ao esquecimento a utilização do subsolo como fonte de suprimento de água;
- conscientização de que o nosso rio São Francisco continua a ser o grande manancial, perfeitamente utilizável e capaz de suprir nossas deficiências.

Todos sabemos que a seca assola ciclicamente o Nordeste. Estamos saindo do clímax de um desses ciclos.

Tudo indica que o problema será atenuado nos próximos anos. Hoje, já possuímos estudos, deixando antever que no início da próxima década, voltaremos a nos defrontar com o problema que hoje nos aflige.

Imenso foi o esforço que o Governo fez, nesta recente e dolorosa estiagem, com as discutidas frentes de trabalho, paliativo simples de uma situação que não pode continuar.

Os resultados das frentes de trabalho são de baixo rendimento, evitando por um espaço de tempo o triste êxodo rural, que perturba tremendamente as áreas não atingidas pela seca.

Nesta linha de raciocínio é que no meu governo à frente do Estado de Alagoas me voltei decididamente e prioritariamente para o alto sertão alagoano, aliás, dando continuidade a um programa iniciado pelo atual Senador Luiz Cavalcante, também ex-Governador de Alagoas, que foi o primeiro Governador a se preocupar com a captação das águas do rio São Francisco, levando-as, através da adutora da bacia leiteira, a várias cidades e municípios do Estado de Alagoas, do semi-árido das Alagoas, proporcionando, inclusive, o desenvolvimento da maior bacia leiteira do Nordeste brasileiro.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Ouço, com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — O primeiro Governador, sim. Mas, o primeiro político alagoano, não, por que este, o primeiro a se preocupar com a captação das águas do rio São Francisco, foi aquele chamado Rui Palmeira. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado.

Inauguramos a primeira etapa da adutora do sertão que beneficiou, de início, uma população de 50 mil habitantes com o fornecimento de 175 litros de água por segundo, captada no rio São Francisco e isto em apenas seis horas de bombeamento.

Foram servidas de água as localidades de Olho D'Água do Casado, Água Branca, Delmiro Gouveia, Piauí, Várzea do Pico, Pariconha, Caraibeiras e Sinimbu.

Já foi inaugurada a segunda etapa da mesma adutora, beneficiando as cidades de Mata Grande, Canapi e Inhapi. São 141 km de adutora somente no sertão alagoano, sem me referir à adutora da bacia leiteira, da Arapiraca e inúmeros outros sistemas.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — O tema de V. Ex^a é água. Por isso, lembrei-me de que no *Correio Braziliense* de ontem, o jornalista Expedito Quintas chama a atenção para o fato de que no *Diário Oficial* de 18 de abril último, por proposta do Ministro Delfim Netto e do Ministro Ernane Galvão, foram feitos vários cortes nos recursos alocados a bacias hídricas nordestinas. Tais cortes, segundo Expedito Quintas, foram os seguintes: "... às bacias do Parnaíba (Cr\$ 480 milhões), Acaraú (628,8 milhões), Curu (Cr\$ 1,256 bilhão), Jaguaribe (Cr\$ 2,053 bilhões), Agu (Cr\$ 2,071 bilhões), para citar apenas alguns, entre outros quinze títulos especificados na atual lei de meios votada pelo Congresso Nacional, no Anexo Encargos Gerais." A propósito, vale a pena recordar palavras do Presidente da República, ditas quando Sua Excelência voltou do Nordeste, em maio do ano passado. Estou com o recorte aqui, no meu Livro Preto. O Presidente disse, literalmente: "Em outras viagens, diante de problemas nordestinos específicos, eu mandei criar programas, concentrei recursos de vários ministérios, autorizei ações de emergência, tudo isso para o Nordeste. Mas na semana passada, eu voltei do Nordeste com a impressão, mais que isso, com a convicção profunda de que tudo isso ainda não basta. E isso é doloroso para", em diante, ainda, o Senhor Presidente: "E quero dizer que vou agir com rapidez. Não é do meu feito protelar coisas." Vamos que, infelizmente, o Ministro Delfim Netto agiu com mais rapidez que o Senhor Presidente da República. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado, Senador Luiz Cavalcante. Realmente é um depoimento da maior importância para o meu discurso.

Com a mesma preocupação é que o Governador Divaldo Suruagy instituiu em fevereiro deste ano o programa de desenvolvimento do semi-árido em Alagoas, programa Participação, que está em plena atividade, não obstante a escassez de recursos.

Sabemos que o semi-árido compreende mais de 55% do território nordestino.

Apenas com referência ao semi-árido alagoano, projeções estatísticas demonstram que em 1990 estaremos com 1.305.520 (hum milhão, trezentos e cinco mil e quinhentos e vinte) almas.

Para que se possa assegurar o uso da água, até o fim da presente década, para a vida vegetal e a vida animal, temos que perseguir as seguintes soluções:

- aproveitar os mananciais existentes;
- acumular volumes d'água em açudes de portes variáveis;
- preservar a qualidade da água armazenada;
- perenizar cursos de água e, principalmente,
- racionalizar o uso dos recursos hídricos.

Em Alagoas, utiliza-se principalmente o rio São Francisco, como manancial, para implantação dos sistemas coletivos de abastecimento, sendo que o custo desta água, pelo fato de percorrer centenas de quilômetros, se torna incompatível com a irrigação, pois dificilmente encontraríamos culturas capazes de absorver tais custos.

Vejam Vossas Excelências que planos não nos faltam e muito menos idéias para que cheguemos a soluções sérias e duradouras para o nosso Nordeste.

No meu Estado, dispomos de uma cobertura de água para uso humano constituída por Sistemas Coletivos que, hoje, asseguram o abastecimento de menos de 27% da população humana daquela área.

Perseguindo soluções para até o final da década, é que estou a sugerir um elenco de medidas capazes e eficientes para o problema de Alagoas.

Só para uso, até 1990 teremos que quintuplicar a oferta de água existente.

Para atender aos rebanhos, o esforço será ainda maior, pois a manutenção da vida animal, é óbvio, é imprescindível para assegurar ao próprio homem a sua subsistência e permitir o desenvolvimento de uma atividade econômica.

Os contingentes da vida animal, para o semi-árido alagoano, está estimado para 1990 em torno de dois milhões de cabeças.

A oferta final, tão-somente para uso animal, está programada, em 1990, para 3.515 m³ por segundo, quando a atual se encontra em torno de 562 m³ por segundo, o que representa quase 7 vezes a mais.

Posto o problema, tentarei demonstrar o aporte de recursos necessários para chegarmos a 1990.

O imobilizado total, em valores atuais, da Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas, em nosso semi-árido, se encontra em torno de 12 bilhões de cruzeiros.

Ao longo dos próximos 7 (sete) anos, 84 a 90, estaria o semi-árido alagoano a precisar de 72 bilhões de cruzeiros, a preços de hoje.

As séries históricas de nossa pluviometria nos demonstram, num período de observação de 1952 a 1979, os seguintes valores anuais:

média	766 milímetros
máxima	1.180 milímetros
mínima	288 milímetros

É sabido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que para se ter uma agricultura razoável é preciso garantir água equivalente à diferença entre a média e a mínima, isto é, 500 milímetros.

Que significam, pois, 72 bilhões de cruzeiros com as possíveis correções, desembolsados em 7 (sete) anos? Quase nada, se pensarmos em Itaipu ou em outros grandes projetos brasileiros, dos quais nem um se encontra no Nordeste.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Guilherme Palmeira, intervenho no seu pronunciamento, no momento em que fala em Itaipu, para antecipar-me na citação de dados oficiais, que o farei dentro em pouco, quando deverei pronunciar um discurso sobre a minha Região, a Amazônia. V. Ex^a fala de recursos escassos, considerando-se o volume exigido pelo Nordeste. E observe os recursos, os dólares que foram desviados do Nordeste para a construção de Itaipu. Obteve esses dados no Relatório Anual de Itaipu relativos aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983. *Diário Oficial* em minha mesa, em minha tribuna, à disposição de V. Ex^a em 1980, o Banco do Nordeste aplicou em Itaipu 503 milhões e 600 mil dólares. Em 1981, 406 milhões e 500 mil dólares. Em 1982, 372 milhões e 200 mil dólares. Em 1983, 360 milhões e 400 mil dólares. Total das aplicações do Banco Nordeste em Itaipu, nos anos de 80, 81, 82 e 1983: (US\$ 1.642.700.000.00) — um bilhão, seiscentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil dólares, nobre Senador! E não se diga que foram operações ao amparo da Resolução nº 63 do Banco Central; não foram, nobre Senador, o *Diário Oficial* é claro, são operações de créditos no Brasil para financiamento de bens e serviços. Não se alegue ainda que foram operações ao amparo da Lei nº 4.131; não foram, nobre Senador; eram recursos do Nordeste que foram canalizados, desviados criminosamente, não sei por quem, só sei que está registrado no *Diário Oficial* esse desvio criminoso, no valor de um bilhão,

seiscentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil dólares. Ficam os dados para que se contemham no discurso de V. Ex^a

O Sr. Virgílio Távora — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador. Concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Ia apartear V. Ex^a no fim do seu primoroso discurso, mas ante as afirmativas do eminente colega, vamos dizer que labora num equívoco que não tem tamanho. Esses recursos foram obtidos por Itaipu, recursos externos que haviam de ser repassados internamente por um banco ou associação de bancos. Desejaria S. Ex^a que quem tivesse pago essas taxas fossem justamente bancos paulistas... O fato do Banco do Nordeste figurar nessa operação é como um interveniente e à época, lamentavelmente, S. Ex^a não estava aqui quando foram feitas as primeiras operações, e isso foi objeto de discussão longa, neste plenário, e mostrado justamente que o BNH foi um Banco, ao contrário, beneficiado pela operação. Esses recursos não eram do Banco do Nordeste nem ele possuía cacife para fazer empréstimos dessa altura. Era isso que queria dizer a V. Ex^a

O SR. GUILHERME PALMEIRA — O fato, Senador Virgílio Távora...

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a me concederia um outro aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Concederei o aparte ao nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — O equívoco, evidentemente, não tem monopólio. Ele pode acontecer no Nordeste e acontecer na Amazônia. Mas o equívoco não é do Senador pelo Amazonas, nobre Senador Guilherme Palmeira. Aqui estão as operações ao amparo da Resolução nº 63, como sabe V. Ex^a, Resolução do Banco Central que diz:

I — Facultar aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no País, quer para financiamento de capital fixo, quer de capital de movimento. Muito bem! o *Diário Oficial* que publica o relatório de Itaipu relativo a 1983, discrimina os empréstimos obtidos por meio da Resolução nº 63, do Banco Central do Brasil. E dentre os bancos beneficiados com esses recursos externos, a que alude o eminente Senador Virgílio Távora, estão o Citibank, de São Paulo, o Comind, o Banco de Montreal, o Banco Mercantil de São Paulo, o Banco Lar Brasileiro, o Banco Bamerindus, etc. Uma longa relação! Não se encontra aí o Banco do Nordeste do Brasil. O Banco do Nordeste está no verbete com a seguinte designação: "Operações de Créditos no Brasil: Banco do Nordeste". E, a seguir, por mera coincidência, vem o Banco da Amazônia, que será objeto do meu pronunciamento. Não há equívoco da minha parte. Não quero dizer que haja equívoco do nobre Senador pelo Ceará, mas da minha parte não há equívoco. Os fatos estão aqui claros e não vejo como poder nem sequer obnubilá-los.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — O objetivo maior nosso é defender a nossa região.

Concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, não vamos atrapalhar o discurso de V. Ex^a, mas prometemos

trazer esses dados não sabíamos que ia ser discutido esse assunto aqui. Já foi há tempos atrás exaustivamente examinado, neste plenário, a intervenção do Banco do Nordeste com recursos que não eram seus para o financiamento de Itaipu, ganhando o Banco do Nordeste a comissão de interveniente de dólares internados. Trataremos, repetimos, esses dados — já que foram colhidos pela afirmativa do nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Não. Ex^a Foi afirmativa do *Diário Oficial* da União.

O Sr. Virgílio Távora — De V. Ex^a, por enquanto.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Ficamos gratos aos apartes dos nobres Senadores Virgílio Távora e Fábio Lucena, principalmente do nosso Líder Virgílio Távora, quando S. Ex^a esclarece que, na verdade, não perdemos; pelo contrário, ganhamos. Isto já é um alento para a nossa sofrida Região.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Se na opinião de V. Ex^a, nobre Senador Guilherme Palmeira, o Banco do Nordeste ao canalizar 1 bilhão e 642 milhões de dólares, que não são recursos obtidos no exterior, mas recursos próprios — porque o *Diário Oficial* os discrimina por verbetes — ganhou recursos, V. Ex^a, então, desculpem-me por ter-me intrometido...

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Na verdade, nobre Senador, não é participação minha.

O Sr. Fábio Lucena —... no pronunciamento de V. Ex^a porque, no meu entender, o Nordeste foi, mais uma vez, espoliado.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — O esclarecimento do nobre Senador Virgílio Távora foi no sentido de que esses recursos foram captados no exterior por Itaipu, repassados pelo Banco do Nordeste.

O Sr. Fábio Lucena — Mas o *Diário Oficial* diz o contrário.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Evidentemente, se houve essa utilização de recursos próprios do Banco do Nordeste — o que não é fácil, porque esses recursos não dão nem para a Região.

O Sr. Virgílio Távora — Simplesmente não possui...

O SR. GUILHERME PALMEIRA — ... temos que lamentar.

O Sr. Fábio Lucena — Lamento muito porque, de fato, é uma espoliação do Nordeste, nobre Senador, como V. Ex^a vai observar com o texto completo do *Diário Oficial* que terei o prazer de passar às mãos de V. Ex^a tão logo termine o seu pronunciamento.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Agradeço a V. Ex^a nobre Senador. Vejam V. Ex^as como o semi-árido é viável, inclusive economicamente.

O que falta — e volto a insistir — é uma vontade nacional, uma determinação política, uma atenção especial aos problemas, sem o açodamento de soluções improvisadas, emergenciais e paliativas.

Volto a citar, e com muito prazer, o nobre Senador do Nordeste, Marco Maciel:

"... não obstante a extensão dos seus problemas a região possui — e demonstram-no estudos e pesqui-

sas que vêm sendo efetuados pela SUDENE, Banco do Nordeste, DNOCS, CHESF, RADAM-BRASIL, EMBRAPA, Universidades, Órgãos vinculados aos governos estaduais da área e outras entidades especializadas — incontestáveis capacidade de produção e viabilidade econômica; adotada, com decisão, uma política adequada, o semi-árido transformar-se-á em região de crescente produtividade, proporcionando bem-estar social à sua população e evitando ocorrência de grandes fluxos migratórios, inclusive para as já inchadas metrópoles regionais."

Vamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, assumir cada vez e com consciência plena o papel que nos cabe em defesa de um Nordeste integrado à comunidade brasileira.

O Sr. Almir Pinto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Almir Pinto — Infelizmente não cheguei a tempo para ouvir o início do discurso de V. Ex^a, pois tive um problema, como sabia que V. Ex^a ia falar hoje sobre o Nordeste — e quando um colega nordestino fala sobre a nossa Região gosto sempre de estar presente — queria apartear-lo mas peguei exatamente esta última frase: medidas paliativas. Nós estamos para tirar mais uma prova dos nove. Passamos cinco anos enfrentando uma terrível estiagem; graças a Deus este ano as coisas já se desanuviam bastante. Durante aqueles cinco anos tivemos justamente as improvisações, a emergência, nenhuma obra de porte, digamos assim, que ficasse para o Nordeste, a não ser, como já tinha dito da tribuna desta Casa, a Barragem de Brumado, no Estado da Bahia, a Barragem de Ribeiro Gonçalves, no Estado do nosso prezado colega Martins Filho, no Açu, e pequenos e médios açudes. Vamos ver qual o plano a programação da SUDENE para o Nordeste, que já tem uma previsão de mais 6 anos de estiagem a partir de 1982. Vamos ver o que é que vai ser feito pelo Nordeste, para evitar que a sua sofridora gente passe por mais uma permanente angústia como essa dos 5 anos que já passou. Por conseguinte, meu caríssimo Senador, parabênize V. Ex^a, porque acho muito oportuno este seu pronunciamento. É uma advertência para que o Nordeste não tenha só medidas paliativas, mas sim medidas concretas e permanentes. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito grato, nobre Senador Almir Pinto, foi muito importante o pronunciamento de V. Ex^a

Agora está chovendo regularmente em quase todo o Nordeste brasileiro e nos deparamos, em função das medidas paliativas que têm sido sempre tomadas, com problemas de outra gravidade, talvez até maior: chove, a terra está pronta para ser plantada, e o que falta? Crédito e sementes.

Sr. Almir Pinto — E o crédito vem quando ninguém mais precisa dele, apenas no mês de abril.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Exatamente, as coisas estão totalmente dessincronizadas, como deveríamos estar também preparados para distribuir, vender ou financiar semente para o agricultor nordestino. Há um clamor geral, e já não se acredita em coisa nenhuma. Daí o nosso alerta e esse chamamento para cada vez mais todos nós do Nordeste, nós brasileiros, estejamos voltados para esses problemas, para as necessidades de uma Região que pode ser, futuramente, incontrolável com problemas sociais terríveis que se enfrenta.

Portanto, este é o meu apelo, e o meu agradecimento aos Srs. Senadores pela atenção. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 16-5-84 É QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente, tentarei fazer, ainda que ligeiramente, uma análise técnica da emenda do Presidente Figueiredo para, em seguida, tecer considerações sobre a sucessão presidencial.

Renomado jurista pátrio que emprestou decisiva colaboração no processo elaborativo da Proposta de Emenda Constitucional recentemente submetida pelo Chefe do Poder Executivo ao Congresso da Nação afirmou, em artigo publicado na imprensa paulista, que a iniciativa governamental inspira-se numa "linha compositiva", que seria uma "...constante no Direito Constitucional..." brasileiro. (*Folha de S. Paulo* — pág. 4 — 4-5-84 — artigo do Professor Miguel Reale.)

A assertiva está a merecer alguns comentários não só pela sua origem, pois de certo interpreta o pensamento reinante no meio palaciano, mas igualmente por encerrar um sentido equívoco e que pode induzir a opinião pública em erro quanto às verdadeiras intenções dos detentores do poder.

A expressão "linha compositiva" não deve ser tida como uma vontade de conciliar os reclamos da população brasileira que inequivoca e reiteradamente vem reivindicando o direito de escolher o próximo presidente pelo sufrágio universal, direto e secreto e os particulares interesses de uma minoria.

Isto, de resto, já seria por si um rematado absurdo pois aos responsáveis pela condução dos negócios públicos cabe, antes de tudo, atender aos anseios do povo e não procurar fórmulas "compositivas" entre as suas pretensões e o desejo da vasta maioria.

O verdadeiro sentido das palavras retromencionadas nos é fornecido pelo próprio autor que, afastando a hipótese de um "confronto político inútil e nocivo" — é assim que qualifica o sufrágio direto e secreto da universalidade dos cidadãos, — encontra "múltiplas vias... a uma negociação de âmbito nacional, a começar pela utilização do próprio Colégio Eleitoral" para concluir pela formulação de uma pergunta que revela às escâncaras o desejo sub-reptício:

"Por qual razão excluir a convergência do governo e da oposição no sentido da escolha de um nome capaz de representar a média das aspirações nacionais?"

Ao mais desavisado dos indivíduos pareceria meridianamente claro que a fórmula mais simples de aferir a "aspiração nacional" prevalente seria pela via do voto popular. Para os porta-vozes do pensamento oficial, entretanto, é mais convincente chegar a tal resultado através de casuísmos, fórmulas de gabinete, medidas de emergência e todo o elenco de instrumentos e ações políticas que, em última análise, não fazem senão agredir à opinião pública nacional.

Existe não obstante um significado mais profundo que cumpre aclarar. A ínfima minoria hoje detentora do poder, conquanto insignificante em termos quantitativos, encontra-se dividida em diversas facções. Cada segmento deseja para si uma parte maior das benesses, favores e regalias que um Estado caótico e irresponsavelmente administrado distribui. A luta interna é feroz, pois cada qual defende com radicalismo e intransigência as respec-

tivas posições. Este ânimo belicista pode, entretanto, levar a um mal maior, qual seja, o do impasse entre os grupos, o que inevitavelmente obrigaria tais elites a devolver ao povo o pleno exercício da soberania. Esta última alternativa causa pânico, pavor, insegurança e medo pois representa o princípio do fim dos privilégios oligárquicos. Em semelhante contexto outro caminho não resta que não o da "linha compositiva" entre os diversos segmentos que ora partilham o poder.

A fórmula encontrada para atingir ao desiderato acima exposto foi a de, por um lado, agredir violenta e irracionalmente a tese das "diretas, já", taxando-a de radical e inoportuna, sem que qualquer motivo plausível fosse deduzido, e, por outro lado, apresentar como alternativa uma suposta "emenda abrangente" cujo teor definitivo seria objeto de negociação no âmbito congressional. Veremos, a seguir, que, sobre não ser abrangente, a iniciativa governamental nada muda a essência. Quanto à propalada "negociação", tem ela por objetivo real lançar uma cortina de fumaça sobre os acordos espúrios, que esperamos não se concretizem, visando a eleger um Chefe do Executivo "confiável", capaz de manter por mais quatro, ou oito anos, a estrutura mandato vigente.

Uma das maiores autoridades em matéria constitucional no país, o ilustre Professor Celso Ribeiro Bastos, assim se pronuncia a respeito:

"Se a matéria trazida à baila como visto é vasta, nem por isso vá-se concluir que se está a propor uma radical alteração no modelo político-institucional vigente. É que a superficialidade da maioria dos temas focalizados é chocante. Há alterações que visam até mesmo a um mero jogo de palavras sem que com isso se consiga extrair qualquer consequência no campo das modificações da realidade jurídica. Outras vezes, cuida-se de pequenas alterações que inobstante afetarem interesses de segmentos expressivos da sociedade poderiam ser perfeitamente tratadas a nível de lei ordinária visto que, nesse campo nenhum reclamo existe com relação ao tratamento dado pela Constituição. É o que se dá, exemplificativamente com o caso dos índios e do instituto da família. Ambos, a nosso ver, satisfatoriamente tratados no Texto Constitucional e que não mereciam de forma alguma, no momento, ser trazidos à berlinda do debate constitucional.

Daí ser forçoso concluir que o propósito recôndito da Emenda é o de estabelecer uma grande confusão que impedirá a apreciação serena dos seus diversos dispositivos. Nem se diga que o que se quis foi oferecer matéria para negociação. Não nos parece que dentre os diversos itens constantes da emenda qualquer deles possa cumprir o papel de elemento de negociação relativamente ao tópico principal do Projeto que versa sobre a fixação das eleições diretas para 1988 e disciplina a modalidade das mesmas em dois turnos de votação, no caso de nenhum dos candidatos obter maioria absoluta. É curial que esta matéria sobreleve a tal ponto as demais que mereceria um tratamento à parte abrindo-se, destarte, mão da pretensão de ser a propositura governamental mais abrangente. Não se vê como possa a Nação, assim como os próprios Parlamentares, debruçarem-se simultaneamente sobre um assunto que galvaniza, de forma jamais vista na nossa História, a opinião pública e sobre pontos eminentemente técnico-jurídicos como o de avaliar, por exemplo, a conveniência de tornar irrecorrível as decisões proferidas pelo Contencioso Administrativo fiscal. Temos para nós que para obviar esse inconveniente uma primeira concessão devia ser obtida do presidente da República; a de apartar a matéria sucessória das demais criando para essas um novo proje-

to de emenda a ser examinado depois das eleições diretas.

Trata-se de equívoco a ser desde logo afastado o de pensar-se que nas medidas propostas exista algo compensador do diferimento das diretas para 1988 ou 1986." (*O Estado de S. Paulo* pág. 56 — 6-5-84.)

Feitas estas considerações preliminares passemos à análise da "revisão constitucional de fundo", que, na terminologia da Presidência, ora é submetida à apreciação congressional.

O artigo vestibular pretende, como num passe de mágica, restabelecer o Estado de Direito suprimindo o preâmbulo da Emenda nº 1, de 1969, de autoria da Junta Militar, e determinando a consolidação do texto original com as modificações ulteriormente introduzidas. Na verdade, há aí um duplo reconhecimento. Em primeiro lugar que não dispomos de um autêntico Código Fundamental mas apenas de um amálgama de preceitos legais com força hierárquica superior. Em segundo lugar, que é necessário escamotear a verdade histórica, falsear o passado, elidir a boa fé dos cultores do direito e da justiça, a fim de apresentar a realidade jurídica atual como sendo fruto de uma autêntica opção da cidadania. Chega a ser ultrajante fazer tão pouco da inteligência alheia.

O dispositivo que introduz a necessidade de prévia consulta plebiscitária para a incorporação, subdivisão ou desmembramento de unidades federadas, sob a aparência de inovação democrática, cria mecanismo que pode comprometer o próprio espírito da União soberana de Estados autônomos, definidor da forma organizacional adotada desde o advento da República. É que, por um lado, o texto viabiliza o retrocesso da condição de Estado àquela de Território e, por outro, torna dispensável a consulta às populações interessadas tanto para transformação de Território em Estado como para a subdivisão daquele em diversas entidades. Todos têm presente que motivações de índole político-partidária levaram, em passado não muito distante, à transformação de Território em Estado com o fim de ampliar determinada maioria parlamentar.

Parece-nos inacreditável que num momento onde todos reclamam o fortalecimento das unidades federadas, tanto no plano político como no econômico e financeiro, venha a ser proposta a federalização das normas pertinentes a matéria urbana e de zoneamento ecológico. São estes temas que interessam direta e imediatamente às municipalidades e aos governos estaduais. Restringe-se desta forma ainda mais o já diminuto âmbito de competência legislativa das entidades locais e regionais.

A Exposição de Motivos sustenta que com proposto item X, do artigo 8º, "... o princípio geral da unidade orçamentária deixará de ser apenas aparente, evitando-se a situação atual de dupla ordem de receitas e despesas." Tudo não passa de mero jogo de palavras pois a faculdade de dispor sobre o assunto já se encontra contemplada no atual artigo 45 da Carta. Impõe-se, isto sim, uma profunda alteração da disciplina orçamentária de sorte a submeter todos às previsões de receita e autorização de despesa à prévia aprovação parlamentar.

É proposta a extensão das imunidades e privilégios reconhecidos atualmente pelo texto da Lei Maior aos parlamentares federais aos representantes do povo nas Assembléias Legislativas. Não se vislumbra aí, entretanto, qualquer inovação pois além de tal situação já decorrer da própria sistemática consagrada (art. 10, item VII, letra c), muitas Cartas Estaduais dispõem a respeito com maior propriedade.

No que tange o processo eleitoral relativo ao provimento dos governos estaduais, determina-se *mutatis mutandis*, a aplicação das novas regras previstas para a eleição presidencial, que serão analisadas no momento oportuno.

Uma das escassas medidas positivas, realmente inovadoras, é a que prevê, para o futuro, a elegibilidade dos prefeitos das capitais e dos municípios considerados estâncias hidrominerais. Inexplicavelmente a medida não atinge os municípios declarados de segurança nacional. A coincidência do pleito para a Chefia da Municipalidade das Capitais com a de Governador de Estado e Vereador implicará na redução, em dois anos, do mandato dos atuais edis das Capitais, por derrogação do previsto no atual artigo 215 da Carta Magna.

A faculdade de os Municípios instituírem "taxa de abertura e conservação de estradas e caminhos vicinais" seria ociosa, pois já autorizada pelo teor do artigo 18, item I, não fosse o odioso afastamento, para tais fins, do preceituado no art. 18, parágrafo 2º. O que se está a permitir, em verdade, é uma autêntica bitributação pois a base de cálculo do novo tributo poderá ser idêntica à utilizada para incidência de imposto (p. exp. poder-se-á tomar o valor venal dos imóveis que já serve de base de cálculo do IPTU, onerando desta forma duplamente o mesmo contribuinte por um único fato gerador).

A instituição de uma Comissão Representativa do Poder Legislativo, composta paritariamente de Deputados e de Senadores, poderia constituir um avanço democrático caso não tivesse a sua competência confinada aos estritos limites do artigo 45 da Carta. Para tal finalidade, é absolutamente despreciosa a norma pois nada impede que, mantido o atual estado de coisas, seja criada por decisão congressual.

Dentre o elenco de funções executivas que podem ser assumidas por parlamentar sem perda do mandato eletivo verificamos tratarem-se, exclusivamente, de cargos dotados de comando político-administrativo. Vem agora a ser acrescido ao rol a Chefia de Missão Diplomática. O bom senso poderia não reconsiderar. O representante do povo é eleito para cuidar dos interesses da Nação em território pátrio, ainda que se trate de matéria versando sobre política externa. Dispomos de um serviço diplomático, estruturado em carreira, que muito melhor atende ao profissionalismo que se há de exigir de tal mister, mas a verdade é que há embaixadores não de carreira.

Quanto à sujeição do nome do Procurador-Geral da República ao Senado para prévia aprovação, constitui mera formalidade sem maior alcance prático. A experiência demonstra que os cargos sujeitos a tal pré-requisito têm sido providos ao sabor das conveniências executivas. O Ministério Público como um todo está a merecer profunda reformulação. Como órgão encarregado de velar pela defesa dos interesses da sociedade e correta aplicação da lei deveria estar imune a injunções políticas. A necessária independência da instituição há de ser garantida, entretanto, sem prejuízo do efetivo controle da sociedade sobre o seu funcionamento de sorte a evitar que se torne uma corporação autônoma incrustada no seio da administração pública.

Ainda com relação à Procuradoria Geral cumpre destacar que a obrigatoriedade de submeter a "representação por inconstitucionalidade" ao plenário do Supremo Tribunal Federal somente quando for oriunda de "Chefe de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados ou pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em consequência de deliberação tomada por maioria de dois terços de seus membros" constitui monumental retrocesso. Recorde-se, neste passo, que até o incidente que levou o Ministro Adauto Lúcio Cardoso a renunciar ao cargo era corrente o entendimento que falecia ao Chefe do Parquet negar seguimento a recurso de tal natureza. Podia, quando muito, encaminhá-lo com parecer contrário, nunca trancar seu curso. Foi uma insólita decisão da Alta Corte que, por insondáveis razões de conveniência, resolveu, a título de interpretar, reescrever o texto autolimitando a sua competência. Cremos que o assunto poderia ser convenientemente disciplinado

a nível de lei ordinária, encontrando-se, de resto, em tramitação projeto de nossa autoria a respeito.

A nova redação proposta para o item IX, do art. 42, restringe, inexplicavelmente, a competência do Senado Federal em matéria legislativa de seu exclusivo interesse interno. Ao invés de ser-lhe privativo "propor projetos de lei que criam ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos" passa apenas a poder "elaborar" proposições de tal natureza. Resta a indagação: a quem caberá "propor" o projeto "elaborado"?

Um dos meios de que dispõe o Parlamento para fiscalizar a condução da política externa do País é através do exame dos pedidos de autorização do Presidente da República para ausentar-se do território nacional. A visita de um Chefe de Estado a nação estrangeira reveste-se do mais alto significado político pois, de regra, culmina uma série de negociações diplomáticas tendentes a criar novos vínculos. É por esta razão que as cartas políticas dos povos civilizados geralmente exigem a prévia aquiescência dos representantes do povo. Tornar tal requisito imprescindível apenas quando a viagem durar mais de quinze dias é fazer do preceito letra morta pois é notório que as ausências raramente excedem o período de uma semana.

O famigerado instituto da aprovação de matéria legislativa por decurso de prazo permanece intocado. Dá-se apenas uma ligeira dilação dos prazos que de 45 ou 40 dias, conforme o caso, passam para 90 ou 60 dias. Trata-se de inovação que nada altera em substância. Impõe-se, isto sim, considerar rejeitado o projeto que não mereça aprovação no curso de determinado período pois a inércia do Congresso só pode ser entendida como sinal de desaprovção ou desinteresse, nunca de aquiescência.

A matéria normatizável por decreto-lei sofre aparente restrição. Exclui-se do respectivo âmbito as "normas tributárias", fato que é apresentado com grande alarde pois estar-se-ia determinando com isto que "... toda a matéria de natureza tributária volta a ser objeto de prévia e exclusiva apreciação legislativa, vedada a exigibilidade de qualquer tributo no mesmo exercício, salvo os excepcionalmente previstos na Carta Maior..."

A prática consagrada infelizmente está a infirmar a assertiva. Ao longo dos anos temos verificado que o Chefe do Executivo lança mão do instituto do decreto-lei para dispor sobre todo e qualquer assunto, enquadrando-o, arbitrariamente, seja no âmbito das finanças públicas, seja, no da mal definida segurança nacional. Temos ainda bem presente o lamentável episódio da série de editos baixados sobre matéria trabalhista (salarial) que ora foi tida como pertinente ao campo das finanças públicas ora ao da segurança nacional. Assim sendo, a nova redação não oferece nenhuma garantia quanto à cassação de tão condenáveis práticas.

A Mensagem Presidencial faz alusão a "algumas diretrizes essenciais de natureza político-social, a começar pela inserção no texto constitucional da salvaguarda dos valores da pessoa humana e de seus direitos fundamentais, princípio este que constitui o pressuposto ético básico da tradicional proclamação da igualdade de todos perante a lei". Especificamente, trata-se da nova redação proposta para os parágrafos 1º e 9º do artigo 153. Quanto ao primeiro, acreditamos constituir rematada redundância declarar que:

"São intangíveis os valores da pessoa humana e seus direitos fundamentais, devendo o Estado respeitar e proteger a intimidade do indivíduo e de sua família, seu nome e sua imagem."

Porquanto tal princípio já se encontra perfeitamente resguardado não só pela redação do **caput** do artigo como pelo que reza o respectivo parágrafo 36. Alguém ousaria sustentar, à luz do texto vigente, que tais valores

não se encontram juridicamente tutelados? A maior ameaça aos chamados "direitos fundamentais do homem" e às "liberdades públicas essenciais" partem das chamadas "medidas de defesa do Estado", autêntica espada de Dâmocles a infernizar a vida de todos que desejam participar de forma ativa e eficaz da vida da nação. A presença onipotente e irresponsável do poder incontinente continuará a se fazer sentir a despeito da nova redação que, para tanto, se revela absolutamente inócua.

No que toca ao segundo (§ 9º do art. 153) trata-se apenas de substituir o vocábulo "comunicações telegráficas e telefônicas" por "comunicações em geral" o que pouco altera quanto à essência.

A título de promover o "desafogo dos serviços da justiça" são apresentadas duas medidas julgadas "aconselháveis": a instituição de um Contencioso Administrativo dotada de jurisdição especial e o fortalecimento do juízo arbitral. As idéias em si não são desprovidas de valor. O que no nosso entender é condenável é o fato de atribuir-se tanto a um como ao outro poderes para julgar com força de decisão definitiva.

A nova redação proposta para o artigo 153, § 4º, combinado com o disposto nos artigos 203 e 204 enseja não só a instituição da justiça privada no país como a possibilidade de o Executivo vir a ser o juiz das demandas contra si formuladas versando sobre matéria fiscal, previdenciária ou de acidente de trabalho. Entendemos que nada justifica a quebra da tradição constitucional brasileira neste particular. Deve o Judiciário preservar o monopólio de prestação jurisdicional por ser a fórmula mais adequada de preservar as garantias do cidadão contra a prepotência oficial.

Meios outros existem para sanar a crônica deficiência dos tribunais que não pela simplista redução de sua competência. Ademais, quem é capaz de assegurar que o "Contencioso Administrativo" não virá a padecer dos mesmos males que hoje afetam o Judiciário com a agravante de não gozar dos privilégios conferidos à magistratura.

A perversa inovação tem um sentido próprio até aqui não revelado. As autoridades administrativas fazendárias tem-se revelado, ao longo dos anos, a mais arrojadas ao império da legalidade. tudo é feito ao sabor das conveniências episódicas, da oportunidade momentânea, do agrado do grupo dominante. O contribuinte é sistematicamente menosprezado, diuturnamente esmagado pela voracidade do fisco, rotineiramente sujeito às mais absurdas exigências e imposições. Isto é o resultado de uma gestão comprometida, irresponsável, anárquica. Ao invés de procurar meios para sanar este anômalo estado de coisas, é o Judiciário tolhido na sua intrínseca competência, tornando assim irreparável a lesão de direito e consagrado o esbulho oficial.

As previsões concernentes à participação dos Municípios nos conselhos da regiões metropolitanas e dos Estados e Territórios nos organismos regionais poderia ser objeto de legislação ordinária. Por igual, os preceitos relativos à proteção da família, da prole, dos menores, dos silvícolas e dos deficientes, bem assim aqueles que dizem respeito à educação e a cultura ou bem já se encontram inseridos a nível legal inferior ou então melhor seriam objeto de disciplina no plano infra constitucional.

Parece que os responsáveis pela iniciativa, na ânsia de demonstrar a "abrangência" da proposta, procederam a um verdadeiro coquetel legislativo onde são inseridos ingredientes que vão desde a proteção do índio até a incidência do IPI na base de cálculo do ICM incidente sobre os cigarros. A mixórdia é de tal ordem que determinado artigo (210) chega a prever "a suspensão da vigência de preceito constitucional até a aprovação da lei nele prevista". A ordem das coisas é assim completamente invertida. É a lei ordinária que passa a condicionar a existência

da norma constitucional. Maiores comentários são dispensáveis.

Resta-nos, por derradeiro, examinar o fundamental da proposição qual seja a matéria versando sobre a eleição presidencial. Desde logo constata-se que o vigente Colégio é mantido tal qual previsto no texto da Carta Magna para os fins de indicação do próximo Chefe do Executivo. Há não obstante um retrocesso ao ser conferida à Mesa do Congresso Nacional poderes para regular a "composição e o funcionamento" do órgão, tolhendo assim competência até aqui conferida ao Plenário das duas Casas legislativas. A medida parece ter o intento de facilitar a regulação da matéria pela bancada governista aliando completamente a oposição de qualquer intervenção.

Para o "sucessor" do "sucessor" é previsto um exdúxulo sistema que devolve ao Congresso a finalidade de "aprovar" nome de candidato escolhido em prévio escrutínio universal, direto e secreto e tenha obtido mais de 40% (quarenta por cento) e menos de 50% (cinquenta por cento) dos votos. Não se sabe o que acontece quando mais de um candidato obtem, na primeira rodada eleitoral, votos que correspondam a percentual superior a quarenta. Decidirá o Congresso? Renovar-se-á o pleito?

O princípio da irrelegibilidade do Chefe do Executivo para período imediatamente subsequente sofre condenável restrição. admitir que o Presidente possa recandidatar-se sem exigir a desincompatibilização num país de frágeis estruturas democráticas como o nosso é altamente perigoso. É o caminho aberto ao caudilhismo de tão triste lembrança nestas terras americanas.

Por que o sistema optou pela "eleição direta para o futuro" permanece insondável. Ao que tudo indica existem razões que radicam em "juízo de conveniência ou de oportunidade, os quais são variáveis... no tempo e no espaço sob a influência de fatores conjunturais." (Mensagem Presidencial nº 35/1984).

Já que as razões oficiais são tão exotéricas cumpre recorrer àquelas declinadas pelos resonsáveis pela formulação jurídica da matéria em pauta. Arrola o articulista a que nos referimos no início desta análise a três ordens de motivos que estariam a condenar a tese das "diretas, já", tal como formulada Proposta de Emenda nº 5/83 (Dante de Oliveira). Em primeiro lugar porque "permitiria a eleição do primeiro magistrado da Nação por simples maioria simples". O estudioso certamente não ignora que, juntamente tramitava a Proposta de Emenda 20/83 exigindo maioria absoluta dos votos para eleição, em primeiro escrutínio, renovando-se o pleito, no prazo de trinta dias, com os dois mais votados, como nenhum houvesse alcançado o *quorum* qualificado da primeira vez. A objeção portanto não procede, pois existia outra alternativa.

A segunda razão apontada "foi o fato de representar medida isolada, sem levar em conta uma série de problemas urgentes..." Como vimos, a iniciativa governamental, embora pretensamente abrangente, não enfrenta as questões cruciais que afetam a nacionalidade, limitando-se a introduzir pequenas alterações de forma ou, quando muito, algumas de fundo que poderiam ser objeto de lei ordinária.

Por derradeiro, pareceu "... corpo estranho a uma emenda, destinada a alterar a formada eleição do Presidente da República, a supressão sumária do voto distrital."

Quanto a este argumento poder-se-ia alegar que tanto existia a possibilidade de destacar o preceito para fim de rejeição como também que a já sugerida Proposta nº 20/83 era silente a respeito, sendo pois viável a aprovação do essencial excluído o supérfluo. Ressalte-se outrossim que a proposição oficial não se encontra imune a semelhante crítica pois, como visto, foi pródiga em misturar coisas heterogêneas num único corpo legislativo.

De todo o exposto resulta evidente que o Governo teve em mira apresentar um texto que agrava substancialmente o caótico quadro jurídico em que vivemos porquanto as sugestões ou bem não se enquadram no âmbito material de uma reforma constitucional ou então resultam em manter o *statu quo* vigente com algumas modificações supérfluas e outras que agravam o estado de autoritarismo. Parece inacreditável que certos setores ditos oposicionistas se sintam estimulados a encetar uma negociação a partir de tal proposta.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Quando V. Exª se refere a esse tópico da emenda sugerida pelo Senhor Presidente da República, devemos prestar uma homenagem a um homem público dos mais brilhantes que passaram pelo Congresso Nacional, o nosso saudoso companheiro Adauto Cardoso. O seu gesto protestando contra a onipotência do Procurador-Geral, que somente ele substitua o Supremo Tribunal Federal no apreciar a inconstitucionalidade, justificou essa sugestão do Senhor Presidente da República, que, aperfeiçoada, certamente será aprovada pelo Congresso Nacional. Há tantos anos decorridos, o gesto de Adauto Cardoso encontra ressonância nos altos postos do País. Eu queria fazer esta homenagem ao nosso saudoso Adauto Lúcio Cardoso.

O SR. ITAMAR FRANCO — É a homenagem, Senador Nelson Carneiro, ainda que passando rapidamente sobre a análise técnica da mensagem do Presidente da República, para entrar no debate político, homenagem que não deixo de prestar. Valeu a pena a recordação de V. Exª

Recorde-se, neste passo, que até o incidente que levou o Ministro Adauto Lúcio Cardoso a renunciar ao cargo, era corrente o entendimento de que falecia ao chefe do Parquet negar seguimento a recurso de tal natureza.

A homenagem que V. Exª presta ao eminente Ministro Adauto Lúcio Cardoso, nós tivemos também o cuidado de mencionar aqui no nosso pronunciamento. Muito obrigado pela intervenção de V. Exª

O Sr. Virgílio Távora — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador Itamar Franco, a análise que V. Exª fez de diferentes tópicos da mensagem já nos leva a uma conclusão um pouco diferente da apresentada por V. Exª É ela justamente lançada aqui para negociação, para entendimento, para debate; apresenta tópicos que, em discutidos, em aperfeiçoados, em melhorados ou em suprimidos, podem servir de traço, de denominador comum entre o pensamento da Maioria e da Minoria. É ao que nos leva todo o arrazoado que V. Exª faz, aliás, com brilhantismo, perante esta Casa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Virgílio Távora, vou dar apenas um exemplo a V. Exª Esta mensagem, esta proposta de emenda à Constituição do Senhor Presidente da República, além de ser uma mixórdia, além de apresentar modificações que poderiam ser obtidas através de lei ordinária, talvez não alcance esse objetivo que V. Exª diz, dessa pretensa negociação. Sempre coloco essa "negociação", se V. Exª me permite, sempre entre aspas, e daqui a pouco vou dizer por quê.

O Sr. Virgílio Távora — Não é o pensamento de muitos dos correligionários de V. Exª!

O SR. ITAMAR FRANCO — Daqui a pouco vou falar sobre isso. Mas, veja que ontem V. Exª teve um exemplo característico. Ontem pinçou o nobre Relator, Senador Aderbal Jurema, da mensagem presidencial, apenas uma data. S. Exª, como Relator, e tem todo direito a isso, pinçou a seguinte data: por que não três anos?

O Sr. Virgílio Távora — Uma sugestão a examinar, a estudar — pelo governo e pela Oposição.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou chegar lá. Então, o Congresso Nacional, e pela palavra agora do relator da Comissão Mista que examina o caso, pinçou e disse: "por que não 3 anos, ao invés de 4,6 ou ao invés de 10, de 20 ou de 1, como querem até alguns?" O que aconteceu à noitinha? Dê pronto, o porta-voz da Presidência da República bateu lá e disse: "não; 4 anos".

O Sr. Virgílio Távora — Vê V. Exª que a sugestão não foi aceita por uma das partes.

O SR. ITAMAR FRANCO — Por uma das partes, não. Neste instante, a parte que enviou a proposta da emenda à Constituição deveria ficar quietinha, calada, porque está sob o crivo e exame do Congresso Nacional. No entanto, se fosse um Senador de Oposição, se fosse um companheiro de V. Exª, representante de Minas Gerais, que dissesse isso, o porta-voz podia até imaginar que fosse uma manobra oposicionista qualquer, de flanco, para tomar rapidamente o Governo. Mas, não. Quem é? O nobre Vice-Líder Relator, Senador Aderbal Jurema, que não teve nem o direito de expor a sua idéia, para 3 anos.

O Sr. Virgílio Távora — Direito, teve. Ela pode não ser aceita. Mas, direito teve.

O SR. ITAMAR FRANCO — Teve o direito que morreu à noitinha, um direito que durou pouco tempo, não é? Esta é a verdade.

Então, veja que tipo de negociação será esta em que, lamentavelmente — aí concordo com V. Exª — alguns oposicionistas pretendem embarcar. Eu agora entro exatamente nesse ponto, não diria que é uma provocação de V. Exª mas ...

O Sr. Virgílio Távora — Mas como provocação, se o que está se apresentando é uma evidência?

O SR. ITAMAR FRANCO — Qual é a evidência?

O Sr. Virgílio Távora — Evidência de que o pensamento de V. Exª, por mais respeitável que seja, não é perseguido por parte ponderável da Oposição. O tamanho, a mensuração desta parte da Oposição, nós veremos no decorrer dos acontecimentos. Mas é público, abrem-se os jornais, abrem-se as folhas, as televisões, ouve-se realmente esse desejo de negociação, esse desejo de entendimento no bom sentido. Isso parece que está carecendo de qualquer outra comprovação, salta aos olhos de qualquer pessoa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Virgílio Távora, o que vou dizer agora, vou falar em caráter pessoal e sob a minha responsabilidade. Muito do que V. Exª escuta no rádio, na televisão ou nos jornais não tem aurotição partidária. A alta direção do Partido...

O Sr. Virgílio Távora — Não dissemos o partido de V. Exª

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, eu falo pelo meu Partido. A alta direção do meu Partido, através da sua

convenção e do seu Diretório Nacional não se manifestou.

Veja agora, por exemplo, Senador Virgílio Távora, e agora, Sr. Presidente, ingresso no campo mais político, deixando a parte técnica, e espero o debate do Senador Virgílio Távora. Ontem, de repente, a Oposição brasileira falou candidato único, candidato único para as oposições. A primeira pergunta caberia: candidato único para quê? Para as ruas ou para o Colégio Eleitoral?

O Sr. Virgílio Távora — Afirmaram que era para as duas — o ambivalente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ai, Senador Virgílio Távora, digo eu. Veja a que ponto de vergonha estamos chegando neste País e a que de afronta estamos chegando, quando se fala no candidato ambivalente, particularmente, não do partido de V. Ex^a, mas para as oposições. Candidato ambivalente, tive o cuidado de procurar no Novo Dicionário Aurélio, na página 82 a bivalente, é relativo ambivalência, caráter que apresenta dois aspectos sobre dois valores, estado de quem experimenta ao mesmo tempo, numa determinada situação, sentimentos opostos.

Este é o candidato ambivalente que pretendem setores do meu Partido. Nessa ambivalência tão bem definida pelo Novo Dicionário Aurélio, a definição não é minha, é desse estudioso da nossa língua, estariam pensando, nobre Senador Virgílio Távora, Srs. Senadores, Sr. Presidente, alguns versutos do meu Partido. É possível que alguns versutos do meu Partido estejam realmente pensando nessa ambivalência do nosso candidato, mas não o Partido no seu todo. V. Ex^a permita-me a palavra versuto, com to no final.

O Sr. Virgílio Távora — É um qualificativo que V. Ex^a tem o direito de empregar. Existem alguns até bem jovens.

O SR. ITAMAR FRANCO — Assumo a responsabilidade de dizer que alguns versutos estão imaginando essa forma ambivalente de uma candidatura das oposições brasileiras ou da Oposição brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as lições da realidade não matam os idealistas, educam-nos — José Indianeiros. Os homens não sentem a Pátria, dizia o nosso saudoso Teotônio Vilela.

Relembro o escritor, jornalista e advogado, Almir de Oliveira, ao dizer que enquanto lá fora o povo começava a grande revolução, saltando, destruindo a Bastilha, Luiz XVI escrevia no seu diário, em 14-7-1782: "Riem." Nada. Nada acontecia para o Rei, enquanto se processava o processo revolucionário.

Citei Teotônio Vilela: "Os homens não sentem a Pátria". Estaríamos nós, realmente, sensíveis aos reclamos da população quando falamos em negociação, entendimento ou que nome se queira dar a esta ávida busca da conciliação política? Esqueceram-se das "Diretas já"?

O Brasil quer, almeja, necessita de mudanças, as quais não serão aceitas e nem modificarão em profundidade o que aí está, caso não encontrem, ou melhor, se mais uma vez o povo for afastado das grandes decisões.

Conde Folke Bernadotte, filho do Príncipe Oscar Augusto e neto do Rei Gustavo V, foi assassinado em 1948 na Palestina, por extremistas judeus, quando atuava como mediador em nome das Organizações das Nações Unidas. Não estamos desejando o mesmo para os nossos "negociadores" mas os eleitores estão atentos a cada movimento, aos passos ora tímidos, ora ligeiros, na busca da conquista do poder a qualquer preço ou a um preço razoável.

Um presidente escolhido pelo Colégio, ou mesmo pelo Congresso, através de acordo ou outro nome que se

queira dar, resultará, evidentemente, de conversas falsas, de representantes dos grupos dominantes, de alguns inebriados pelas delícias do poder e doidos para se deitarem à sombra do mesmo.

Pergunto: será ou não um governo de compromissos e adremente preparado para a divisão do bolo? O panorama das cúpulas é o imediatismo, a negação da realidade institucional brasileira, o medo do confronto das idéias que a democracia exige. — E é esse medo do confronto das idéias, Senador Virgílio Távora, que nós não devemos temer.

A verdade é que o panorama além das cúpulas é outro. Lá está o Brasil real, o Brasil ordeiro, reivindicante, o Brasil que não busca frases soltas e vazias, o Brasil verdadeiro que não escamoteia, não nega por interesse.

A Oposição brasileira e particularmente o meu Partido — do qual sou fundador — não pode perder de vista o ano de 1986. Neste ano, Srs. Senadores, vamos renovar dois terços da nossa Casa, dois terços, Sr. Presidente, desta Casa serão renovados e a totalidade da Câmara dos Deputados. É necessário, portanto, não perder a coerência partidária, e aqui vale o registro do saudoso mineiro, o grande Senador Milton Campos: "A fidelidade aos princípios é o único meio de evitar que o homem público adote passivamente as idéias de sua posição em vez de, como lhe compete, tomar sempre a posição de suas idéias".

O nosso Partido não pode viver na "penumbra cinzenta" a que o querem levar alguns. É essa "penumbra cinzenta" que nós fundadores do nosso Partido mesmo que fiquemos isoladamente, não permitiremos que se conduza o nosso partido. Particularmente, Senador Virgílio Távora, eu sei das dificuldades que houve para fundar o PMDB mineiro. Uma das maiores lideranças do meu Partido se unia em torno de outro Partido. Nós tivemos apenas meia dúzia de pessoas para tentar fincar as raízes do PMDB em Minas Gerais. Agora é muito fácil falar no PMDB, mas nós sabemos quanto custa em Minas Gerais realmente permanecermos fiéis à legenda do antigo MDB.

Caso não tenhamos a força persuasora, o número regimental para alterarmos que aí está não percamos a fé, a esperança. E não será demais, neste momento, repetiu Pleutarco: "O que importa é caminhar". Digo eu: o fundamental é andar ao lado daqueles que defendem o primado do direito, o respeito à lei, a participação popular. O falso diálogo, alguns às escondidas, alguns à sombra nem às sombras das velas, não favorece a incipiente democracia brasileira e nem redundará em benefício da população.

Se o Governo, teimosamente, não quer enxergar, não percamos também nós a nossa visão, caso contrário a Bíblia nos ensina: se um cego conduz outro, ambos cairão na vala comum do nada. A vala comum do nada não é nossa, mas poderá ser, à medida que voluntariamente ou involuntariamente aceitamos o canto da sereia.

O Sr. Severo Gomes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Severo Gomes.

O Sr. Severo Gomes — Nobre Senador Itamar Franco, estou acompanhando com muita atenção o discurso de V. Ex^a e queria lembrar que esta campanha, essa mobilização popular em torno do problema das eleições diretas para Presidente da República tem um sentido muito amplo é uma mobilização que diz respeito a todas as grandes questões do Brasil contemporâneo. A expressão "Diretas já", de uma certa maneira, sintetiza aquilo que está, vamos dizer, na consciência, hoje, de todos os brasileiros. Quer dizer, uma política econômica mandada pelo Fundo Monetário Internacional, uma política eco-

nômica que leva ao desemprego, à fome e a destruição da economia nacional. São Paulo, assistiu, ontem, a um espetáculo triste que foi exibido pela televisão para todo o Brasil. Quer dizer, a fome levando uma pequena cidade a uma manifestação de violência sem par, porque a fome é conselheira da violência. Portanto, quando se fala em negociação tem-se que ter sempre a atenção de que não se trata de negociar, o povo não quer apenas jogar papéis nas urnas, o povo quer, através da eleição, produzir as grandes mudanças necessárias à reconstrução da soberania nacional e a construção de uma vida digna para os brasileiros de hoje e os de amanhã. Não se trata de negociar um prazo para eleição direta, permanecendo o povo com as mesmas questões que o afligem, permanecendo o País dentro desse quadro de humilhações, de pressões externas. Queria trazer essas considerações, de uma certa maneira procurando ilustrar as palavras de V. Ex^a Há um tipo de negociação que não conduz a nada. A negociação no Brasil terá que dizer respeito a todas as grandes questões do povo brasileiro. E essas coisas só poderão ser decididas na medida em que o povo tenha força para influir sobre o seu destino. E essa força se conquista com as eleições, com a organização dos partidos, com uma vontade nacional para influir sobre o seu próprio futuro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Severo Gomes, estou de acordo com V. Ex^a Mas isso não será alterado — e V. Ex^a aí me permita — se não jogarmos os papéis nas urnas. Não vamos alterar o quadro institucional brasileiro através de acordos das elites ou em gabinetes fechados ou apenas através do Congresso Nacional. V. Ex^a recorda, e o faz muito bem, o Brasil real é aquele que foi mostrado ontem na cidade paulista: o Brasil da fome, do desespero, dos bóias-frias. E é particularmente para isso que eu estou pretendendo chamar a atenção do nosso Partido, como fundador dele. Nós estamos de acordo. Não é apenas a eleição direta que vai mudar o que aí está, mas ela é o mecanismo para nós alterarmos a estrutura de poder que aí está, e nós queremos alterá-la democraticamente e pacificamente. Porque, qualquer acordo, Senador Severo Gomes, e V. Ex^a há de convir comigo, se nós fizermos um acordo nós teremos que conversar com o grupo dominante, nós teremos que aceitar algumas imposições do grupo dominante, e eu não sei se esse acordo, por exemplo, poderá significar a ruptura com o Fundo Monetário Internacional. Se este Governo que aí está...

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto. Fazendo soar a campanha.) — Nobre Senador Itamar Franco, V. Ex^a começou seu discurso às 14 horas e 38 minutos. O seu tempo terminou agora às 15 horas e 8 minutos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu nunca busco os precedentes. Sou homem que devo cumprir o Regimento. Vou tentar, então, rapidamente, terminar o meu pronunciamento.

Eu só gostaria, Sr. Presidente, é que sempre que o Regimento fosse aplicado como V. Ex^a o faz, no exato limite do tempo. Quando nós assistimos aqui, e com razão, às vezes, a discursos de uma, duas horas, uma hora e meia. Mas tudo bem, Sr. Presidente.

Mas, Senador Severo Gomes, obrigado pela intervenção de V. Ex^a Espero, e tenho certeza, que vou encontrar V. Ex^a na mesma trincheira de sempre, na trincheira da defesa democrática e não dessa negociação falsa que já se estabelece até num candidato ambivalente. Veja V. Ex^a a que ponto estamos chegando, neste País. Perdemos a vergonha, Senador Severo Gomes. Quando falamos num candidato ambivalente, isso é falta de vergonha. O candidato que serve para o Colégio Eleitoral e serve para as eleições diretas... Onde já se viu isso? É incrível. É por

isso que, realmente, o Congresso Nacional está, na afeição das pesquisas, na situação em que está. Até candidato ambivalente já existe. Preferia não buscar outra figura e deixar a ambivalência, lembrada por alguns.

Srs. Senadores, há uma canção usada sempre para se homenagear alguém, nos países de fala inglesa: "for he is a jolly good fellow". Ele é um grande sujeito. Os países de língua inglesa para saudar alguém cantam ou fazem citações, nos banquetes, ou após uma eleição, essa canção: ele é um grande sujeito — "jolly good fellow". Não nos iludamos pelo consenso artificial, nos bastidores, em gabinetes fechados, o grande sujeito não surgirá. Ninguém vai surgir como sendo o grande sujeito desta Nação se não tiver respaldo popular. Nem um ambivalente, nem nas montanhas de lá ou de cá, o candidato não aparecerá se não tiver o crivo das urnas.

Deixemos que o povo, na sua sabedoria, escolha o seu dirigente. E pelo seu cantar alegre conduza-o ao Palácio do Planalto.

Se agora não for possível, lembrei 1986, que é uma data importante, para que aqueles que vão disputar as eleições; eu não vou, em 86 não preciso disputar as eleições...

O Sr. Nelson Carneiro — Se a emenda de V. Ex^a passar?

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, se a emenda passar, disputaremos, mas a minha emenda, Senador Nelson Carneiro, para gáudio de V. Ex^a, lamentavelmente, na Câmara dos Deputados, está com uma dificuldade de conseguir assinaturas que V. Ex^a nem imagina... Na Câmara, não querem perder nem seis meses de mandato. Veja V. Ex^a que realmente não é muito fácil. Portanto, eu, em 1986, espero estar aqui, torcendo para que os companheiros que vão disputar eleições voltem, é claro que com a maioria dos partidos de oposição.

Se agora não for possível, esperemos, mais cedo ou mais tarde os sinos voltarão a dobrar. Pelas teses falsas, Senador Severo Gomes, dobrarão em Finados. E, particularmente, os mineiros da sua história já os escutaram outrora. Em Minas, os sinos já dobraram em Finados, no choro de Líbero Badaró. V. Ex^a que conhece a história há de saber que os sinos de Minas Gerais poderão dobrar mais uma vez em Finados se nós aceitarmos esse tipo de negociação, essa ambivalência que querem dar à vida pública nacional. Ninguém se iluda quanto a isso.

Sr. Presidente, encerrando, os que mobilizaram milhões de brasileiros numa memorável campanha cívica, em prol da retomada do poder pelo seu único e legítimo titular, não podem agora esmorecer sob pena de se apresentarem à Nação como os vis-conventes de uma estrutura de mando inepta que hoje domina o nosso País.

Srs. Senadores, não nos esqueçamos, particularmente os que vão disputar as eleições, de que a memória do povo não é uma memória fraca.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 16-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sexta-feira, o eminente Senador Octávio Cardoso já aqui deu as razões pelas quais a Maioria não dava o seu apoio a esse projeto.

Não vamos enumerá-las mas, apenas, chamar a atenção, repisando a parte final das mesmas, que o projeto em tela não atende aos interesses da administração, de vez que as leis vigentes extinguíram a figura da livre docência, a fim, justamente, de dar valor, de prestigiar, de estimular a criação de cursos de pós-graduação para elevar o nível do ensino universitário.

Não há como voltar a esse sistema que já foi jogado ao passado e, hoje, se aníssemos às intenções do projeto em apreço nós estaríamos retroagindo em termos de educação.

Este o parecer e o voto da Maioria. (Muito bem!)

ATA DA 52ª SESSÃO, REALIZADA EM 3-5-84
Publicada no DCN — Seção II — de 4-5-84

Retificação

Na publicação do Requerimento nº 51, de 1984, de dispensa de publicação da redação final do Projeto de Resolução nº 12, de 1984:

Na página 1017, 3ª coluna,

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 51, DE 1984

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 57, DE 1984

ATOS DO PRESIDENTE Nº 26, DE 1984

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004813847, resolve aposentar, por invalidez, a partir de 24 de abril de 1984, Maria Aparecida Martins Mendonça, técnico em Comunicação Social, Classe "C", Referência NS-21, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 427, inciso III, § 2º, 428, inciso III, 415, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983, com proventos integrais, bem como a gratificação de nível superior, a gratificação especial de desempenho e a gratificação adicional por tempo de serviço a que tem direito, na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973, e artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964.

Senado Federal, 17 de maio de 1984. — **Moncyr Dalla**, Presidente do Senado Federal.

PORTARIA Nº 13, DE 1984

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, resolve designar Djalma José Pereira da Costa, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente, Paulo Irineu Portes, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS-25, do Quadro Permanente, e Marco Aurélio de Oliveira, Adjunto Legislativo, Classe Única, Referência NS-17, do Quadro Permanente, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes nos Processos nºs 001400843, 000843849, 000842842, 000241849, 000242845 e 011741830, na forma do disposto no artigo 481, § 1º do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de março de 1984. — **Aiman Nogueira da Gama**, Diretor-Geral.